

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG
ESCOLA DE ENFERMAGEM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM
DOUTORADO EM ENFERMAGEM
SAÚDE HUMANA E AMBIENTAL: ESTUDO COM TRABALHADORES
AGRICULTORES DA ILHA DOS MARINHEIROS

ANELISE MIRITZ BORGES

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande - FURG, como requisito para obtenção do título de Doutor em Enfermagem – Área de Concentração: Enfermagem e Saúde. Linha de Pesquisa: O Trabalho da Enfermagem /Saúde.

Orientadora: Profª Drª Marta Regina Cezar-Vaz

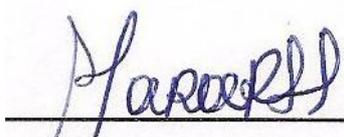
RIO GRANDE

2015

ANELISE MIRITZ BORGES

SAÚDE HUMANA E AMBIENTAL: ESTUDO COM TRABALHADORES AGRICULTORES DA ILHA DOS MARINHEIROS

Esta tese foi submetida ao processo de avaliação pela Banca Examinadora para a obtenção do Título de **Doutora em Enfermagem** e aprovada na sua versão final em 20 de março de 2015, atendendo às normas da legislação vigente da Universidade Federal do Rio Grande, Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Área de Concentração Enfermagem e Saúde.



Nome do (a) Coordenador (a) do Programa
Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem FURG

BANCA EXAMINADORA
 Dra. Marta Regina Cezar-Vaz – Presidente (FURG)
 Dra. Mara Regina Santos da Silva – Membro Interno (FURG)
 Dr. Antônio de Miranda Wosny – Membro Externo (UFSC)
 Dra. Letícia Silveira Cardoso – Membro Externo (UNIPAMPA)
 Dr. Edison Luiz Devos Barlem – Suplente Interno (FURG)
 Dra. Clarice Alves Bonow – Suplente Externo (UNIPAMPA)

AGRADECIMENTOS

Um ciclo que se fecha e outros que se abrem, um grande sonho conquistado a partir da colaboração de muitas pessoas, as quais gostaria de deixar os meus agradecimentos.

À Deus, pela arte da vida.

Aos meus amados pais Bruno e Olani, por estarem sempre do meu lado, por me mostrarem que as dificuldades em fazer um bom trabalho advêm da vontade de querer construir um futuro sólido no conhecimento. Agradeço pelo carinho e compreensão, com certeza vocês são os meus pilares, que me deram a condição de chegar até aqui. Muito Obrigada! Ich liebe dich!

Aos meus eternos e grandes amores Eduardo e Artur, por estarem sempre comigo, pelo carinho, por constituírem a minha família, da qual me orgulho muito. Obrigada, amo muito vocês!

Aos meus irmãos Luciano e Sandra, pelo carinho que só o irmão pode dar. E este obrigada se estende aos meus cunhados e ao meu amigão Christian. Muito obrigada. Preciso muito de cada um de vocês. Agradeço também a minha sogra Eda, pelo carinho e apoio no cuidado do meu filhão durante algumas idas e vindas a Rio Grande.

À minha orientadora professora Marta Regina Cezar-Vaz, pela confiança, pelo consentimento da continuidade de minha caminhada na construção do conhecimento junto à Ilha dos Marinheiros, pela dedicação, tolerância, afeto e sábias orientações. O seu reconhecimento profissional me inspira. Muito obrigada por estes quatro anos de ensino, pesquisa e extensão.

Aos professores componentes da banca, pela dedicação e carinho na construção do trabalho.

Às amigas do grupo de pesquisa LAMSA, Marlise, Diéssica, Laurelize, Luana, Clarice, Andréia, Tatiele e Daniela, pelo carinho, tolerância, convívio, trabalho e comprometimento. Assim como, aos bolsistas de iniciação científica, todos vocês foram fundamentais para a concretização deste meu processo de doutoramento. Sinto-me orgulhosa em dizer que sou uma LAMSA.

À amiga Marlise, minha irmã de coração, você é uma pessoa maravilhosa, lhe admiro muito, obrigada pela amizade, cumplicidade, pelo carinho, por estar sempre do meu lado.

À minha amiga Caroline, sempre comigo, você é uma pessoa rara, lhe admiro muito, obrigada pela amizade, pelo carinho, por existir em minha vida.

Aos participantes da pesquisa, por aceitarem fazer parte do trabalho, pela receptibilidade e carinho.

Aos profissionais vinculados aos órgãos oficiais do município, que não mediram forças para auxiliar na identificação dos trabalhadores agricultores da Ilha.

A toda a equipe de funcionários pertencentes ao Sistema de Viaturas da Universidade Federal do Rio Grande, incansáveis no suporte para os deslocamentos.

Aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande, pela atenção e apoio acadêmico.

Enfim, a todos aqueles que acreditaram no meu potencial e me auxiliaram na construção deste trabalho.

RESUMO

BORGES, Anelise Miritz. **Saúde humana e ambiental: estudo com trabalhadores agricultores da Ilha dos Marinheiros**. 2015. 139f. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem. Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande.

Este estudo apresenta uma relação entre o trabalho agrícola familiar e a saúde humana e ambiental em um cenário insular com características rurais, tendo-se como objetivo geral, analisar a sustentabilidade da relação socioambiental do trabalho de agricultores moradores da Ilha dos Marinheiros. Os objetivos específicos foram: Caracterizar a sustentabilidade do trabalho agrícola familiar na Ilha dos Marinheiros; Identificar como os trabalhadores agricultores da Ilha dos Marinheiros significam a sua saúde e atuam para mantê-la; Compreender como os trabalhadores agricultores identificam os impactos positivos e negativos do trabalho agrícola familiar desencadeados no ambiente e a conservação da saúde ambiental. Trata-se de uma pesquisa exploratória, descritiva, transversal com desenho de método misto com estruturação [QUAL + quan]. Foi realizada na Ilha dos Marinheiros, Rio Grande, Brasil, com 129 trabalhadores agricultores entre março a outubro de 2013, utilizando-se entrevista com aplicação individual de um questionário semiestruturado, gravado, previamente elaborado e testado. Também foram utilizados dados secundários referentes à constituição geográfica, cultural e econômica da Ilha. A organização dos dados qualitativos ocorreu a partir da transcrição dos dados oriundos das entrevistas no *Microsoft Word*, seguido da Análise de Conteúdo por temas com auxílio do Software Nvivo10. Para ambos os processos de análise utilizou-se o apoio teórico na racionalidade cultural de Enrique Leff. A organização dos dados quantitativos se fez pela codificação dos dados e digitação no software Statistical Package for the Social Sciences, 21.0, seguido da análise estatística descritiva e Teste Qui-quadrado de Pearson, com o p-valor <0,05 como significância estatística. Foram asseguradas as exigências éticas e científicas preconizadas nas pesquisas com seres humanos, mediante Resolução 466/2012 e aprovação do macroprojeto pelo Comitê de Ética da Universidade Federal do Rio Grande sob parecer 026/2013. Teve-se 78 trabalhadores agricultores do sexo masculino com idade média de (55,33±14,27), e 51 do sexo feminino, com idade média de (54,68±11,08). Predominou a descendência portuguesa 106 (84,8%), a maioria 100 (77,52%) com ensino fundamental incompleto, média de 2,53 integrantes no domicílio e renda familiar média de (1.648,39±947,72) para uma média de 2,58 dependentes desta. Os participantes atuavam em média há 40,56 anos, por (8,51± 3,10) horas diárias de trabalho em suas propriedades com média de 12,49 hectares. A atividade que mais exerciam e que eram mais auxiliados foi colher os produtos agrícolas, predominando o sexo masculino nesta função. O desenvolvimento do trabalho era conduzido mais pelos homens e de forma diária 83 (64,34%), seguido dos filhos 33 (25,58%) também diariamente 24 (18,60%). Quanto à saúde humana, esta foi concebida como boa, regular e ruim, com ações que convergem à continuidade do exercício laboral e adesão aos serviços de saúde mínima anualmente. Já os impactos positivos do trabalho no ambiente incidiram na conservação do trabalho como uma riqueza, o que exige atenção quanto ao uso dos agrotóxicos frente aos impactos negativos desencadeados ao ambiente em uma perspectiva sustentável à vida humana e não humana. O estudo fornece subsídios

contributivos à prática argumentativa do Enfermeiro à saúde ocupacional na agricultura familiar sob uma perspectiva sustentável ao ambiente.

Descritores: Enfermagem em Saúde Pública. Trabalhadores Rurais. Saúde do Trabalhador. Desenvolvimento Sustentável. Agricultura.

ABSTRACT

BORGES, Anelise Miritz. **Human and environmental health: a study with farmworkers from Ilha dos Marinheiros**. 2015. 139f. Doctoral Dissertation (PhD in Nursing) – Nursing School. Postgraduate Program in Nursing, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande.

This study presents a relationship between family farming and human and environmental health in a rural island context. Its general objective was to analyze the sustainability of the socio-environmental relationship of the work of farmers living on Ilha dos Marinheiros. The specific objectives were: To characterize the sustainability of family farming on Ilha dos Marinheiros; To identify how the farmworkers from Ilha dos Marinheiros see their health and act to keep it; To understand how the farmworkers identify the positive and negative impacts of family farming on the environment and the conservation of environmental health. This is an exploratory, descriptive, cross-sectional research with mixed design and [QUAL + quan] structure. The research was carried out with 129 farmworkers from Ilha dos Marinheiros, Rio Grande, Brazil, from March to October 2013. They were interviewed individually and responded to a semi-structured questionnaire. The interviews were recorded and the questionnaire had been previously designed and tested. Secondary data related to the geographical, cultural and economic constitution of the island were also used. The qualitative data were sorted out through the transcription of the interviews into *Microsoft Word*, and the Content Analysis by themes with Nvivo10 software. Both analysis processes were based on Enrique Leff's cultural rationality theory. The quantitative data were sorted out by codifying the data and entering them into Statistical Package for the Social Sciences software version 21.0, followed by descriptive statistical analysis and Pearson's chi-square test, with p-value <0.05 as statistical significance. The ethical and scientific demands recommended in research with human beings were satisfied by Resolution n. 466/2012 and the approval of the macro project by the Ethics Committee of the Federal University of Rio Grande with Opinion n. 026/2013. There were 78 male farmworkers with average age of 55.33±14.27, and 51 female farmworkers with average age of 54.68±11.08. Portuguese descent was predominant with 106 (84.8%). Most of them, 100 (72.52%) haven't completed secondary school. There was an average of 2.53 persons per home, average family income of 1,648.39±947.72, and an average of 2.58 persons dependent on this income. The participants have been working for about 40.56 years, at a rate of 8.51±3.10 hours per day. Their properties have an average of 12.49 hectares. Harvesting is the activity in which they worked the most on and in which they were mostly helped. Males were found to be predominant in the harvesting work. The development of work was conducted mostly by men and daily, 83 (64.34%), followed by children, 33 (25.58%), also daily, 24 (18.60%). The participants considered their health as good, regular or bad, with actions leading to the continuity of work and the minimum use of health care services annually. The positive impacts of the work on the environment lied in the conservation of the work as something valuable, which demands attention as for the use of agrochemicals because of their negative impacts on the environment in a sustainable perspective for human and non-human life. This study contributes to the nurses' arguments for

occupational health in family farming from an environmentally sustainable perspective.

Key words: Public Health Nursing. Rural Workers. Occupational Health. Sustainable Development. Agriculture.

RESUMEN

BORGES, Anelise Miritz. **Salud humana y ambiental: estudio con trabajadores agricultores de la Ilha dos Marinheiros**. 2015. 139f. Tesis (Doctorado en Enfermería) – Escuela de Enfermería. Programa de Postgrado en Enfermería, Universidad Federal do Rio Grande, Rio Grande.

Este estudio presenta una relación entre el trabajo agrícola familiar y la salud humana y ambiental en un escenario insular con características rurales, teniendo como principal objetivo analizar la sostenibilidad de la relación socioambiental del trabajo de agricultores residentes en la *Ilha dos Marinheiros*. Los objetivos específicos fueron: caracterizar la sostenibilidad del trabajo agrícola familiar en la *Ilha dos Marinheiros*; Identificar cómo los trabajadores agricultores de la *Ilha dos Marinheiros* significan su salud y actúan para mantenerla; Comprender cómo los agricultores trabajadores identifican los impactos positivos y negativos del trabajo agrícola familiar desencadenados en el ambiente y la conservación de la salud ambiental. Se trata de una investigación exploratoria, descriptiva, transversal con diseño de método mixto con estructuración [QUAL + quan]. Se llevó a cabo en *Ilha dos Marinheiros*, Rio Grande, Brasil, con 129 agricultores trabajadores entre marzo y octubre de 2013, mediante entrevistas con aplicación individual de un cuestionario semi-estructurado, grabado, previamente desarrollado y probado. También se utilizaron datos secundarios sobre la constitución geográfica, cultural y económico de la *Ilha*. La organización de los datos cualitativos vino de la transcripción de los datos de las entrevistas en *Microsoft Word*, seguido de Análisis de Contenido por temas con la ayuda del Software Nvivo10. Para los procesos de análisis se utilizó el soporte teórico en la racionalidad cultural de Enrique Leff. La organización de los datos cuantitativos se hizo mediante la codificación de los datos y digitación en el *software Statistical Package for the Social Sciences, 21.0*, seguida del análisis estadístico descriptivo y Test Chi-cuadrado de Pearson, con el p-valor <0,05 como significancia estadístico. Se aseguró los requisitos éticos y científicos recomendados en las investigaciones con seres humanos, por Resolución 466/2012 y la aprobación del macroproyecto por el Comité de Ética de la Universidad Federal de Rio Grande un dictamen 026/2013. Se tuvo 78 trabajadores agricultores del sexo masculino con edad promedio de (55,33 ± 14,27), y 51 del sexo femenino, con edad promedio (54,68 ± 11,08). Predominó la descendencia portuguesa 106 (84,8%), la mayoría 100 (77,52%), con educación primaria incompleta, un promedio de 2,53 miembros en el hogar y renta familiar promedio de (1648.39 ± 947.72) para una media de 2,58 dependientes de esta. Los participantes actuaban el promedio de hace 40,56 años, por (8,51 ± 3,10) horas diarias de trabajo en sus propiedades con un promedio de 12,49 hectáreas. La actividad que más ejercían y que eran más auxiliados era cosechar los productos agrícolas, predominando los varones en esta función. El desarrollo del trabajo era conducido más por los hombres y de forma diaria y 83 (64,34%), seguido de los hijos 33 (25,58%) también diariamente 24 (18,60%). En cuanto a la salud humana, esta fue vista como buena, regular y mala, con acciones que convergen a la continuidad del ejercicio laboral y adhesión a los servicios de salud mínima anualmente. Ya los impactos positivos del trabajo en el ambiente incidieron en la conservación del trabajo como una riqueza, lo que requiere atención en el uso de los agrotóxicos frente a los impactos negativos provocados al ambiente en una perspectiva sostenible a la vida humana y no humana. El estudio

proporciona subsidios contributivos a la práctica argumentativa del Enfermero a la salud ocupacional en la agricultura familiar en un enfoque sostenible al ambiente.

Descriptores: Enfermería en Salud Pública. Trabajadores Rurales. Salud Laboral. Desarrollo Sostenible. Agricultura

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Estrutura teórica da relação saúde, trabalho e ambiente com os trabalhadores agricultores da Ilha dos Marinheiros diante da racionalidade cultural.....	47
Figura 2 -	Mapa de localização da Ilha dos Marinheiros, no município do Rio Grande, Rio Grande do Sul.....	51
Figura 3 -	Esquema indicado para realizar o desenvolvimento da análise de conteúdo.....	62

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Fonte de dados secundários obtidos durante o período de doutoramento. 2015.....	63
Tabela 2 - Perfil sociodemográfico dos trabalhadores da agricultura familiar na Ilha dos Marinheiros, Rio Grande do Sul, Brasil. 2015 (Artigo 1).....	77
Tabela 3 - Dados sociodemográficos dos trabalhadores agricultores da Ilha dos Marinheiros, 2015 (Artigo 2)	93
Tabela 4 - Sexo e frequência dos 91 trabalhadores agricultores da Ilha dos Marinheiros frente à assistência que recorrem para cuidar da saúde, 2015. (Artigo 2).....	98

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Distribuição dos participantes da pesquisa, subsetor a que pertencem e local de indicação, 2015.....	53
Quadro 2 - Questões utilizadas para análise dos dados.....	55
Quadro 3 - Estruturação das etapas da utilização do software NVivo 10 no processo de análise dos dados coletados pela entrevista.....	61
Quadro 4 - Estruturação dos três eixos que compõe os resultados da tese...	71
Quadro 5 - Constituição da força de trabalho das famílias agricultores da Ilha dos Marinheiros, Rio Grande do Sul, Brasil. 2015. (Artigo 1)	78
Quadro 6 - Caracterização da maneira como a força de trabalho auxilia os trabalhadores da agricultura familiar Ilha dos Marinheiros, Rio Grande do Sul, Brasil. 2015. (Artigo 1)	79
Quadro 7 - Atividades desenvolvidas pelos trabalhadores agricultores e atividades que obtém auxílio na realização do trabalho na Ilha dos Marinheiros, Rio Grande do Sul, Brasil. 2015. (Artigo 1)	79
Quadro 8 - Sistematização da apreensão dos trabalhadores agricultores da Ilha dos Marinheiros sobre a sua saúde, a partir do método de análise de Bardin e suporte do software NVivo, incluindo a idade, anos de atuação laboral e sexo, 2015. (Artigo 2)	95
Quadro 9 - Sistematização da compreensão sobre as ações que os trabalhadores agricultores da Ilha dos Marinheiros possuem para ter saúde, a partir do método de análise de Bardin e suporte do software NVivo. 2015. (Artigo 2)	97
Quadro 10 - Estruturação dos impactos positivos N: 119 e negativos N: 111 do trabalho no ambiente a partir da análise de Bardin e suporte do software NVivo. (Artigo 3)	111
Quadro 11 - Estruturação da conservação/manutenção da saúde ambiental, a partir da análise de Bardin e suporte do software NVivo, N: 125. (Artigo 3)	115

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIAF -	Ano Internacional da Agricultura Familiar
ANVISA -	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
APPCC -	Manual de Boas Práticas Agrícolas e Sistema
ASCAR -	Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural
DSST -	Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho
DP -	Desvio Padrão
EMATER -	Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural
EUA -	Estados Unidos
FAO -	<i>Food and Agriculture Organization of the United Nations</i>
FURG -	Universidade Federal do Rio Grande
ha -	Hectares
IBGE -	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICOH -	Comissão Internacional de Saúde Ocupacional
ILO -	<i>International Labour Organization</i>
IMC -	Índice de Massa Corporal
LAMSA -	Laboratório de Estudo de Processos Socioambientais e Produção Coletiva de Saúde
MAPA -	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
OIT -	Organização Internacional do Trabalho
OMS -	Organização Mundial de Saúde
ONU -	Organizações das Nações Unidas
PNSTT -	Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho
Pronaf -	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RS -	Rio Grande do Sul
SC -	Santa Catarina
SENAR -	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SPSS -	<i>Software Statistical Package for the Social Sciences</i>
UNEP -	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
2 FUNDAMENTAÇÃO DO PROBLEMA	27
2.1 RELAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS: ILHAR E RURAL	27
2.2 AGRICULTURA FAMILIAR	31
2.3 AGRICULTURA: TRABALHO E SAÚDE	36
2.4 SAÚDE HUMANA E AMBIENTAL: UMA VISÃO SUSTENTÁVEL NA AGRICULTURA	42
3 METODOLOGIA	48
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA	48
3.2 Apresentação do local e participantes de pesquisa	49
3.3 Estudo piloto	54
3.4 Coleta de dados	55
3.4.1 Sistematização do processo de coleta de dados	58
3.4.1.1 Dados primários	58
3.4.1.2 Dados secundários	58
3.5 ORGANIZAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	59
3.5.1 Delineamento qualitativo	59
3.5.2 Delineamento quantitativo	62
3.6 Controle de qualidade dos dados	64
3.6.1 Delineamento qualitativo	64
3.6.2 Delineamento quantitativo	64
3.7 ASPECTOS ÉTICOS	65
3.8 APROFUNDAMENTO TEÓRICO METODOLÓGICO	66
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	71
4.1 Artigo 1	72
4.2 Artigo 2	89
4.3 Artigo 3	105

5 CONCLUSÕES	123
REFERÊNCIAS	127
APÊNDICE I	138
ANEXO I	139

“Eu soube onde estava,
mas quando ali me vi,
sem saber onde me estava,
grandes coisas entendi;
não direi o que senti,
que fiquei não sabendo,
toda a ciência transcendendo.
Este saber não sabendo
é de tão alto poder
que os sábios argumentando
jamais o puderam vencer;
que não chega seu saber
a não saber entendendo.”

(San Juan de La Cruz)

1 INTRODUÇÃO

A busca em assumir o ambiente como condicionante do processo de saúde e doença remete a necessidade de considerar o ser humano como co-responsável pelos problemas socioambientais originários do convívio humano com o ambiente. Logo, o ambiente é entendido aqui como o local onde as pessoas vivem e convivem, gerando constantes mudanças em si e ao redor, dado efeito da depreciação humana. O que exige uma apreensão frente à complexidade que é estar em harmonia com este local, que permeia processos interativos econômicos, culturais, sociais e políticos oriundos das relações humanas (LEFF, 2009; 2012).

A conservação do ambiente está relacionada com os valores culturais expressos pelos seres humanos, idealizadores dos prejuízos e agressões ambientais. Por conseguinte, “os problemas ambientais são, fundamentalmente, problemas do conhecimento” (LEFF, 2003, p.55). Sob essa ótica, a Enfermagem pode desenvolver um conjunto coordenado de ações, que considere a implementação de estratégias condutoras à saúde. Com especial atenção à saúde dos trabalhadores rurais (ILO, 2011), pois, a interação entre o ambiente e o trabalhador é um fenômeno que está atrelado às relações socioambientais. E é a partir desta perspectiva socioambiental, que medidas e estratégias à saúde do trabalhador fazem parte das ações conduzidas pelo enfermeiro. Integrando a saúde humana à ambiental conforme os princípios históricos postos por Florence Nigthingale na constituição da prática da enfermagem (MCPHAUL; LIPSCOMB, 2005).

Assim, a transição para o desenvolvimento sustentável do ambiente não depende da necessidade ou do instinto de sobrevivência das populações e, sim de uma prática social consciente permeada pelas gerações (LEFF, 2009; 2012). Para tal, tem-se como ação sustentável: “um processo que permite satisfazer as necessidades da população atual sem comprometer a capacidade de atender as gerações futuras” (LEFF, 2012, p.19).

Há deste modo, uma diversidade a ser respeitada, seja pelos valores culturais expressos socialmente, seja pelo relacionamento com o ambiente, do qual os seres humanos dependem para sobreviver (OMS, 1999). São valores, símbolos e costumes locais, herdados e substanciados na ação humana individual (FARMER; PRIOR; TAYLOR, 2012).

A riqueza dos valores sociais e as necessidades apresentadas pela população, dentre elas o trabalho, estão intimamente relacionadas com o modo de viver transmitido de geração a geração (BORGES, 2010). São relações socioambientais intrinsecamente constituídas nos/pelos seres humanos em dado ambiente (BORGES; CEZAR-VAZ; SILVA, 2012). Admitindo-se o próprio ser humano como um sujeito socioambiental e histórico (CEZAR-VAZ; SOARES; MARTINS et al., 2005), capaz de construir e direcionar as suas ações para a sustentabilidade da vida, tendo como horizonte as práticas sociais à conservação da saúde humana e não humana (JACOBI, 2005).

Assim, em meio às relações humanas no ambiente têm-se os trabalhadores agricultores na Ilha dos Marinheiros, localizada no município do Rio Grande, no sul do Rio Grande do Sul (RS). Cenário este, com características rurais, cujo principal elemento constitutivo de sobrevivência é o trabalho no cultivo da terra¹. Característica esta trazida pelos descendentes dos imigrantes portugueses, os quais possuem em seu país de origem, o exercício da agricultura familiar e também latifundiária (CARMO, 2010).

A agricultura² no seu pleno sentido de agricultar, demanda a valorização do acesso às gerações futuras, para que estas possam dar continuidade a este trabalho, almejando a qualidade na produção e na saúde humana (UTZIG; MANTELLI, 2013). Deste modo, os trabalhadores agricultores exercem a produção artesanalmente, prática cultural que estima a colonização portuguesa e aponta para o modo essencialmente manual de produção agrícola (BATISTA, 2011).

Logo, conceitualmente a agricultura familiar é apresentada, de acordo com a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, como:

Aquela em que os trabalhos em nível de unidade de produção são exercidos predominantemente pela família, mantendo a iniciativa, o domínio e o controle do que e do como produzir, havendo uma relação estreita entre o que é produzido e o que é consumido, mantendo também um alto grau de diversificação produtiva, tendo alguns produtos relacionados com o mercado (BRASIL, 2007, p. 22).

Complementarmente Peres (2009, p. 4) afirma que a agricultura familiar é definida por “aquela que remonta à lógica campesina de produção, com a

¹ Objeto universal para o provimento do sustento e sobrevivência humana, a qual permeia interações e modificações no ambiente em que o ser humano vive e desempenha suas atividades (MARX, 2010).

² Agricultura: “Arte de cultivar os campos, com vistas à produção de vegetais úteis ao homem.” (BUARQUE, 2010)

participação quase que exclusiva da mão de obra familiar, com opção clara pela policultura e que tenha base em pequenas e médias propriedades”.

Portanto, a agricultura se diferencia de acordo com os tipos de exploração e técnicas de produção. São consideradas pequenas propriedades àquelas que possuem menos de 10 hectares (ha), cuja produção e comercialização ocorrem em nível local, por meio de métodos tradicionais e manuais de trabalho. Já nas médias propriedades (10 a 50 ha) a produção e comercialização ocorrem em nível nacional e internacional onde há a inserção de métodos semimecanizados (OIT, 2000).

A Ilha dos Marinheiros é conhecida, como o pomar do município do Rio Grande, dada fertilidade da terra (AZEVEDO, 2003), considerada um patrimônio histórico da cidade pela sua diversidade vegetal e pelos valores da cultura açoriana, que lhes atribuem particular importância no contexto da região sul do Estado (ALVES; TORRES, 1994). De acordo com o site oficial da Prefeitura Municipal do Rio Grande, a Ilha é conhecida na região, como a maior ilha do Estado do RS, localizada junto ao estuário da Lagoa dos Patos (RIO GRANDE DO SUL, 2014). Sua delimitação territorial diferenciada demarca visivelmente o espaço físico, tornando-a ainda distante da ascensão descomedida pela lucratividade.

Diante de sua relevância cultural e econômica à região, em que o trabalho agrícola se destaca, manifesta-se o interesse em apreender como a população atua/sobrevive frente à relação trabalho e saúde numa perspectiva sustentável. O que requer atenção ao abordar as relações socioambientais na produção do trabalho e suas consequências à saúde humana e ambiental. Tais desígnios foram investigados compondo o corpo dos resultados da tese, logicamente alinhados aos objetivos do estudo e, apresentados no formato de artigo no capítulo 5.

Ratifica-se assim, a importância de centralizar este estudo no trabalho agrícola familiar, pois a agricultura é a segunda fonte de emprego do mundo depois do setor de serviços. A força de trabalho agrícola compreende mais de um terço do trabalho mundial (OIT, 2010). Dados que auxiliam a justificar a escolha dos participantes da pesquisa, somados ao reconhecimento histórico, cultural e social da Ilha dos Marinheiros para a região.

No Brasil, tem-se cerca de 90 milhões de trabalhadores, dos quais mais de 16 milhões são trabalhadores rurais. No município do Rio Grande, no ano de 2010 foram 197.228 habitantes, dos quais, apenas 7.781 (4%) habitantes residiam na zona rural e os demais 189.472 (96%) na zona urbana (IBGE, 2010a). Tais dados

revelam que apesar de haver uma pequena parcela de habitantes vivendo na porção rural do Rio Grande, a agricultura se avigora, no que tange o reconhecimento arraigado à Ilha dos Marinheiros. Pois o fornecimento de hortifrutigranjeiros, segundo o Ministério do Meio Ambiente é uma das funções primordiais da Ilha desde meados do século XVII (BRASIL, 2006a).

Assim, ao reconhecer a importância dos trabalhadores rurais, urge associá-los ao processo de desenvolvimento econômico e social no intuito de melhorar permanente e efetivamente suas condições de trabalho e de vida. O que torna imperativo incentivar o cultivo da terra através de agricultores interessados em manter o exercício de sua profissão de forma segura a si e aos demais, contribuindo assim, para o desenvolvimento econômico e social da sua região atentando à saúde a humana no setor agrícola à melhoria das condições de trabalho (BRASIL, 2013a).

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o governo brasileiro é reconhecido internacionalmente por incentivar o desenvolvimento da produção familiar rural. Todo o país está mobilizado, entretanto é a região Sul que apresenta o maior número de agricultores interessados na busca por investimentos à manutenção da agricultura familiar (BRASIL, 2013b). O que passou a ser reconhecido a partir do final do século XX, como um investimento público às famílias agricultoras pertencentes ao segmento rural brasileiro (AZEVEDO; PESSÔA, 2011).

Nesse processo de estudo dos trabalhadores agricultores no ambiente rural, o governo brasileiro reiterou a importância da agricultura familiar no final do ano de 2013, por meio da *Food and Agriculture Organization of the United Nations* (FAO). Porque, dentre os países da América Latina e Caribe, o Brasil se destacou como àquele que mais apoia a agricultura familiar por meio de programas públicos, valorizando a conotação social e cultural que fortalece esta prática laboral (BRASIL, 2013b).

Ademais, no ano de 2014 teve-se a indicação do Ano Internacional da Agricultura Familiar (AIAF) instituído pelas Organizações das Nações Unidas (ONU), ação que visa construir e aperfeiçoar as políticas necessárias para o fortalecimento dos trabalhadores agricultores, consolidando o papel desse setor no desenvolvimento sustentável do Brasil (BRASIL, 2013b).

Contudo, apesar de todo o reconhecimento e esforço social e político do Brasil, frente ao desenvolvimento da agricultura familiar, constata-se que atuar nesta atividade laboral exige força de trabalho, a mão de obra. São muitas as tarefas a

serem desempenhadas diariamente no cultivo dos produtos e, são poucos os trabalhadores agricultores que possuem o apoio de maquinários para arar a terra, plantar, fazer feno, silagem e pulverizar as plantas contra a invasão de ervas daninhas. Não obstante, há dificuldade destes trabalhadores agricultores e suas famílias no que se refere às condições para utilizar implementos agrícolas, o que exige a necessidade de encontrar maneiras para exercer o trabalho dentro das restrições contextuais que existem para estes agricultores (DEAN; HUDSON; HAYSMITH et al., 2011).

Ademais, o trabalho na maioria das vezes não pode ser adiado, devido as possíveis perdas no rendimento. E a casa da família é geralmente localizada ao redor das lavouras, o que pode significar que as crianças e os visitantes estão indiretamente e potencialmente expostos às agressões direcionadas ao ambiente (LAVELLE, 2003).

Outro aspecto a ser considerado para apreender o desenvolvimento do trabalho no cultivo da terra é a baixa escolaridade, a falta de acesso aos meios de produção e de suporte técnico, o que contribui para um desgaste socioambiental. Aos poucos os saberes sobre o manejo da terra, aprendidos dentro das gerações familiares, estão sendo desvalorizados socialmente, e muitas vezes, não mais repassados (COSTA; SILVA, 2012). Adicionalmente, há uma tendência da população destes trabalhadores estar envelhecendo (SMALLFIELD; ANDERSON, 2008; PICKETT; DAY; HAGEL et al., 2011; FRAGAR; DEPCZYNSKI; LOWER, 2011).

Logo, o trabalho dos agricultores, em meio a sua importância, necessita de um olhar especial e, nesta perspectiva, internacionalmente a saúde ocupacional dos trabalhadores rurais é abordada pela Comissão Internacional de Saúde Ocupacional (ICOH), a qual está vinculada com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Organização Mundial de Saúde (OMS) e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP). Estes órgãos integram-se para o desenvolvimento sustentável do ambiente, bem como para o avanço científico frente à saúde do trabalhador rural (ICOH, 2013).

No Brasil, Pignati; Machado; Cabral (2007) revelam a necessidade da interface entre a saúde humana e ambiental, com uma abordagem intersetorial e multidisciplinar. Cujas áreas da saúde, agricultura, ambiente e trabalho em conjunto com as universidades, movimentos populares e sindicais precisam se engajar. Não

sendo possível compreender o desenvolvimento de uma região sem pensar nas práticas laborais e nas políticas públicas existentes (BRASIL, 2014a).

Neste raciocínio, as universidades se inserem, com vistas a formar profissionais mais preparados para atuar na realidade socioambiental que pertencem (SENA; CEZAR-VAZ; BONOW et al., 2010). E então, avaliar o impacto ambiental, os efeitos à saúde humana e a produção agrícola de cada contexto, exercidos exclusivamente pelo ser humano (LEFF, 2003; 2012). De maneira a permitir que o saber ambiental³ esteja presente na construção das ciências, na construção da cultura, na constante forma humana complexificada de existir (LEFF, 2003; 2012).

Nos Estados Unidos (EUA), em Carolina do Norte, existem várias agências governamentais estaduais e federais responsáveis pelo apoio educativo sobre os riscos associados ao trabalho na agricultura e seus impactos ambientais. Os departamentos de trabalho e agricultura, bem como as universidades e empresas que atuam na concessão de terras auxiliam no desenvolvimento de programas educacionais destinados a prevenção de adoecimentos ocupacionais e acidentes agrícolas, e outros problemas de saúde que podem resultar do cultivo da terra (WOOTEN, 2011).

Na Austrália, muitos agricultores já possuem o apoio de organizações governamentais e não-governamentais face à degradação ambiental em decorrência das práticas agrícolas. O foco incide em terra saudável, agricultor saudável, preocupando-se com a revitalização da terra e da saúde humana (SCHIRMER; BERRY; BRIEN, 2013). Por isso, a construção de ambientes saudáveis e sustentáveis alude para a busca por saúde (CEZAR-VAZ; MUCCILLO-BAISCH; SOARES et al., 2007).

Verifica-se então, que há uma relação contínua e dependente do trabalhador agricultor com o ambiente, desde o cultivo da terra, a imprevisibilidade do tempo e a relação no desenvolvimento de adoecimentos desencadeados pelo trabalho diário exposto ao sol, a chuva, umidade, além do esforço físico e de posturas incorretas (DEAN; HUDSON; HAY-SMITH et al., 2011).

³ O saber ambiental emerge de uma reflexão sobre a construção social do mundo atual, onde hoje convergem e se precipitam os tempos históricos (LEFF, 2012, p. 9). [...] Tempos em que emergem novos valores e racionalidades que reorientam a construção do mundo (LEFF, 2012, p. 10). O saber ambiental envolve cada comunidade em meio às ideologias e práticas culturais, a sistematização e intercâmbio de experiências sustentáveis e a transferência e aplicação de conhecimentos científicos e tecnológicos sobre o ambiente (LEFF, 2012).

Em meio a esta relação com o ambiente, autoridades do Ministério do Meio Ambiente, produtores rurais e a própria população consumidora dos produtos de origem rural, manifestam a sua preocupação quanto aos impactos antrópicos negativos gerados no ambiente rural do país. A inclusão de instrumentos de gestão ambiental rural é uma das iniciativas do governo brasileiro na busca pela melhoria da qualidade ambiental e do desenvolvimento sustentável rural (BRASIL, 2006b). Pois, possuir uma terra saudável agrega uma conscientização sobre a necessidade de cuidar dos recursos naturais, visando à sustentabilidade do ambiente, com produtos que viabilizem uma alimentação saudável (ELL; OLIVEIRA E SILVA; NAZARENO et al., 2012).

Contudo, apesar da conservação da terra ser uma prática importante dos trabalhadores agricultores, frente à preservação do ambiente e das demais formas de vida, há uma tendência desta ação estar voltada ao lucro (AMÉRICO; CARVALHO; FREITAS LIMA et al., 2008). No RS, a cada cem reais gerados pela agropecuária estadual, quarenta e nove reais advêm da agricultura familiar, o que indica um alto contingente econômico a estes agricultores gaúchos (IBGE, 2006).

Assim, as práticas de cuidado conduzidas pelos moradores do local, no que tange as ações e conhecimentos inerentes ao ato de cuidar da saúde e do ambiente, conspiram para o entendimento do processo organizativo do trabalho, em uma perspectiva socioambiental (OMS, 1999; LEFF, 2012).

Logo, um dos aspectos relevantes para o alcance da sustentabilidade incide na participação ativa da comunidade e na forma como se organiza para tal. Conhecer o local onde as pessoas vivem, as adaptações realizadas pelo ser humano no seu próprio ambiente, reconhecendo-os para construir uma ciência que represente também as necessidades coletivas (LEFF, 2012). Ação avigorada por Menegat; Fontana (2010), os quais expõe a importância de conhecer o ambiente rural para a criação de ambientes sustentáveis e saudáveis, além de conhecer as condições de vida e saúde do trabalhador, tornando-o protagonista da sua saúde, bem como consciente e responsável pela saúde ambiental e coletiva.

Pois, mesmo que a saúde possa parecer autônoma em si mesma, ela é construída historicamente pelos indivíduos e constantemente relacionada às diferentes atividades humanas, apreendidas aqui pelo exercício do trabalho com a terra. Tem-se, portanto, no ambiente social, cultural, natural à construção do ser

humano, a construção do trabalhador (CEZAR-VAZ, 1996; CEZAR-VAZ; SOARES; MARTINS et al., 2005).

Frente a isto, é imprescindível a realização de medidas na área da Saúde do Trabalhador, que abordem a prevenção primária de doenças relacionadas ao trabalho, compreendendo ações de vigilância, diante das condições de trabalho e dos agravos à saúde (BRASIL, 2012a). Trata-se de uma atenção multidisciplinar, que viabiliza a participação dos trabalhadores na compreensão do impacto do trabalho sobre o processo saúde-doença. Esta ação é definida por legislações específicas, como a Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho, que direciona ações para assistir o trabalhador em todo o território nacional (BRASIL, 2012a).

Para Elsen; Marcon; Silva (2004) no momento em que os trabalhadores de saúde estiverem mais próximos das necessidades da comunidade, estes conseguirão mobilizar e impulsionar a população para o desenvolvimento do seu equilíbrio, tornando-a provedora de saúde através do cuidado. Nos países desenvolvidos existe a consciência de que a cura de doenças depende também das ações adotadas no ambiente (NAKAMURA; MARTIN; SANTOS, 2009).

Portanto, não se trata de privilegiar somente o conhecimento técnico-científico, mas os indivíduos, as famílias e a comunidade para uma consciência de que as ações humanas no ambiente interferem no processo saúde e doença. Assim, ao delinear a investigação para o ambiente rural, tem-se em questão a busca pelo entendimento da forma como estes trabalhadores desempenham a sua profissão frente à sustentabilidade do trabalho, do ambiente e da saúde humana. Destarte, esta construção investigativa possui como matriz de análise a sustentabilidade como um processo e, não como um resultado, pois conservar o ambiente, o trabalho e a saúde é uma prática humana constante que requer responsabilidade cidadã.

Nessa perspectiva, apresentam-se as questões de pesquisa:

- Como é caracterizada a sustentabilidade do trabalho agrícola familiar na Ilha dos Marinheiros?
- Como os trabalhadores agricultores da Ilha dos Marinheiros significam a sua saúde e atuam para mantê-la?

- Como os trabalhadores agricultores identificam os impactos positivos e negativos do trabalho agrícola familiar desencadeados no ambiente e conservam a saúde ambiental?

Com vistas a atender as questões de pesquisa, apresenta-se o objetivo geral do trabalho, analisar a sustentabilidade da relação socioambiental do trabalho de agricultores moradores da Ilha dos Marinheiros.

Dentre os objetivos específicos que nortearam a elaboração dos três artigos apresentados como resultados do trabalho têm-se:

- Caracterizar a sustentabilidade do trabalho agrícola familiar na Ilha dos Marinheiros.

- Identificar como os trabalhadores agricultores da Ilha dos Marinheiros significam a sua saúde e atuam para mantê-la.

- Compreender como os trabalhadores agricultores identificam os impactos positivos e negativos do trabalho agrícola familiar desencadeados no ambiente e conservam a saúde ambiental.

Como tese a ser sustentada no presente trabalho, tem-se: o trabalho construído pelos trabalhadores agricultores no contexto da agricultura familiar estabelece relações de sustentabilidade socioambientais, o que implica na compreensão dos impactos positivos e negativos do trabalho no ambiente para a produção de saúde humana e ambiental.

2 FUNDAMENTAÇÃO DO PROBLEMA

2.1 RELAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS: ILHAR E RURAL

A capacidade de intervenção humana no ambiente⁴ tem permitido constantes processos de adaptações e evoluções às espécies vivas, em especial às pessoas, tornando-as principais responsáveis pelas mudanças socioambientais. Assim, no intuito de viver, o ser humano vai apropriando-se do ambiente, o qual é entendido por Leff (2012, p. 147) como “[...] um objeto complexo, integrado por processos de ordem natural, técnica e social, cujas causas e objetivos não podem ser absorvidos num modelo global, por complexo, aberto e holístico que pretenda ser.”

Logo, o ambiente, um dos elementos importantes trabalhado no presente estudo, constitui-se a partir de processos interativos, físicos, biológicos, econômicos, políticos e culturais, cujas relações humanas existentes nele, denotam a sua complexidade. Por tanto, são os modos de produção, estilos de vida e as potencialidades ecológicas de cada região que necessitam ser consideradas conforme o seu contexto (LEFF, 2003; 2012). O que leva a espécie humana a participar da construção do ambiente como um grande projeto e, por ele ser habitável, o ato de construir necessita ser sem destruir, inovar sem depredar. Ação que envolve o comprometimento social, mediante as relações inter-humanas e o conhecimento sobre as maneiras como as comunidades se organizam (LEFF, 2003; 2012; HELMAN, 1994).

O reconhecimento de que a saúde ambiental é uma prioridade social à manutenção da saúde humana, passou a ter o seu registro em 1992, na agenda 21, produto da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente. Não obstante, tem-se a atenção à saúde humana, à Saúde dos Trabalhadores em dado ambiente e a valorização do desenvolvimento científico orientado para a gestão prudente do ambiente a favor do desenvolvimento sustentável (BRASIL, 2014a).

Nesta perspectiva, considera-se a Ilha dos Marinheiros como um ambiente constituído de relações socioambientais, intrinsecamente vinculadas aos fatores socioeconômicos, geográficos e culturais do viver e trabalhar na agricultura em uma

⁴ As palavras em negrito apresentadas na fundamentação do problema representam o delineamento teórico constitutivo do referencial proposto neste projeto de doutoramento.

ilha. Cujos aspectos geracionais estão intimamente vinculados com a manutenção deste trabalho.

Portanto, remete-se a necessidade de entender como se expressa o ato de viver e trabalhar dentro de uma especificidade geográfica, cujas características do local e da população compõem a sua organização social (AZEVEDO, 2003). O que permite conhecer as relações socioambientais, as quais envolvem a sociedade, a população e o contexto em que vivem, estando associadas à herança cultural e ao cuidado com o ambiente (BORGES; CEZAR-VAZ; SILVA, 2012). Estas relações necessitam ser apreendidas pelo ser humano frente aos prejuízos e benefícios à saúde humana e ambiental delas decorrentes. O que implica em um saber ambiental construído continuamente em meio a um conjunto de interesses e de práticas sociais (SENA; CEZAR-VAZ; BONOW et al., 2010).

Neste sentido Patrão; Vasconcelos-Raposo (2012) destacam a multiculturalidade social existente em uma ilha como fator determinante para a evolução histórica do local, cujo trabalho e seus efeitos na saúde humana e ambiental se expressam. Na Ilha dos Marinheiros, a predominância da cultura portuguesa reflete a forma como os ilhéus exercem a sua prática laboral, predominantemente voltada à agricultura familiar.

Assim, as relações de uma população agrícola com o meio em que vive envolvem suas crenças, valores e informações construídas ao longo de sua vida, condicionadas à sua realidade e ao seu entorno. As quais podem contribuir para o desenvolvimento de prejuízos à saúde do próprio trabalhador agricultor, como também do ambiente que dele depende para desenvolver sua atividade laboral (PERES; MOREIRA, 2007; LASCHEFSKI; DUTRA; DOULA, 2012). Berry (2011) acrescenta que o trabalho dos pequenos agricultores tende a causar um menor impacto ao ambiente frente às grandes plantações, pois o uso da terra e demais recursos naturais, comumente é respeitado na busca pela produtividade (FORERO-ÁLVAREZ, 2013).

Na Ilha Grande, no Rio de Janeiro há preocupação com a conservação ambiental em meio aos efeitos socioeconômicos advindos da própria evolução humana da região. Instala-se um enfrentamento entre diferentes formas de conviver, de usar o espaço insular, evidenciando que o local em que há maior interferência do mundo urbanizado sofre maior impacto sob a visão antrópica. Intercessão ainda absorvida de forma mais amena pelos ambientes em que a ruralidade esta presente

(FERREIRA; CARNEIRO, 2005). Ao estabelecer uma analogia com o local de pesquisa, identifica-se a preocupação dos trabalhadores agricultores quanto à prudência na realização do trabalho frente a constante relação com o ambiente.

Neste raciocínio, dentre os aspectos socioeconômicos a serem considerados, está à dificuldade com as questões de saneamento básico, a inexistência da coleta de lixo, adicionando-se a presença de animais com livre circulação nos domicílios e áreas de trabalho dos ilhéus. Fato que representa um enfrentamento à saúde humana e ambiental de uma ilha, pois contribui para a disseminação de morbidades e mortalidades locais (CORONATO; BASTOS; DUARTE, et al., 2012).

Não obstante, estudos realizados em ilhas no Brasil revelam que as precárias condições de moradia e saneamento estão fortemente vinculadas com o desenvolvimento de algumas zoonoses parasitárias. Dentre as zoonoses insulares estão os ancilostomídeos, leishmaniose visceral, doença de Chagas, dengue e viroses como a hepatite C (LUITGARDS-MOURA; BORGES-PEREIRA; COSTA et al., 2005; FLAUZINO; SANTOS; OLIVEIRA, 2011; CORONATO; BASTOS; DUARTE et al., 2012; OLIVEIRA; SILVA; SANTOS et al., 2011; SILVA; TAUIL; CAVALCANTE et al., 2008.) A precariedade no abastecimento de água potável e a indevida eliminação dos dejetos humanos são alguns dos fatores contributivos para o desenvolvimento destas enfermidades nas unidades rurais.

Ao relacionar estas características insulares com o exercício do trabalho agrícola Schirmer; Berry; Brien (2013) revelam que a estreita contiguidade dos agricultores com a terra representa a necessidade de cuidado para ambos, pois a vulnerabilidade se constitui diante da degradação ambiental. Portanto, a realização do trabalho agrícola possui um paralelo com a saúde do trabalhador, no que tange o desencadeamento de limitações voltadas ao agroecossistema e às disfunções fisiológicas no organismo humano (PETERSEN, 2007).

Para Oliveira; Silva; Santos et al. (2011) além da precariedade com o saneamento básico estar vinculada com o desenvolvimento de alguns adoecimentos, o baixo nível de escolaridade e de remuneração familiar mensal dos ilhéus agricultores também colabora para tal. Demos; Sazakli; Jelastopulu et al. (2013) avigoram a questão da baixa escolaridade entre os agricultores como fator lesivo à manutenção da saúde destes trabalhadores.

Na Ilha do Ituqui, Pará, no Baixo Amazonas, as comunidades revelam a presença de apenas escolas de ensino fundamental na ilha, o que explica a grande mobilidade da população mais jovem em busca da complementação de sua formação educacional (ADAMS; MURRIETA; SANCHES, 2005).

A exigência do mundo capitalista e os avanços da modernidade passam a competir com o viver rural, o qual requer um longo e cansativo empenho físico e mental para incluir-se no progresso social. São forças políticas da industrialização, mecanização, urbanização e da própria educação, esta disponibilizada na íntegra comumente nos centros urbanos. Aliado a este desenvolvimento está o incremento da ação humana insustentável, que ameaça não só a continuação da existência das aldeias agrícolas, mas também da sua cultura e do ambiente. Viver dentro dos limites da natureza perde o seu valor social, devido à falta de investimentos locais. E os costumes, tradições e modos de vida constituídos da cultura ao longo do convívio destes trabalhadores agricultores são ameaçados pela sua descaracterização (LEVINE; HUGHES; RYAN et al., 2008).

Frente ao afastamento dos jovens agricultores do seu trabalho com a terra, um dos países da América do Sul, a Argentina, se propôs a intervir na redução da perda da qualidade de vida rural, bem como na diminuição destas migrações. Este país passou a fornecer capacitações e assistências técnicas específicas aos trabalhadores rurais, incentivando o empreendedorismo aos jovens, obtendo uma aceitação satisfatória destes (ARGENTINA, 2008).

Assim, a valorização da juventude rural é uma das metas da OIT (OIT, 2009), no que tange a inserção dos jovens no seu processo de escolarização e aperfeiçoamento frente às necessidades que a agricultura exige. Contribuindo para a permanência destes jovens no seu contexto rural, subsidiando maior consciência da importância do seu trabalho à sociedade e, deste trabalho na agricultura ser realizado com respaldo nos conhecimentos específicos que o mesmo determina.

Contudo para Araujo; Lemos; Queiroz et al. (2001) há falta de informações do agricultor ilhéu especialmente relacionadas aos impactos do seu trabalho na saúde humana e ambiental. Muitas vezes as questões financeiras destacam-se em meio às exigências da própria sobrevivência, tornando as ações laborais no meio rural, financeiramente rentáveis e gradativamente inviáveis à sustentabilidade do ambiente (SATTERTHWAITE; MCGRANAHAN; TACOLI, 2010).

Portanto, averiguar a forma de viver e trabalhar em uma ilha com características rurais em que a agricultura predomina, e o impacto na saúde destes trabalhadores, torna-se uma ação importante. Pois as relações socioambientais constituem-se por vezes, agressivas, gerando prejuízos crônicos ao ambiente e, por consequência, ao ser humano. Condizente a tal apontamento, reforça-se que é oriundo da agricultura que mundialmente se obtém, como principal fonte, a manutenção e provimento da alimentação, vestuário e habitação (FAO, 2014). A terra constitui-se, portanto, a base do provimento de recursos não só do ponto de vista material, no qual o alimentar se inclui, mas também simbólico, pois possuir um pedaço de terra, socialmente representa certa independência (PLOEG, 2009).

Portanto, identifica-se que diante das relações socioambientais, os trabalhadores agricultores buscam o seu sustento a partir do cultivo do elemento terra, constitutivo do ambiente. E são as práticas sociais conscientes frente à atenção com o ambiente e com a saúde humana que integram a visão de sustentabilidade (CEZAR-VAZ; SOARES; MARTINS et al., 2005). Seja pelo exercício do trabalho agrícola inerente a zona rural, ou pelo convívio constante com o ambiente, pois o próprio ato de viver já contribui constantemente para a degradação da vida, o que requer responsabilidade frente aos impactos para si, para a sua família, para o outro e ao ambiente.

2.2 AGRICULTURA FAMILIAR

No Brasil, são mais de 16 milhões de trabalhadores rurais (IBGE, 2010a) e aproximadamente 11 milhões e meio possui laços de parentesco com o proprietário da terra, o que abaliza para o fato de que a maioria das atividades econômicas neste cenário é do tipo familiar (IBGE, 2006). Muitos destes brasileiros já nascem no meio rural e por lá permanecem, aprendendo o trabalho com a família (DEAN; HUDSON; HAY-SMITH et al., 2011; LASCHEFSKI; DUTRA; DOULA, 2012).

No Brasil, tem-se desde 1995 o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o qual financia projetos individuais ou coletivos, aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. O programa oferece baixas taxas de juros nos financiamentos rurais o que representa menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito do País. Portanto, na geração de renda, as famílias podem utilizá-lo para o custeio da safra ou atividade agroindustrial, seja

para o investimento em máquinas, equipamentos ou infraestrutura de produção e serviços agropecuários ou não. Não obstante, a renda bruta anual familiar deve ser de até 20 mil reais e no mínimo 50% da renda procedente de atividades desenvolvidas no estabelecimento rural (BRASIL, 2014b). Realidade apreendida junto à Ilha dos Marinheiros.

Nos países da América do Sul tem-se uma variedade de programas institucionais dirigidos à agricultura, na Argentina, o Projeto de Desenvolvimento para Pequenos Produtores Agropecuários criado em 1998; no Peru, o Projeto Agrorural desde 2008, no Chile o Programa de Desenvolvimento Agropecuário desde 1962. Países como Bolívia, Colômbia, Equador e Uruguai, além daqueles da América Central também contam com diversos programas públicos dirigidos especialmente à agricultura familiar (CEPAL; FAO; IICA, 2014).

No Brasil, as unidades produtivas cultivadas pela família são expressas por hectares (ha) e fixadas em quatro módulos fiscais, diferentemente dispostos a cada município de acordo com o tipo de exploração, a renda obtida com a exploração preponderante e as outras explorações no município que, embora não preponderante, sejam significativas em função da renda da área utilizada (BRASIL, 2014e,f). No município do Rio Grande, local em que o cenário de pesquisa se insere, tem-se um total de 100 ha para a pequena propriedade (BRASIL, 2014e).

No Censo Agropecuário 2006, foi identificado que o Brasil possuía 84,4% dos estabelecimentos na agricultura familiar, o que representa uma ocupação territorial de 80,25 milhões de ha ou 24,3% da área ocupada, com média 18,37 ha cultivados (IBGE, 2006). Seguramente diante deste contexto, as pequenas propriedades em que predomina a policultura, a mão de obra é indispensável, porque não existe capital suficiente para a inserção de equipamentos e maquinários que auxiliem de maneira mais pareável ao desgaste humano do trabalhador frente à ação laboral nos processos de produção. Esta realidade corrobora no desenvolvimento de prejuízos à saúde do trabalhador, bem como à obtenção desfavorável dos preços valorados pelo mercado, já que a maior tecnologia investida e a capacidade elevada de exportação está direcionada às grandes propriedades não familiares (BORGES; SANTOS, 2013). As quais apresentam em torno de 75,7% da sua área ocupada, ou seja, 309,18 hectares, o que revela as dificuldades enfrentadas na agricultura familiar (IBGE, 2006).

Assim, na agricultura familiar, a forma como o trabalho é realizado envolve na família, jovens adultos e/ou idosos sujeitos à exposição de agravos a sua saúde decorrente do processo de trabalho. O que requer considerar os riscos a que estes trabalhadores agricultores estão expostos, as características atreladas à maneira como trabalham e os adoecimentos que sofrem (PICKETT; DAY; HAGEL et al., 2011; LASCHEFSKI; DUTRA; DOULA, 2012; ANDERSON; JOHNSON; TRIGO et al., 2012).

Desta forma, a melhoria das condições de trabalho na agricultura é uma necessidade não somente expressa pelos países em desenvolvimento, como àqueles países desenvolvidos da Europa Ocidental. Na Espanha, esta necessidade é verificada especialmente no setor de horticultura, cujo trabalho é conduzido na maioria, pelo proprietário, o cônjuge e os filhos (GARCÍA-MONTOYA; CALLEJÓN-FERRE; PÉREZ-ALONSO et al., 2013).

Na ilha de Mutum, no Paraná, o cultivo de hortifrutigranjeiros para subsistência também é realizado pelos integrantes da família, incluindo mães e filhos (CARREIRA; ALVIM, 2002). Havendo uma contrária tendência de evasão do meio rural, de acordo com Brumer; Pandolfo; Coradini (2008), os quais afirmam que tanto no RS, como em Santa Catarina e Paraná, tanto os homens quanto as mulheres consideram positiva a possibilidade de casar-se com um agricultor e, por consequência, de fixar residência nesse meio. Até porque, o meio rural continua a ser concebido como um lugar tranquilo, seguro e onde há maior qualidade de vida.

Conforme Carneiro; Maluf (2003) o trabalho na agricultura depreende intenso esforço físico dos trabalhadores, baixo prestígio social e lucratividade. Mas também oferece vantagens como a tranquilidade do meio rural, a satisfação pelo exercício do trabalho, a manutenção do sustento da família e a autonomia nas decisões inerentes à profissão. Para estes autores, atuar na agricultura está relacionado ao cuidado com a natureza quando não são utilizados os agrotóxicos, não são feitas queimadas, nem desmatamentos, o que exige a conscientização dos trabalhadores para tal, sendo oportuno ressaltar que estes apontamentos trazidos por Carneiro e Maluf fizeram parte da investigação do presente estudo.

O envolvimento dos integrantes da família também se faz no processo de aprendizado quanto ao manejo da terra; para Peres; Lucca; Ponte et al. (2004) este processo é transmitido através das gerações familiares, pelos pais, os quais

difundem os conhecimentos e contribuem para incentivar com que a prática agrícola seja realizada pelos componentes da família.

Assim, tanto o conhecimento sobre o trabalho na agricultura como as próprias propriedades são passadas às gerações futuras como um patrimônio cultural, representando a sua importância na prática da agricultura realizada entre os integrantes da família (LASCHEFSKI; DUTRA; DOULA, 2012; FORERO-ÁLVAREZ, 2013). Os agricultores familiares no RS comumente possuem suas terras por meio de herança, os pais adquirem pequenos lotes de terras, as quais são passadas aos seus filhos, característica que representa a força história e cultural da agricultura familiar na região sul (IBGE, 2006). Esta forma de vida onde os integrantes da família investem a maior parte de sua força de trabalho gerando o autoemprego, autonomia e progresso, beneficia toda família. São ações que envolvem o resgate do passado no presente com olhar para o futuro, pois os pais trabalham para e com os filhos (PLOEG, 2014).

Wanderley (2009) ressalta que a inserção predominantemente da mão de obra familiar auxilia na preservação do patrimônio natural, por meio da adequação dos processos produtivos frente aos recursos naturais renováveis, como a água e o solo na geração dos alimentos. Ação expressa na Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (BRASIL, 2006c).

Não obstante, a agricultura familiar, além de envolver a família, também se caracteriza pela inserção de um coletivo em que os relacionamentos entre vizinhos estão atrelados à tomada de decisões e às vezes, ao trabalho realizado. Contando com a estrutura social local para as constantes trocas de informações e conhecimentos no trabalho, em meio às relações socioambientais locais (FORERO-ÁLVAREZ, 2013).

Para Poletto; Gontijo (2012) ajudar os vizinhos no trabalho com a agricultura é uma característica que predomina especialmente nos períodos de colheita e transplante de mudas. Fato que demonstra que o exercício do trabalho possui o apoio e a troca de favores entre os moradores adjacentes as suas plantações.

Um fator positivo no estudo de Poletto; Gontijo (2012); Demos; Sazakli; Jelastopulu et al. (2013) é que o número de filhos agricultores ainda se concentra em torno de três por família. Em Santa Catarina, têm-se uma média de 2,4 pessoas por estabelecimento familiar (IBGE, 2006). E mesmo havendo o sistema de

policultura temporária, realidade para muitos pequenos proprietários, a mão de obra é essencialmente familiar (OLIVEIRA-SILVA; ALVES; MEYER et al.; 2001).

Constitutivamente, o estabelecimento familiar representa não só um lugar de produção, mas é também o lar da família agricultora, é o local onde as experiências são acumuladas e o conhecimento é transmitido à geração seguinte, de maneira a preservar a cultura e o ambiente ao cultivar a terra (PLOEG, 2014). Fato que contribui segundo Smallfield; Anderson (2008) para que o exercício do trabalho seja feito no mesmo ambiente em que o agricultor mora, e esta proximidade colabora para que as atividades laborais se sobressaiam daquelas de lazer junto de sua família.

No estudo de Faria; Facchini; Fassa et al. (2000) realizado no RS, nas cidades de Antônio Prado e Ipê, cuja estrutura é de pequenas propriedades, a realização do trabalho na agricultura familiar é manual, seguido dos implementos agrícolas, todos utilizados essencialmente pelos membros da família. As atividades que exigem maior força de trabalho na agricultura, nesta porção do RS são a colheita, seguida do preparo do solo, plantio, limpeza da lavoura e poda. Contudo, é no período da safra em que o trabalho excede às oito horas diárias. Nesta concepção, a atenção com a saúde, segurança ocupacional e geracional deveria ser mais priorizada pelos trabalhadores agricultores, pois o adoecimento de um integrante da família desencadeia um efeito cascata quanto ao acúmulo de responsabilidades para àqueles que permanecem trabalhando na unidade familiar (BRUMBY; WILLDER; MARTIN, 2009).

Assim, perante a importância social e econômica expressa pela agricultura familiar, a discussão frente às implicações das políticas agrícolas e tecnologias empregadas sobre a saúde destes trabalhadores é essencial (FARIA; FACCHINI; FASSA et al., 2000). E mesmo que o foco aqui neste capítulo tenha sido a agricultura familiar, tem-se a saúde do trabalhador agricultor como um grande escopo do presente estudo, pois é ele, o trabalhador, que compreende a constituição do trabalho na família. Logo, a Ilha dos Marinheiros, com o seu trabalho respaldado na e pela família demanda cuidados em saúde aos seus trabalhadores, sejam homens ou mulheres, idosos ou jovens.

2.3 AGRICULTURA: TRABALHO E SAÚDE

A agricultura ocupa um terço da superfície da terra (BRASIL, 2014a) e o trabalho apresenta-se como uma das atividades laborais importantes no mundo, classificada como uma das profissões mais perigosas nos países em desenvolvimento. Dentre as razões está a falta de acesso às tecnologias apropriadas para a realização do trabalho, especialmente no meio rural, contribuindo para o desenvolvimento de prejuízos à saúde dos trabalhadores agricultores (MARONI; FANETTI; METRUCCIO, 2006; SINGH; SINWALB; RATHORE, 2012).

E, apesar da agricultura ser a espinha dorsal das comunidades rurais, conforme Fragar; Depczynski; Lower (2011), tem sido dada pouca atenção à saúde destes trabalhadores, além de dificilmente serem documentados os problemas de saúde nos devidos serviços. Fato que dificulta o estabelecimento do nexo causal do adoecer, com o trabalho na agricultura. Nesta perspectiva, os autores supracitados reforçam a importância de pesquisar sobre a saúde desta categoria profissional, especialmente daqueles com idades entre 25 e 74 anos. Idade em que na Austrália, a maioria dos trabalhadores agricultores estão em exercício profissional e por isso, representam um grupo em desvantagem em termos do seu estado de saúde frente àqueles não agricultores.

De acordo com Fragar; Mancha; Perkins et al. (2010) em seu estudo na zona rural da Austrália, em Nova Gales do Sul, os agricultores são os trabalhadores que mais anos moram na área rural e mais idade possuem frente as demais profissões. Assim, o trabalho inclui muitas vezes o idoso aposentado, que continua exercendo as suas atividades na agricultura e por isso, exercendo um trabalho exaustivo envolvendo normalmente várias horas do dia (SMALLFIELD; ANDERSON, 2008; PICKETT; DAY; HAGEL et al., 2011).

Conforme Fragar; Depczynski; Lower (2011), a partir dos 75 anos há um aumento importante no número de agricultores ativos registrados no sistema de codificação desta profissão. Assim, em detrimento ao elevado tempo que atuam no cultivo da terra, as manifestações de adoecimentos estão fortemente relacionadas com a maneira que realizam o seu trabalho. Por isso, na Nova Zelândia, além da preocupação com a condição de saúde dos agricultores, há necessidade de entender como o trabalho é desenvolvido, para desta forma identificar se o mesmo

exerce alterações no bem estar dos agricultores (DEAN; HUDSON; HAY-SMITH et al., 2011).

No oeste da Índia, os horticultores de Udaipur, no estado de Rajasthan, apresentam a colheita de hortaliças como a atividade que mais desempenham, seguido do transporte das culturas das lavouras até as suas moradias. A preparação do solo merece atenção nesta região, pois é realizado essencialmente pelas mulheres em virtude da sua baixa escolaridade, muitas delas analfabetas (SINGH; SINWALB; RATHORE, 2012). Tornando-se relevante preocupar-se com os efeitos do trabalho na saúde humana, especialmente às pessoas que possuem idade mais avançada, e às mulheres, que atuam tanto quanto os homens na agricultura (ZHANG; WEI; FUKUMOTO et al.; 2011). Visto que as mulheres representam 40% da força de trabalho na agricultura familiar no RS (IBGE, 2006). Realidade verificada na Ilha dos Marinheiros, frente à idade e atuação de ambos os sexos no trabalho.

Em média os agricultores trabalham 12,9 horas diárias, atingindo 16 horas, notadamente na colheita dos produtos e transplante de mudas em Ituporanga, Santa Catarina (POLETTTO; GONTIJO, 2012). Logo, durante a realização do plantio dos produtos e na época de colheita destes, os agricultores costumam trabalhar praticamente todos os dias da semana, ficando expostos não somente aos elementos naturais, como o calor e o frio extremos, e as tempestades de chuva. Mas também às toxinas utilizadas no combate de ervas daninhas e pragas que se multiplicam nas lavouras, o que demanda competência do trabalhador agricultor para atuar sob longas jornadas, com ritmo intenso de trabalho e bruscas condições ambientais (CONNOR; LAYNE; THOMISEE, 2010).

Para assegurar o sadio desenvolvimento do trabalho rural, dada a sua importância econômica e social, faz-se necessário conhecer as condições nacionais e locais frente às dificuldades referentes à vida dos trabalhadores rurais e à produção agrícola. Conhecer o processo de trabalho rural, a fim de promover educação, subsidiando noções relacionadas à manutenção da sua saúde ao desempenhar as funções agrícolas. Para tal, é imperativo atentar às necessidades sociais, econômicas e culturais dos trabalhadores rurais sob a perspectiva inicialmente local (BRASIL, 2013a), intenção cujo presente estudo se propôs.

Neste sentido, o trabalho apresenta-se como um elemento importante, pois se constitui como um objeto universal à sobrevivência humana envolvendo um processo em que a atividade laboral gera transformações na natureza e nos próprios

trabalhadores (MARX, 2010). Desta forma, a exposição a longas horas de trabalho com intensa sobrecarga física e mental é determinante para o desenvolvimento de prejuízos aos trabalhadores agricultores. E esta relação não está diretamente associada apenas aos fatores econômicos, mas aos operacionais referentes às atitudes e costumes ao desempenhar o trabalho (CONNOR; LAYNE; THOMISEE, 2010; PICKETT; DAY; HAGEL et al., 2011).

Nos Estados Unidos, a importância dada ao sustento da família, faz com que muitos agricultores se preocupem com a sua saúde, prevenindo-se de possíveis adoecimentos decorrentes do trabalho no cultivo da terra. E estes estão relacionados à falta de compreensão tanto dos trabalhadores, como profissionais de saúde frente aos determinantes sociais e culturais oriundos do trabalho. O que instiga uma atenção à saúde coletiva, com um olhar ao comportamento individual conforme a região em que o trabalhador exerce a sua função (STALLONES; ACOSTA, SAMPLE et al.; 2009).

Muitos trabalhadores dos Estados Unidos, a maioria, migrantes de outras regiões, ao atuarem no manejo da terra em ritmos intensos e distantes do acesso ao sanitário, à água e aos alimentos, possuem riscos em potencial para desenvolver prejuízos à sua saúde (CONNOR; LAYNE; THOMISEE, 2010). Assim, existe um programa, direcionado à saúde da população migrante atuante na agricultura. Este programa viabiliza centros de cuidados primários em saúde com enfoque preventivo, oferecendo profissionais de saúde bilíngues preparados para atuar com estes trabalhadores (BROWER; EARLE-RICHARDSON; MAIO et al., 2009).

Portanto, a disposição física dos trabalhadores agricultores é um fator importante na manutenção da saúde no meio rural (ZHANG; WEI; FUKUMOTO et al., 2011). No México, a força braçal despendida para a realização do trabalho agrícola tem merecido o investimento de pesquisas. Pois, caracteriza-se essencialmente manual, contando com o apoio da família e de animais, o que colabora para o desencadeando de desgastes à saúde, dada forma desprovida do suporte de instrumentos de trabalho com maior tecnologia no campo (STALLONES; ACOSTA, SAMPLE et al.; 2009; DEAN; HUDSON; HAY-SMITH et al., 2011). Apoio técnico este, fornecido no Brasil pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que almeja o desenvolvimento de ações para facilitar a adoção de tecnologia sustentável no campo, como forma de erradicar a pobreza no meio rural e melhorar a qualidade de vida do trabalhador agricultor (BRASIL, 2014c).

A sobrecarga do trabalho é também um fator de predisposição ao desenvolvimento de agravos a saúde do trabalhador agricultor, e muitas vezes, esta forma exaustiva de trabalhar é imperceptível a ele até que o mesmo sinta interferência no seu rendimento laboral devido às alterações orgânicas e fisiológicas (FARIA; FACCHINI; FASSA et al.; 2000).

Com o mascaramento dos problemas de saúde conduzido pelos próprios trabalhadores agricultores, as situações de adoecimento evitáveis passam a se tornar graves, gerando também avarias econômicas, que juntas demandam o encaminhamento aos serviços de saúde (MARONI; FANETTI; METRUCCIO, 2006; BRUMBY; WILLDER; MARTIN, 2009). As dificuldades no manejo da agricultura assumem, portanto, diferentes enfrentamentos quando relacionadas à manifestação de agravos à saúde do trabalhador agricultor e de sua família (PLOEG, 2014). E, com o processo de envelhecimento dos trabalhadores agricultores, somado com a subnotificação dos problemas de saúde voltados ao seu trabalho, os adoecimentos se manifestam com maior intensidade (BRUMBY; WILLDER; MARTIN, 2009).

As razões para os trabalhadores agricultores não prestarem a devida atenção a sua saúde podem estar relacionadas aos prejuízos financeiros oriundos do tempo que permanecem fora do trabalho para viajar em busca de tratamento. Pois, muitos são pequenos agricultores e, por conseguinte, auto-empregadores (DEAN; HUDSON; HAY-SMITH et al., 2011). Outro motivo incide na falta de acesso ao sistema de saúde local (BRUMBY; WILLDER; MARTIN, 2009) e pelas dificuldades de deslocamento decorrentes da inexistência de transportes aos trabalhadores (CÓRDOVA; RIBAS; WOSNY, 2011). Há também a carência na identificação e controle dos efeitos nocivos que o trabalho desencadeia na saúde destes trabalhadores. Logo, a participação de homens e mulheres agricultoras nos programas de educação em saúde, torna-se importante, a fim de reduzir riscos de morbidade e mortalidade agrícola. Frente a isto, há na Austrália, o desenvolvimento de um Programa voltado às famílias do meio rural com um olhar para a sustentabilidade, o qual aborda temas condizentes com a realidade local (BRUMBY; WILLDER; MARTIN, 2009).

Destarte, a relação trabalho e saúde do agricultor torna-se uma questão relevante e complexa, dada a significância do seu trabalho para a sobrevivência da população (BRUMBY; WILLDER; MARTIN, 2009). Contudo, diante desta necessidade que é sobreviver, verifica-se segundo Anderson; Johnson; Trigo et al.

(2012), que grande parte dos trabalhadores agricultores recorrem à assistência em saúde em média, no Alabama EUA, em um ano e cinco meses, cuja distância muitas vezes torna-se um fator para dificultar o acesso. E, diante das exigências do trabalho, muitas vezes, os agricultores não viabilizam um tempo para cuidar de sua saúde, sugerindo a inclusão de unidades móveis de prestação de atendimento à saúde também nos finais de semana nos espaços rurais.

Logo, a possibilidade de aliar o prazer de trabalhar com o ato de cultivar a terra, preocupando-se com a saúde destes trabalhadores é uma ferramenta importante para manter a saúde e elevar a produtividade na lavoura. Dentre as ações correspondentes para tal, está a determinação de horários que facilitem tanto a realização do trabalho, como o convívio familiar e social fora da atividade laboral (GARCÍA-MONTOYA; CALLEJÓN-FERRE; PÉREZ-ALONSO et al., 2013).

Por isso, multiprofissionais da área da saúde empenharam-se em subsidiar apoio aos agricultores, por meio de intervenções, reorganizando o envolvimento do agricultor com o trabalho de forma flexível e adaptável. A rotação sazonal de tarefas, a capacidade de obter diaristas e ainda, a obtenção de conhecimentos frente aos adoecimentos oriundos da agricultura são algumas das ações propostas, tendo em vista que eles possuem dificuldades para realizar pausas ou férias no trabalho. Tornando o agricultor ciente dos perigos e de suas limitações ao trabalhar (DEAN; HUDSON; HAY-SMITH et al., 2011).

Em virtude das dificuldades vivenciadas por muitos trabalhadores agricultores de diversas regiões e países, tornam-se necessárias políticas e planejamentos de longo prazo que busquem apoiar estes trabalhadores no cultivo da terra. O desenvolvimento de capacitações locais visando estratégias de geração de renda adaptáveis e flexíveis aos agricultores, com foco na subsistência rural e no aprimoramento de conhecimentos representam uma das ações benéficas a esta população (BHANDARI; GRANT, 2007; LEFF, 2009).

Dentre os órgãos competentes para estes fins, está o Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho (DSST), o qual viabiliza nacionalmente o suporte legal às formas de relações de trabalho e emprego para as atividades da agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e aquicultura (BRASIL, 2005). O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) também atua na preparação dos agricultores à atuação segura e profissional de cultivo e comercialização dos seus

produtos, viabilizando cursos e capacitações aos trabalhadores rurais (SENAR, 2009).

Há também a Emater/ASCAR (Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural/Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural do Rio Grande), cuja visão está direcionada à promoção do desenvolvimento rural sustentável por meio de ações de assistência técnica e extensão rural. Esta instituição se utiliza de processos educativos e participativos, com vistas ao fortalecimento da agricultura familiar e a melhoria da qualidade de vida da população gaúcha (EMATER, 2014).

Não obstante, os profissionais de saúde, no suporte à assistência de cuidados aos trabalhadores agricultores, necessitam conhecer as propostas destes órgãos oficiais referidos, além das exposições ocupacionais locais destes e os adoecimentos associados a este trabalho. Com vistas a facilitar o processo diagnóstico frente aonexo causal (ANDERSON; JOHNSON; TRIGO et al., 2012). Somada a atuação dos profissionais de saúde está a realização de um trabalho conjunto com as cooperativas e sindicatos de trabalhadores rurais, de acordo com os programas de educação sanitária, os quais poderiam representar uma estratégia para aliar a saúde no processo de trabalho agrícola (FEHLBERG; SANTOS; TOMASI, 2001).

Considerar a diversidade dos grupos populacionais com especial atenção à população rural é alvo da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta. Esta busca melhorar o nível de saúde das populações do campo e da floresta, por meio de ações e iniciativas que reconheçam as especificidades, como a redução de riscos à saúde decorrentes do trabalho e das inovações tecnológicas agrícolas (BRASIL, 2013c).

Há necessidade de integrar os setores saúde, trabalho e ambiente em torno da garantia da qualidade de vida das populações do campo e da cidade, tendo como conceito norteador a sustentabilidade ambiental, a sustentabilidade da vida (MARONI; FANETTI; METRUCCIO, 2006; PERES; MOREIRA, 2007). Tema a ser discorrido no capítulo a seguir, tornando-se possível analisar, prevenir e controlar as agressões ambientais para a articulação de conhecimentos e ações em prol da saúde humana (PORTO, 2005). Portanto, além da possibilidade de viver em um ambiente rural exercendo o trabalho na agricultura com liberdade na tomada de decisões (DEAN; HUDSON; HAY-SMITH et al., 2011), preocupar-se com a saúde no

trabalho é elementar e indiscutivelmente relevante no campo da Saúde do Trabalhador.

2.4 SAÚDE HUMANA E AMBIENTAL: UMA VISÃO SUSTENTÁVEL NA AGRICULTURA

A preocupação com a saúde humana e ambiental no espaço rural é uma realidade latente; o trabalho agrícola de cultivo da terra é a fonte econômica de muitos agricultores no Brasil. Contudo, preocupar-se com uma agricultura que não agrida o ambiente e as pessoas envolvidas direta e indiretamente, remete a visão de sustentabilidade ambiental (DONHAM, 2000; LEFF, 2009; 2012). E a aplicabilidade da sustentabilidade na agricultura familiar está atrelada ao conhecimento geracional. E mesmo sabendo que os prejuízos desencadeados pela prática da agricultura à saúde humana e ambiental são considerados insignificativos se comparados com a monocultura dos grandes proprietários, a preocupação frente aos impactos gerados possui a mesma importância (LASCHEFSKI; DUTRA; DOULA, 2012).

A busca pela ascensão econômica contribui para a devastação dos recursos naturais. Na produção agrícola, o sucesso das colheitas está relacionado com os impactos negativos na saúde, os quais são evidentes frente às ações que almejam apenas a obtenção do lucro (PIGNATI; MACHADO; CABRAL, 2007; LEFF, 2009).

Para Cuenca (2006), por mais visível que os prejuízos no ambiente se apresentam para o ser humano, este ainda está longe de focalizar sua atenção e ação para o desenvolvimento de intervenções voltadas a proteção do ambiente. O comportamento humano gera impactos destrutivos ao ar, a água, ao solo e aos animais desencadeando alterações nas constituições desses e dos ecossistemas⁵ que habita. Assim como, o avanço da tecnociência, que parece contribuir para os prejuízos ao ambiente e por consequência, ao ser humano, quando busca o favorecimento da rentabilidade econômica sem ater-se ao equilíbrio e harmonia entre os seres humanos e o ambiente. Logo, a interface entre a saúde humana e

⁵ Caracteriza-se por um processo dinâmico e interativo originário da relação entre as espécies vivas e o ambiente físico. O tamanho do ecossistema está relacionado com os subsistemas que o compõe, de modo que um sistema é formado por um conjunto de elementos que se relacionam entre si, o meio externo e outros sistemas. Esta rede de interações constitui um ecossistema. Percebe-se então, o quanto é importante conhecer as formas de convívio entre os sistemas para reconhecer que cada ação repercute em reflexos direcionados em tempo e espaço aos seus subsistemas e ao ambiente que o rodeia. Em razão destes processos, torna-se necessário reportar-se a seu contexto cultural e histórico, para entender o seu funcionamento (FRONTIER, 2001).

ambiental no manejo da terra requer uma abordagem intersetorial e multidisciplinar, envolvendo áreas de saúde, agricultura, ambiente e trabalho junto com universidades, movimentos populares e sindicais (PIGNATI; MACHADO; CABRAL, 2007).

Para Menegat; Fontana (2010) dentre os profissionais que poderiam contribuir na prevenção de agravos decorrentes do trabalho no ambiente rural estão os biólogos, ambientalistas, agrônomos, médicos, educadores, sanitaristas e os enfermeiros. Siqueira; Kruse (2008) reforçam a necessidade de desenvolver ações que visem à proteção da saúde do trabalhador no meio rural, construindo estratégias de intervenção com medidas educativas. De forma que o agricultor possa apoiar-se em orientações para produzir alimentos, ou seja, produzir trabalho sem prejudicar a sua saúde e a do ambiente.

Nos EUA, a Universidade de Dakota do Sul possui um Departamento de Terapia Ocupacional, a qual oferece aos discentes um componente específico para a atenção em saúde no meio rural. Através desta iniciativa, a universidade viabiliza o acompanhamento de aspectos socioculturais e temporais do trabalho na agricultura e pecuária frente à saúde destes trabalhadores. Esta oportunidade permite e ressalta que as questões voltadas ao trabalho no meio rural sejam consideradas na formação curricular, viabilizando o encorajamento dos futuros profissionais de saúde ao trabalho nestes ambientes, considerando as influências contextuais exclusivas da comunidade agrícola e suas necessidades locais (SMALLFIELD; ANDERSON, 2008).

As iniciativas de atenção à saúde do trabalhador agricultor conduzidas nos Estados Unidos só vem a reforçar a necessidade da incorporação de práticas educativas e preventivas a esta parcela da população (WOOTEN, 2011). Um exemplo de atenção à saúde do agricultor, dos consumidores e ambiente que os cerca, está na iniciativa proposta pelos agricultores atuantes na Austrália. Lá, a preocupação está no controle de qualidade dos produtos cultivados e consumidos, exigindo do trabalhador a certificação destes, havendo uma atenção com o outro, com o ambiente (LOWER; FRAGAR; TEMPERLEY, 2011). Fato que poderia se tornar uma prática não somente para os grandes produtores e comerciantes, mas também aos pequenos produtores, incentivando assim, ações mais condizentes ao cuidado com o uso de produtos agressivos à saúde humana e ambiental.

Outra prática está na redução do tempo de trabalho, preocupando-se com o correspondente ônus na produção, e a satisfação decorrente da realização de uma atividade socialmente valorizada. O que possivelmente resultaria na diminuição da prevalência de prejuízos à saúde dos agricultores (RECENA; CALDAS, 2008). Todavia, o baixo nível de escolaridade destes trabalhadores rurais, somado a sobrecarga física e a desvalorização econômica dos produtos acabam se tornando fatores perniciosos para a manutenção da saúde destes trabalhadores, por consequência, do ambiente (OLIVEIRA-SILVA; ALVES; MEYER et al., 2001; CONNOR; LAYNE; THOMISEE, 2010; PICKETT; DAY; HAGEL et al., 2011).

Para Teixeira (2007) em seu estudo realizado na ilha de Caratateua, Belém, no Pará a relação entre o trabalho e a saúde requer visualizar as necessidades históricas e sociais do ser humano e, para atendê-las é preciso intervir de forma que haja diálogo e satisfação do ilhéu. A autora supracitada revela ainda que as práticas educativas em saúde precisam considerar as experiências de vida dos ilhéus, as quais são construídas socialmente.

Os profissionais de saúde, em especial o enfermeiro, necessitam propor ações que ofereçam informações condizentes as formas como estes ilhéus vivem, cujo trabalho se faz. Para Camponogara (2012) a valorização do ambiente é fator indispensável à viabilização da assistência em saúde, depreendido historicamente por Florence Nightingale. O que exige esforços individuais e coletivos do profissional enfermeiro e demais profissionais envolvidos junto da população local. A fim de buscar resolubilidade frente aos impactos ambientais provocados pelo ser humano e diretamente relacionados ao processo saúde-doença.

Não se preocupando, apenas com a geração de mudanças de atitudes para produzir saúde, mas com o cenário e as especificidades das pessoas que habitam o local de estudo (TEIXEIRA, 2008). Refletir sobre a forma com que o trabalho está sendo realizado no espaço rural, e os impactos do trabalho aos humanos e não humanos frente à busca eminente pela sustentabilidade da vida, como uma prática de cuidado em saúde a ser conduzida pelos enfermeiros (CONNOR; LAYNE; THOMISEE, 2010).

Assim, restaurar a viabilidade ecológica da agricultura frente aos impactos sobre o ambiente e a saúde humana está relacionada com o apoio fornecido aos agricultores para que estes melhorem suas práticas laborais. A educação é uma

peça essencial no processo de entendimento dos agravos à saúde destes trabalhadores (MANCINI; JIGGINS; O'MALLEY, 2009).

Destarte, a falta de profissionais da saúde capacitados para lidar com as questões que envolvem o fortalecimento da saúde na zona rural, agregada a deficiência de conhecimentos quanto ao local mais indicado para recorrer a atenção em saúde, faz com que muitos trabalhadores da área rural, desenvolvam de forma silenciosa, um conjunto de sinais e sintomas perigosos à sua saúde (CONNOR; LAYNE; THOMISEE, 2010).

A formação e capacitação de profissionais da saúde, dentre eles a enfermagem, seria uma ação importante no que tange a manutenção da saúde dos trabalhadores, em especial daqueles moradores em áreas rurais (KENNY; DUCKETT, 2003; WOSNY; KLOH; LIMA et al., 2010; ARAGÓN; PARTANEN; FELKNOR et al., 2011). Buscando superar as manifestações corporais negligenciadas, corroborando para o encontro das expectativas e necessidades em saúde desta população (CONNOR; LAYNE; THOMISEE, 2010). Construindo um sistema eficiente de informações sobre as dificuldades em saúde no meio rural, interagindo profissionais ligados à extensão rural (FARIA; FACCHINI; FASSA et al., 2000).

Ação inicialmente estabelecida desde a construção deste estudo, vinculando representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Emater e a Secretaria Municipal de Agricultura, todos pertencentes ao município do Rio Grande. O que também corresponde às evidências formalizadas na Gestão de Segurança, Saúde e Meio Ambiente de Trabalho Rural Brasileira, que propõe a prevenção de doenças e acidentes decorrentes do trabalho, através da inserção de profissionais competentes para tal (BRASIL, 2005).

Nesta perspectiva, Leff (2012) aborda a complexidade ambiental, em que há necessidade de um olhar retrospectivo para o passado e prospectivo ao futuro para se pensar sobre as formas humanas de viver e a construção histórica e social que se faz inerente ao ambiente.

Transcender a consciência individual de forma a preocupar-se com o outro, considerando as outras formas de vida como integrantes e dependentes do ambiente que vivemos é uma das possibilidades de se pensar na sustentabilidade ambiental. No qual o ambiente compreende uma só terra em que o futuro da

humanidade é comum a todos. É, portanto, exercitando um pensamento global, com atuação local, que se estará agindo coletivamente (CUENCA, 2006; LEFF, 2012).

A atenção está para a ecossaúde, que busca de forma sustentável e ecossistêmica, a saúde do ambiente e das pessoas (WEIHS; MERTENS, 2013). Logo, deixar a terra sadia para os descendentes deve ser uma missão de quem a manuseia e estuda (TOKESHI, 2014). E considerar as particularidades de cada local, cada cultura para entender e auxiliar na manutenção da saúde das pessoas (CARREIRA; ALVIM, 2002), é uma ação dos profissionais de saúde, aqui fortemente representada pelo enfermeiro.

Com vistas a finalizar a fundamentação do problema e apresentar o marco teórico, propõe-se abaixo um esboço reflexivo que integra tais construções:

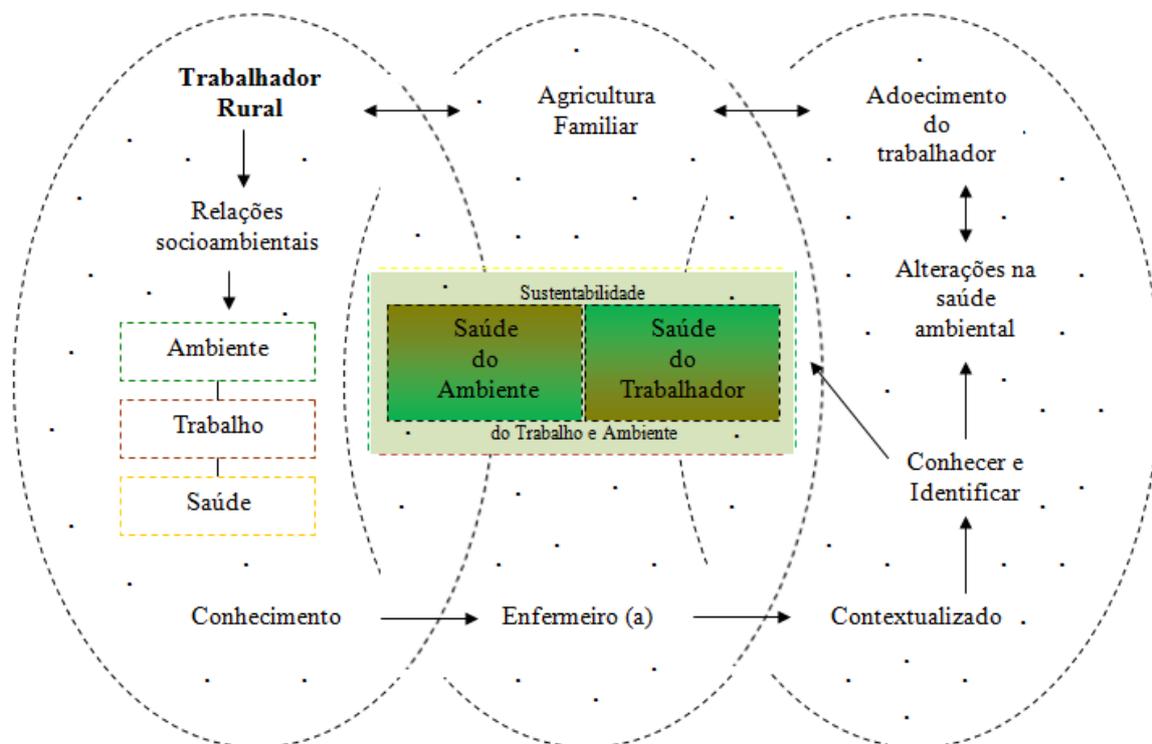


Figura 01- Estrutura teórica da relação saúde, trabalho e ambiente com os trabalhadores agricultores da Ilha dos Marinheiros diante da racionalidade cultural. Nota: Os pontos representam a cultura que permeia constantemente as relações socioambientais.

3 METODOLOGIA

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Trata-se de uma pesquisa exploratória, descritiva, transversal com amostra intencional não probabilística. Entendendo-se por exploratório, a pesquisa que busca investigar um determinado assunto, esclarecendo-o e/ou complementando-o para a construção do conhecimento científico (GIL, 2008). Descritivo porque possibilita conhecer e inquirir um fenômeno intrínseco aos participantes integrantes da pesquisa (RICHARDSON, 2010). E transversal porque busca estudar os fenômenos relacionados ao cenário e participantes alvo da pesquisa em um tempo determinado de investigação (POLIT; BECK, 2011).

Versa-se assim, sob um desenho de método misto (CRESWELL; CLARK, 2011), o qual envolve a coleção ou análise de ambos dados quantitativo e/ou qualitativo em um único estudo, cujos dados são coletados concomitante ou sequencialmente, conforme a prioridade. Logo, para o presente estudo utilizou-se a estruturação qualitativa [QUAL] como componente principal, o qual viabilizou refinar o problema de pesquisa apresentado, permitindo a exploração mais densa dos dados coletados. Seguido do componente secundário quantitativo [quan], que contribuiu na aquisição de dados do perfil socioagrícola dos participantes. Obtendo-se a estruturação [QUAL + quan], cujo sinal de adição representa que o processo de coleta de dados se fez de forma concomitante.

A seguir apresenta-se o delineamento qualitativo e quantitativo da pesquisa e, salienta-se que para todo o processo de elaboração, organização e análise de ambos componentes do método misto utilizou-se o aprofundamento teórico fundamentado em Enrique Leff sob a racionalidade cultural, a qual é constituída historicamente pelas pessoas e suas formas de pensar e agir em dado ambiente, cujos processos econômicos inerentes à sobrevivência e à cultura, podem contribuir para o desgaste dos recursos naturais e/ou da sustentabilidade ambiental (LEFF, 2009, 2012). Abordagem esta, a ser detalhado no capítulo três do presente estudo.

Assim, buscou-se ampliar os conhecimentos científicos no ambiente rural subsidiando a Enfermagem à reflexão sobre a relação ambiente, trabalho e saúde. Sob esta concepção, tornou-se relevante compreender quem são estes

trabalhadores agricultores, como realizam o seu trabalho no manejo da terra, de que forma eles apreendem e produzem saúde e recorrem à assistência em saúde.

Tem-se, portanto, o olhar investigativo direcionado ao trabalhador agricultor e o seu trabalho rural, cuja relação socioambiental ao agricultar permeia a necessidade da sustentabilidade humana e ambiental.

3.2 APRESENTAÇÃO DO LOCAL E PARTICIPANTES DE PESQUISA

A pesquisa foi realizada na Ilha dos Marinheiros, localizada na porção noroeste do município do Rio Grande, no sul do RS, junto ao estuário da Lagoa dos Patos. A ínsula possui aproximadamente 40 Km² de representatividade territorial e superfície total de 39,9Km², terrenos baixos, arenosos e o acesso ocorre por meio de uma estrada principal que contorna a Ilha, cuja extensão é de em torno 23,9 Km. Ela foi uma região importante na história da colonização do RS, inicialmente habitada pelos índios minuanos, charruas e guaranis. A partir de 1745 foi ocupada por descendentes de imigrantes portugueses, que trouxeram a herança cultural no manejo agrário e, com o passar dos anos essa população foi se diversificando pela presença de luso-brasileiros provenientes de São Paulo e Santa Catarina (AZEVEDO, 2003).

Como o foco da pesquisa está direcionado aos trabalhadores agricultores moradores da referida Ilha, convém destacar que o fornecimento de hortifrutigranjeiros, segundo o Ministério do Meio Ambiente, é uma das funções primordiais da Ilha dos Marinheiros desde meados do século XVII, quando este processo era também realizado para suprir a demanda das embarcações que por lá passavam (BRASIL, 2006a). Tal fato conduziu os portugueses a constituir uma colônia agrícola, a qual deu origem à Ilha dos Marinheiros. Com os avanços no processo de urbanização do município do Rio Grande, o mesmo instituiu em 1979, pela Lei Municipal nº 3414, que o local seria chamado Distrito Ilha dos Marinheiros, passando a constituir-se, no ano de 2001, um dos cinco distritos do referido município (IBGE, 2010b).

Neste contexto histórico, salienta-se que no ano de 1845, a Ilha recebeu a célebre visita do imperador Dom Pedro II, junto de sua comitiva, os quais tiveram o intuito de conhecer o local, dada a sua representatividade social, pois já era fonte de provimento alimentar à cidade do Rio Grande (BRASIL, 2006a).

Além das hortaliças cultivadas na Ilha, até o século XX havia um expressivo cultivo de uva, a qual originou a produção do vinho licoroso chamado Jurupiga, consumido pelos moradores e vendido nas feiras e eventos da região. Contudo, diante das doenças desencadeadas pelas pragas nos parreirais, a redução na produção desta fruta levou os ilhéus a desistirem do cultivo (AZEVEDO, 2003). Havendo hoje, poucos agricultores envolvidos.

Nos dias atuais, a Ilha permanece a apresentar como fonte de renda, a prática da agricultura familiar, tanto para subsistência como para comercialização, além do cultivo de flores. O que remete pensar sobre os efeitos do trabalho agrícola destes ilhéus no ambiente e na sua saúde. Há também a realização da pesca e o incremento de outras formas de trabalho conduzidas fora da Ilha, como a inserção dos ilhéus no comércio e no porto do Rio Grande.

A diversidade ambiental da Ilha composta por dunas, matos, trilhas e lagoa, determinam um importante significado cultural, social, econômico e científico, além do seu grande potencial turístico (BRASIL, 2006a). Portanto, relações socioambientais requerem ser apreendidas, pois se trata de um local peculiar para a região sul, pois além de ser uma ilha, possui características rurais, em que o cultivo da terra viabiliza o maior sustento dos 1259 habitantes distribuídos nos cinco sub setores territoriais que a compõe, denominados: Porto Rei, Bandeirinhas, Fundos, Coréia e Marambaia (IBGE, 2010c), os quais possuem uma infra-estrutura com características distintas. Abaixo se visualiza o cenário de pesquisa.

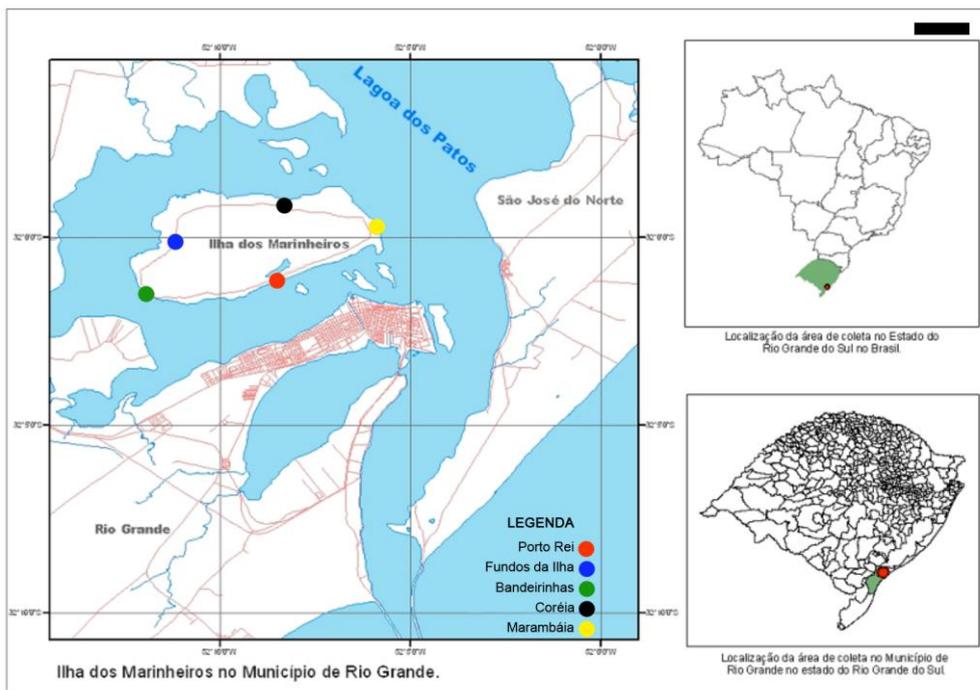


Figura 02- Mapa de localização da Ilha dos Marinheiros, no município do Rio Grande, Rio Grande do Sul. Fonte: Embrapa Clima Temperado, 2010. Adaptado em 2015.

São aproximadamente 693 homens e 566 mulheres, sendo que 318 habitantes residiam em 2010, no Porto Rei, área mais habitada pelos ilhéus e os demais 941 habitantes, moravam nas outras quatro demarcações territoriais da Ilha (IBGE, 2010d).

Assim, os participantes que compõem a amostra estudada pertencem aos cinco subsetores supracitados, em que todos os entrevistados se caracterizam por ser trabalhadores rurais, os quais se constituem de acordo com a OIT (OIT, 1977, p. 2):

Toda pessoa dedicada à agricultura, artesanato ou ocupação correlata na zona rural, quer se trate de empregado, quer de trabalhador autônomo, como arrendatário, meeiro ou pequeno proprietário. [...] que retirem da agricultura sua renda principal, que trabalhem eles próprios a terra, com a ajuda exclusiva de sua família ou de eventual mão de obra externa e que não empreguem trabalhadores permanentes, ou não empreguem numerosa mão de obra sazonal, ou não tenham terra cultivada por meeiros ou arrendatários.

Para tanto, direciona-se o interesse da pesquisa àqueles trabalhadores rurais agricultores, ou seja, conforme o Manual de Boas Práticas Agrícolas e Sistema APPCC à “pessoa responsável pelo gerenciamento da produção primária de frutas, hortaliças, grãos e outros produtos agrícolas” (EMBRAPA, 2004). Logo, os

participantes desta pesquisa serão referidos por trabalhadores agricultores, os quais cultivam a terra para o seu sustento, bem como à comercialização. Reitera-se assim, a homogeneidade acerca dos participantes da pesquisa (POLIT; BECK, 2011).

Frente à especificação numérica dos participantes, revela-se que em virtude dos dados contidos no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) não disponibilizarem o número de trabalhadores agricultores pertencentes à Ilha dos Marinheiros, recorreu-se aos órgãos oficiais do Estado e do Município vinculados à assistência a estes agricultores, a fim de obter-se a maior representatividade desta amostragem. Pois, os dados contidos no IBGE sobre a atividade agrícola não abrangem apenas a agricultura, mas também a pecuária, a produção florestal, a pesca e a aquicultura de todo o município do Rio Grande, totalizando 6.057 (7,37%) pessoas atuantes nestas atividades no ano de 2010 (IBGE, 2010a).

Assim, o primeiro contato realizado foi com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município do Rio Grande, pois é um local de referência aos trabalhadores rurais. Na oportunidade, o presidente indicou um Conselheiro Fiscal do referido Sindicato, morador da Ilha dos Marinheiros, para viabilizar os dados referentes aos trabalhadores agricultores ilhéus. Em contato com o Conselheiro Fiscal, foi realizada uma visita à Ilha, em setembro de 2012, e em conformidade com o Conselheiro percorreu-se toda a Ilha através de uma viatura da FURG, onde foram indicados o nome/apelido do trabalhador agricultor, endereço e subsetor a que pertenciam. Dados estes transpostos para uma tabela elaborada pela doutoranda juntamente com os integrantes do LAMSA, grupo de pesquisa denominado Laboratório de Estudo de Processos Socioambientais e Produção Coletiva de Saúde. Foi obtido o número de 113 trabalhadores agricultores.

O segundo local a ser contatado para adquirir a indicação de trabalhadores agricultores da Ilha dos Marinheiros foi o escritório municipal da Emater, por meio do chefe do escritório, o qual foi orientado quanto aos objetivos da pesquisa. Mediante o aceite da Emater em auxiliar no fornecimento do número/dados de identificação dos trabalhadores agricultores ilhéus foi realizada outra visita ao cenário de pesquisa, em setembro de 2012, por meio de uma viatura disponibilizada pela FURG, juntamente com um extensionista. O número total de agricultores indicados pela Emater foi 14.

O terceiro local visitado para obter o número de trabalhadores agricultores da Ilha foi a Secretaria Municipal de Agricultura do Rio Grande, onde foram

contatados o Secretário desta repartição e o Diretor do Setor de Hortigranjeiro do município em outubro de 2012. A partir dos registros referentes aos trabalhadores agricultores moradores na Ilha dos Marinheiros, a Secretaria disponibilizou todas as fichas contendo os cadastros daqueles que representam a agricultura familiar vinculada à Patrulha Agrícola e àqueles comerciantes cadastrados na Central de Hortigranjeiros do município.

Esclarece-se que a Patrulha Agrícola relaciona-se ao trabalho da Secretaria da Agricultura desenvolvido em parceria com os agricultores menos favorecidos economicamente, com intuito de viabilizar maquinários e implementos agrícolas que auxiliem as atividades agrícolas no município. Esses maquinários pertencem às Prefeituras Municipais e são administradas pelas Secretarias Municipais de Agricultura. O agricultor responsabiliza-se financeiramente pelo óleo diesel consumido pela máquina e cada hora equivale ao custo de trinta reais.

Munidos dos referidos cadastros, tanto dos integrantes da Patrulha Agrícola como daqueles vinculados à Feira de Hortigranjeiro, chegou-se ao total de 30 trabalhadores agricultores moradores na Ilha dos Marinheiros.

Após a obtenção do número dos trabalhadores agricultores adquiridos a partir dos locais supracitados, realizou-se a identificação daqueles que se repetiam nas listagens, chegando-se ao total de 157 participantes representantes da população de agricultores moradores da Ilha dos Marinheiros. A fim de visualizar a disposição do número referido pelos órgãos oficiais do Estado e Município, elaborou-se o quadro abaixo:

Subsetor da Ilha Fonte de Indicação	Bandeirinhas	Porto Rei	Marambaia	Coréia	Fundos da Ilha	Total
Sindicato dos Trabalhadores Rurais/ Conselheiro Fiscal	22	55	12	15	09	113
EMATER	01	08	0	04	01	14
Secretaria Municipal de Agricultura	03	22	01	0	04	30
Total	26	85	13	19	14	157

Quadro 01- Distribuição dos participantes da pesquisa, subsetor a que pertencem e local de indicação, 2015.

Dessa forma, a população de trabalhadores agricultores moradores da Ilha dos Marinheiros foi selecionada de acordo com os seguintes critérios de inclusão:

- ser adulto maior de 18 anos de idade;
- residir na Ilha dos Marinheiros;
- atuar diretamente no trabalho da agricultura de hortifrutigranjeiros mesmo que para subsistência na referida Ilha.

Sendo excluídos todos os trabalhadores agricultores que não realizavam a atividade agrícola no período da coleta de dados.

Baseados nos critérios de inclusão totalizaram-se 129 trabalhadores agricultores entrevistados no período de março a outubro de 2013, obtendo 25 recusas, na sua maioria por desinteresse em participar e 17 perdas, justificadas na sua maioria pelas residências encontrarem-se fechadas, diante de no mínimo cinco tentativas de contato. Ressaltando-se que além dos 157 sujeitos indicados pelos referidos órgãos oficiais, o grupo de entrevistadores também entrevistou 14 participantes indicados pelos vizinhos, como trabalhadores agricultores, os quais não constituíram a listagem inicial. Tendo-se dos 157 sujeitos indicados, a subtração de 25 recusas e de 17 perdas e o acréscimo de 14 sujeitos indicados pelos vizinhos, totalizando 129 trabalhadores agricultores entrevistados.

3.3 ESTUDO PILOTO

Foi realizado um estudo piloto exploratório, descritivo e com desenho misto junto a Ilha dos Marinheiros, no mês de março de 2013, envolvendo sete trabalhadores agricultores (cinco de Porto Rei e dois de Bandeirinhas), selecionados aleatoriamente, mediante um questionário semiestruturado contendo questões abertas e fechadas referentes à caracterização do trabalho e da saúde ocupacional.

Para a seleção dos participantes do estudo piloto, foram elencados os mesmos critérios previstos para a realização da presente pesquisa, obtendo o consentimento livre e esclarecido dos entrevistados. A realização do estudo piloto auxiliou na reestruturação das questões fechadas e abertas contidas no instrumento utilizado para a tese. Destaca-se que os participantes entrevistados no estudo piloto, foram novamente entrevistados, tendo em vista que o instrumento de pesquisa

sofreu ajustes necessários à manutenção da sua clareza e detalhamento quanto ao foco da tese.

3.4 COLETA DE DADOS

Para o delineamento da coleta de dados, recorreu-se a duas estratégias: a coleta de Dados Primários, que ocorreu *in loco* com os TA, por meio da técnica de entrevista gravada, possibilitando ao trabalhador agricultor participante da pesquisa discorrer sobre a relação ambiente - trabalho - saúde em um contexto com características rurais, em que a relação com a terra está fortemente expressa no processo ocupacional destes ilhéus. A fim de sistematizar esta etapa da pesquisa, realizou-se a aplicação individual de um questionário semiestruturado, previamente elaborado e testado⁶ contendo questões abertas e fechadas que compõe o delineamento qualitativo e quantitativo. Contudo, salienta-se que apenas uma parte do referido questionário foi utilizada para a elaboração da tese de doutorado. O detalhamento destas questões consta no (Quadro 02) e as suas respostas nos três artigos que compõe os resultados da tese.

<p>Subsetor: () Bandeirinhas () Marambaia () Fundos da Ilha () Porto Rei () Coréia</p> <p>03. Idade:</p> <p>05. Sexo: () Feminino () Masculino</p> <p>07. Você é alfabetizado? 07.1 () Não 07.2 () Sim</p> <p>07.3 Possui quantos anos completos de escolaridade?</p> <p>() Ensino Fundamental Incompleto () Tecnólogo () Ensino Fundamental Completo () Ensino Superior Incompleto () Ensino Médio Incompleto () Ensino Superior Completo () Ensino Médio Completo () Pós-Graduação Incompleta () Curso técnico () Pós-Graduação Completa</p> <p>08. Quantos filhos (as) você têm?</p> <p>09. Quantos integrantes da sua família residem neste domicílio?</p>
--

QUADRO 02- Questões utilizadas para análise dos dados. Fonte: CEZAR-VAZ, Marta Regina (2012). Continua.

⁶ Este roteiro foi adaptado a partir dos estudos Cezar-Vaz; Muccillo-Baisch; Soares et al. (2007).

10. Qual é a renda familiar mensal (Reais)?

11. Quantos integrantes da família dependem desta renda?.....

13. Descendência:

- () Portuguesa () Alemã
 () Italiana () Outra

() Uruguiaia

37. Quais as atividades que desenvolve na agricultura? (MÚLTIPLA ESCOLHA)

<http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/pesquisas/ResultadoFamiliaCaracteristicas.jsf>
 (BRASIL, 2014d)

- () Planejar a produção () Preparar o solo
 () Comercializar produtos agrícolas () Plantar culturas
 () Administrar a unidade de produção () Realizar tratos culturais
 () Demonstrar competências pessoais () Colher os produtos agrícolas
 () Outras

38. Quanto tempo atua na agricultura? (anos)

40. Alguém lhe auxilia no desenvolvimento do trabalho na agricultura? Quem? Com que frequência? (MÚLTIPLA ESCOLHA)

Quem auxilia?	Número de pessoas?	Frequência
() Esposo(a)	Esposo(a)	() Diário () Semanal () No plantio () Na colheita
() Filho	() Filho	() Diário () Semanal () No plantio () Na colheita
() Irmão	() Irmão	() Diário () Semanal () No plantio () Na colheita
() Sogro	() Sogro	() Diário () Semanal () No plantio () Na colheita
() Pais	() Pais	() Diário () Semanal () No plantio () Na colheita
() Vizinho	() Vizinho	() Diário () Semanal () No plantio () Na colheita
() Funcionário	() Funcionário	() Diário () Semanal () No plantio () Na colheita
() Outro	() Outro.....	() Diário () Semanal () No plantio () Na colheita
() Não se aplica		

41. Como estas pessoas lhe auxiliam no desenvolvimento do trabalho na agricultura? (MÚLTIPLA ESCOLHA)

<http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/pesquisas/ResultadoFamiliaCaracteristicas.jsf> (BRASIL, 2014d)

- () Planejar a produção () Preparar o solo
 () Comercializar produtos agrícolas () Plantar culturas
 () Administrar a unidade de produção () Realizar tratos culturais
 () Demonstrar competências pessoais () Colher os produtos agrícolas
 () Outras

42. Qual o tamanho da área de cultivo da propriedade em hectares?

(1 hectare = 10 000 m²)

45. Quantas horas de trabalho você dedica diariamente à agricultura?

* A jornada de trabalho do empregador rural é de 44 horas semanais, 220 horas mensais e 8 horas diárias. (http://www.guiatrabalhista.com.br/tematicas/jornadatrab_rural.htm).....

88. Com que frequência você recorre à assistência para cuidar de sua saúde devido a estes desconfortos vinculados ao desenvolvimento do trabalho?

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Bimestralmente | <input type="checkbox"/> Trienalmente |
| <input type="checkbox"/> Semestralmente | <input type="checkbox"/> Quatro anualmente |
| <input type="checkbox"/> Anualmente | <input type="checkbox"/> Cinco anualmente |
| <input type="checkbox"/> Bianualmente | <input type="checkbox"/> Outro |

95. Como você percebe a sua saúde?

96. O que você faz para produzir a sua saúde?

97. Você identifica que o seu trabalho na agricultura gera impactos positivos para o ambiente? Por quê?

98. Você identifica que o seu trabalho na agricultura gera impactos negativos para o ambiente? Por quê?

99. Ao realizar o trabalho agrícola, você se preocupa com a manutenção/conservação da saúde ambiental? De que forma?

QUADRO 02- Questões utilizadas para análise dos dados. Fonte: CEZAR-VAZ, Marta Regina (2012).

A outra estratégia de coleta foi de Dados Secundários⁷ (ARATANGY, 2012) estes viabilizados junto à Secretaria Municipal de Agricultura do Rio Grande, a qual disponibilizou sobre a historicidade da Ilha na relação com os trabalhadores agricultores, sobre a comercialização dos hortifrutigranjeiros e mapas territoriais e população da ínsula. Na biblioteca pública municipal obtiveram-se materiais mais antigos sobre a história da Ilha e junto a Agência Municipal do IBGE, dados sobre os censos de 2006 e 2010, todos coletados no período de doutoramento de 2011 a 2014.

⁷ É uma informação que não foi obtida para nosso uso exclusivo, mas algo como de “utilidade pública” (p. 75). (ARATANGY, V. L. F. Dados Secundários. In: PERDIGÃO, D. M.; HERLINGER, M.; WHITE, O. M. (Org.) Teoria e Prática da Pesquisa Aplicada. 1ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.)

3.4.1 Sistematização do processo de coleta de dados

3.4.1.1 Dados primários

A organização do processo de coleta de dados contou com os seguintes passos:

- Todos os participantes foram contatados pessoalmente, casa a casa, a fim de realizar a entrevista de maneira imediata ou agendar o dia e o turno que estariam disponíveis para responder o questionário. Utilizando-se para tal, de uma planilha de controle contendo a identificação dos participantes do estudo, localização da residência, contato telefônico e outras informações relevantes, como o melhor horário para a realização da entrevista;

- Em caso de ausência do participante no dia da entrevista, o mesmo foi reagendado por meio de contato telefônico, dando sequência ao processo de coleta do dia, seja com o participante agendado ou aquele disponível para tal;

- Após cinco tentativas sem sucesso de reagendamento com o participante a ser entrevistado, o mesmo foi considerado perda quanto à participação na pesquisa;

- Todos os entrevistadores da Ilha dos Marinheiros deveriam fazer parte do grupo de pesquisa LAMSA e participar do processo de capacitação para esta coleta.

Para haver uniformidade na abordagem dos entrevistadores durante a coleta de dados todos receberam um manual de orientação quanto ao preenchimento e a conceituação de termos específicos da área rural. Documento este, idealizado pelo grupo de pesquisa LAMSA.

3.4.1.2 Dados secundários

Os dados foram coletados por quatro pós-graduandos integrantes do grupo LAMSA, os quais recorreram à Secretaria Municipal de Agricultura do Rio Grande, a Agência do IBGE do município e a Biblioteca Pública Municipal para obter dados que auxiliassem na constituição histórica dos moradores da Ilha, caracterização da população agrícola e o censo estatístico da população com a localização geográfica da Ilha dos Marinheiros. Dados que auxiliaram na contextualização do ambiente de

trabalho dos agricultores, no que se refere aos habitantes e as características da terra-ilha na perspectiva cultural.

3.5 ORGANIZAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

3.5.1 Delineamento qualitativo

Os dados qualitativos oriundos dos dados secundários (Tabela 01) compuseram todo o conjunto da tese, no que se refere à importância e justificativa do tema fundamentado. Já os dados contidos nas entrevistas foram digitados e organizados em um banco de dados na versão do *Microsoft Word*, seguido da utilização da Análise de Conteúdo de Bardin, a qual é entendida por:

A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter por procedimentos objetivos e sistemáticos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens (BARDIN, 2011, p. 48).

Mediante as subdivisões da aplicabilidade da análise de Bardin, utilizou-se o estabelecimento de temas para a apresentação dos dados, os quais foram organizados conforme as três fases propostas: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados. Ações guiadas pelo referencial teórico da racionalidade cultural de Enrique Leff, permitindo a realização da inferência e a interpretação dos dados.

Na fase de pré-análise fez-se a operacionalização dos dados por meio da sistematização, cuja leitura flutuante foi realizada através do primeiro contato com os dados a serem analisados, ou seja, dados estes denominados *corpus*, do qual é delimitado à pesquisa. Foi empregada a exaustividade e a representatividade (analisando todo o material, mesmo que este compunha uma amostra), a homogeneidade (todas as entrevistas deveriam referir-se sobre o tema a ser discorrido) e a pertinência (os objetivos que orientaram a coleta de dados deveriam ser adequados aos objetivos propostos na análise). Também foram elaboradas hipóteses (ação não obrigatória) com afirmações provisórias do que se propunha pesquisar, ou seja, suposições (BARDIN, 2011).

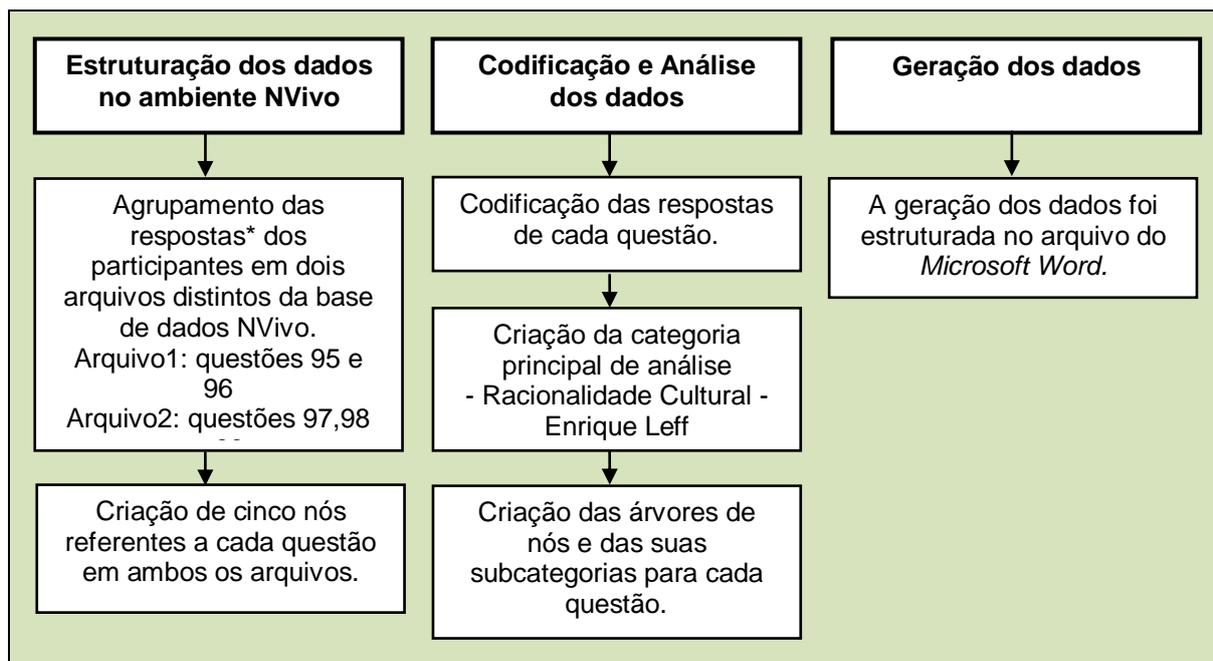
Nesta fase da pré-análise foi realizada a referenciação dos índices e elaboração dos indicadores, cujos temas explicitados nas mensagens se tornaram

indicadores. Por fim desta fase, teve-se a preparação do material com alinhamento das falas intactas elaborando tabelas, que apresentavam tais dados (BARDIN, 2011).

Na segunda fase de exploração do material ou análise propriamente dita foram feitas codificações ou transformações dos dados brutos em unidades de registro (palavras, frases, temas), com recortes, regras de enumeração (o modo de contagem), para novamente agregar. A partir da análise temática, buscou-se descobrir os núcleos de sentido que compuseram a comunicação, cuja presença ou frequência contribuíram na significação do objeto escolhido. Logo, o tema (afirmação, proposições) foi a unidade de significação expressa pelas atitudes, opiniões, crenças contidas nas entrevistas (BARDIN, 2011).

Desta forma, a escolha por este método de análise por temas só veio a ratificar a integração do método com o referencial teórico proposto, pois ambos consideram as atitudes, valores e significados no processo de análise.

Realizada estas duas fases de análise recorreu-se ao *software* Nvivo10[®], o qual auxiliou no processo de organização dos dados, permitindo examinar, classificar, ordenar e codificar os mesmos, ação também conduzida a partir da racionalidade cultural. Foram definidas as categorias de análise com elaboração das árvores de nós e suas subcategorias, passos descritos no quadro 03. Esclarece-se que a ordenação de cada categoria foi atribuída pela frequência de cada nó.



Quadro 03- Estruturação das etapas da utilização do *software* NVivo 10 no processo de análise dos dados coletados pela entrevista.

Notas: *As respostas dos participantes se referem às questões da entrevista, números 95, 96, 97, 98 e 99 apresentadas no quadro 02.

Na última fase de tratamento dos resultados e interpretação, os dados brutos foram condensados e postos em relevo, realizando-se a frequência de aparecimento dos dados e interpretações, norteadas pela racionalidade cultural. A figura 03 apresenta o esquema contendo as três fases previstas por Bardin.

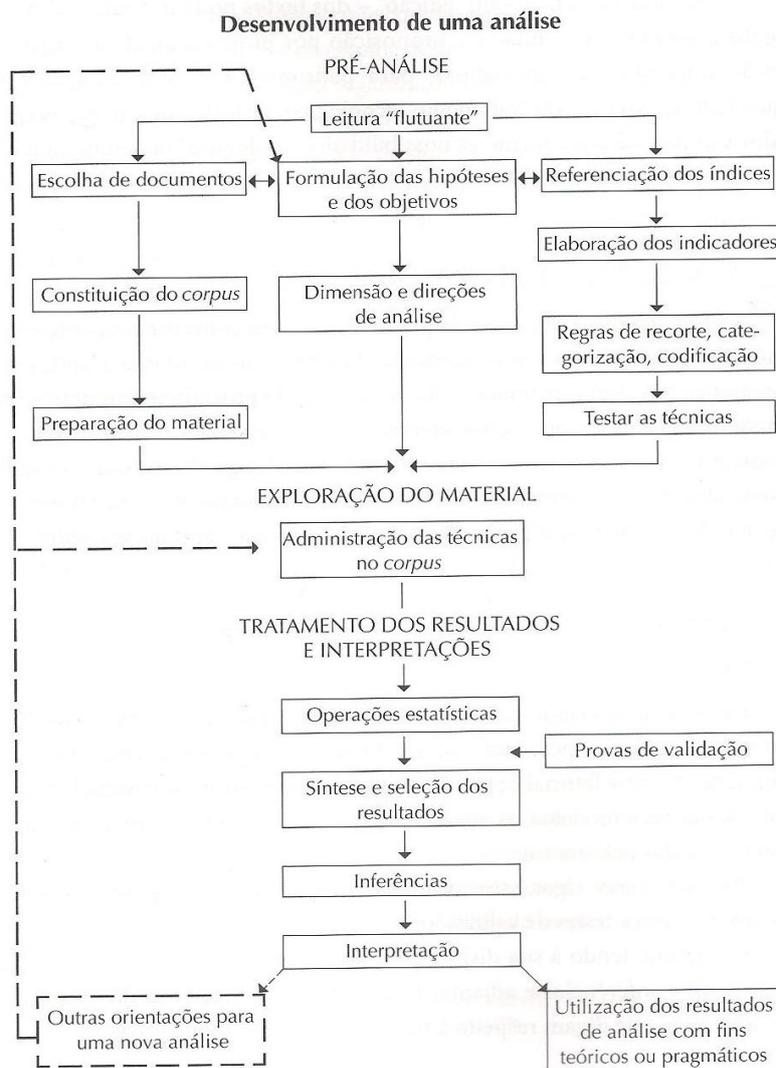


Figura 03- Esquema indicado para realizar o desenvolvimento da análise de conteúdo. Fonte: BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011. p. 132.

Destaca-se a realização da padronização dos termos veneno, produto químico e remédio referidos pelos participantes durante as entrevistas, utilizando-se a terminologia agrotóxico como nomenclatura oficial disposta pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA, 2011).

3.5.2 Delineamento quantitativo

Os dados secundários (Tabela 01) compuseram o corpo da tese e fizeram parte do conteúdo dos três artigos concernentes aos resultados desta pesquisa. A tabela abaixo apresenta as fontes dos referidos dados.

Dados secundários	Fonte	
AZEVEDO, A. L. D. M. A Ilha dos Três Antônios. Portugal: Jornal Soberania do Povo Águeda, 2003.	Impresso	Biblioteca Pública Municipal
ALVES, F. N.; TORRES, L. H. (Org.) Temas de História do Rio Grande do Sul. 1. ed. Rio Grande: Editora da Fundação Universidade do Rio Grande, 1994. 162p.		
RIO GRANDE DO SUL (Estado). Prefeitura Municipal do Rio Grande. Atrativos turísticos. Ilha dos Marinheiros. 2014.	Online	Secretaria Municipal de Agricultura do Rio Grande.
Mapa geográfico do Município do Rio Grande. Prefeitura Municipal do Rio Grande.	Impresso	
Prefeitura Municipal do Rio Grande. Secretaria Municipal da Agricultura. Unidade de abastecimento. Ficha de cadastro de agricultores que comercializam na central de hortifrutigranjeiros. 2012		
_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário de 2006 - Resultados Preliminares.	Online	Agência do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística do município.
IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico e Contagem da População, 2010. Universo - Características da População e dos Domicílios.		
_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico e Contagem da População, 2010. Tabela 1575 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por seção de atividade do trabalho principal - Resultados Gerais da Amostra.		
_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades IBGE. Rio Grande do Sul - Rio Grande, 2010.		
_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais, população residente em domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais, por sexo, e média de moradores em domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais, segundo as Grandes Regiões as Unidades da Federação, os municípios e os aglomerados subnormais, 2010.		

Tabela 01 - Fontes de dados secundários obtidos durante o período de doutoramento. 2015.

Quanto aos dados advindos das entrevistas, estes foram organizados e digitalizados em um banco construído no *Software Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) versão 21.0.

Para o processo de análise dos dados, utilizou-se da análise estatística descritiva, obtendo-se a medida de tendência central: a média e a medida de dispersão: percentil, desvio padrão, com nível de significância estatística de $\alpha=0,05$ e a aplicação do teste Qui-quadrado de Pearson: (X^2) indicado para testar a diferença na proporção das variáveis nos grupos (DANCEY; REIDY, 2006).

3.6 CONTROLE DE QUALIDADE DOS DADOS

3.6.1 Delineamento qualitativo

O controle de qualidade adotado na coleta dos dados secundários foi pós-coleta, onde todos os dados foram arquivados em uma pasta identificada, junto ao LASTRA, obtendo-se o detalhamento de todos os contatos realizados aos órgãos oficiais já referidos.

O controle de qualidade dos dados primários qualitativos foi realizado antes do processo de coleta de dados pelos integrantes do LAMSA, os quais participaram de uma capacitação recebendo um manual de orientação sobre a abordagem frente às questões abertas e a definição de termos específicos da área rural. Salienta-se que na primeira semana de coleta de dados, os entrevistadores mais jovens acompanharam àqueles de maior experiência para garantir a coerência no enfoque.

3.6.2 Delineamento quantitativo

O controle de qualidade adotado na coleta dos dados secundários foi pós-coleta, onde se seguiram os seguintes passos: realizar cópias de todos os documentos impressos fornecidos pelos órgãos oficiais acessados, arquivando-os munidos de sua referência em uma pasta identificada, junto ao LASTRA.

O controle de qualidade dos dados primários quantificáveis se fez antes do processo de coleta de dados, quando todos os entrevistadores, integrantes do LAMSA participaram de uma capacitação recebendo um manual de orientação

quanto ao preenchimento das questões fechadas e a conceituação de termos específicos da área rural.

Durante a primeira semana de coleta de dados, os entrevistadores mais jovens acompanharam àqueles de maior experiência para garantir a coerência no enfoque. Também foi realizada a dupla digitação dos dados no SPSS pelos integrantes do LAMSA, a fim de minimizar a incidência de erros.

3.7 ASPECTOS ÉTICOS

Para a condução da pesquisa, as exigências éticas e científicas preconizadas nas pesquisas com seres humanos foram asseguradas, garantindo o anonimato dos participantes e preservando os dados obtidos, fundamentando-se nos princípios éticos previstos na Resolução 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2012b).

A pesquisa pertence ao macroprojeto intitulado – “Natureza humana da força de trabalho masculina e feminina: um estudo com trabalhadores (as) em dois ambientes rurais do Rio Grande do Sul” vinculado à linha de pesquisa — Organização do Trabalho da Enfermagem/Saúde. Projeto este submetido à avaliação do Comitê de Ética da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, obtendo aprovação, conforme o parecer 026/2013 (ANEXO - I), financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Ressalta-se que todas as instituições, fontes de obtenção dos números referentes aos participantes entrevistados forneceram o seu consentimento perante a disponibilização dos dados para a realização da pesquisa. Bem como, todos os entrevistados aceitaram participar da pesquisa e das divulgações dos dados coletados, assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, com vistas a oficializar o vínculo com o pesquisador, bem como amparar legalmente ambos os envolvidos. Este documento informa sobre o objetivo da pesquisa, a metodologia, as formas de divulgação do estudo, além de apresentar de forma clara, a possibilidade de desistência do participante, em relação ao estudo, em qualquer momento do processo de pesquisa, sem que haja qualquer prejuízo ao mesmo. Este documento (APÊNDICE - I) é composto por duas vias, uma destinada ao participante e a outra ao LAMSA.

Para realizar a identificação dos participantes, estes receberam o número conforme disposto nos questionários aplicados, seguido da letra inicial do sexo e do subsetor que pertencem. Ex: 099, F, PR.

3.8 APROFUNDAMENTO TEÓRICO METODOLÓGICO

Utilizou-se como marco teórico o autor Enrique Leff, o qual trabalha sobre as implicações da atuação humana no ambiente e a importância do saber ambiental na construção de uma racionalidade que potencialize este saber a favor da saúde. Tendo em vista que o ser humano possui uma sinergia ora construtiva ora destrutiva perante o manejo dos recursos naturais, estando o trabalho atrelado a esta relação. Nesta perspectiva, Leff aborda com quatro racionalidades ambientais: a teórica, a instrumental, a substantiva e a cultural, as quais direcionam a sustentabilidade ambiental.

As racionalidades ambientais se constituem por processos sociais que contribuem na reorientação das ações em saúde da enfermagem, frente às questões ambientais (SENA; CEZAR-VAZ; BONOW et al., 2010). Ressalta-se para tal, que as quatro racionalidades possuem uma relação de complementaridade, em que ora atuam como determinantes, ora condicionantes. Contudo, em detrimento a constituição insular estar fortemente vinculada à cultura expressa pelas formas de viver, cujo processo de trabalho dos agricultores e as suas implicações à saúde estão em relevo, a racionalidade que impulsionou a construção do marco teórico foi a racionalidade cultural, a ser considerada durante todo o processo de estruturação, organização e análise dos dados qualitativos e quantitativos.

Racionalidade cultural

A racionalidade cultural se estabelece a partir de particularidades determinadas pela socialização humana em dado ambiente, constituindo-se de estilos étnicos civilizatórios. Portanto, a cultura é construída a cada momento, e se estabelece por um complexo sistema de valores, significados, estilos de vida e ideologias distintas em diferentes contextos geográficos no decorrer da história. Assim, a cultura está implícita nas formas de viver das comunidades, a fim de satisfazer as necessidades fundamentais que garantam a qualidade de vida

humana. Envolve, por conseguinte, significações que não possuem valores homogêneos, mas estilos étnicos e interesses sociais (LEFF, 2012). “Enfim, os homens e mulheres só existem por meio da cultura através do que se apropriam simbolicamente da matéria [...] do que faz sentido.” (LEFF, 2009, p. 18).

A cultura é um recurso social utilizado tanto de forma destrutiva como racionalmente construtiva ao viver, tornando-se indissociável do seu entorno, da história e das práticas produtivas de onde está sendo construída (LEFF, 2009). Inquirir os trabalhadores agricultores da Ilha dos Marinheiros sobre a relação do seu trabalho com a sua saúde e a saúde ambiental viabiliza identificar a maneira como a cultura se expressa frente aos impactos do trabalho no ambiente e saúde humana. Podendo a ação humana ser tanto depreciativa como edificante a vida na Ilha, destarte, conhecer a cultura destes ilhéus e a Ilha torna-se um processo essencial.

Em meio aos interesses e as construções sociais verifica-se uma hibridação, constituída pela tecnologização da vida e economização da natureza, as quais estão constantemente vinculadas à desconstrução e reconstrução de saberes e subjetividades propagadas por uma mestiçagem de culturas. Esta hibridação contribui para o desenvolvimento de uma forma de resiliência cultural, em que há uma reemergência do ser humano ressignificar o seu saber ambiental frente às exigências sociais essencialmente econômicas (LEFF, 2012). O que requer identificar as potencialidades culturais de uma população (LEFF, 2009), aqui considerada pelos trabalhadores agricultores da Ilha dos Marinheiros, os quais se aproximam da prática da agricultura como alavanca para a sua subsistência e sobrevivência.

Como exemplo, Leff expõe que na civilização Maia, a organização social e produtiva diante do sistema agrícola ajustava-se com harmonia ao ambiente em que viviam, utilizando-se de instrumentos manuais rudimentares e de baixo custo. Contudo, diante da busca por técnicas agrícolas mais refinadas e adaptadas às suas condições de trabalho, os integrantes desta civilização foram influenciados pelos interesses capitalistas a inserir novos meios na produção agrícola, a fim de obter maior desenvolvimento econômico. Como resposta, obtiveram a visível espoliação dos recursos naturais presentes no ambiente em que viviam e trabalhavam, vinculada a irracionalidade produtiva idealizada pela monocultura. Que apresentava curtos períodos para recuperação do solo no replantio, o incentivo da pecuária e da exploração da madeira. Realidade que contribuiu para a subutilização do potencial

natural e cultural deste povoado, que aos poucos migrou das áreas rurais para as urbanas, dada desvalorização às pequenas propriedades (LEFF, 2009). Esta realidade apresentada por Leff revela as mudanças advindas da força econômica frente aos valores culturais, identificando-se uma relação entre a inserção da tecnologia com a cultura de um povo. Na Ilha dos Marinheiros, a estruturação produtiva também se dá essencialmente de forma manual, prática cultural trazida pelos ilhéus imigrantes de Portugal mantida nos dias atuais e, fortalecida ou resiliada em meio aos avanços tecnológicos.

Por conseguinte, as condições econômicas determinam as formas de cultivo no campo e a valorização do solo urbano, logo o progresso associado ao processo de urbanização contribui para a desruralização da vida humana. Pois há falta do reconhecimento de que a sustentabilidade urbana depende da exploração dos recursos advindos do meio rural. É uma busca de sentidos existenciais, cujo substrato está na racionalidade econômica. Eis uma complexidade, pois de um lado tem-se o desejo sem limite de apropriação da natureza e de outro, a busca pela sustentabilidade do ambiente em que se vive. Natureza esta, então entendida por Leff como um patrimônio cultural e também um recurso econômico que sofre com o processo de capitalização (LEFF, 2009; 2012).

Para tanto, diz-se que o impacto da população humana no ambiente é mediado pela cultura, mas também pela tecnologia, pelo consumo e padrões de produção, sendo relevante considerar a complexidade das retroações entre os fatores econômicos e o impacto ambiental (LEFF, 2012). Configura-se então, uma nova forma de pensar a cultura, cuja sustentabilidade se insere, constituindo-se a cultura ecológica. A qual inclui valores relativos ao uso equilibrado dos recursos naturais e à prática de conservação do ambiente, sob uma perspectiva de necessidade à sobrevivência (LEFF, 2006).

Um das práticas economicamente impostas à produção agrícola, que geram em espiral uma degradação socioambiental é o uso de substâncias tóxicas e perigosas como os produtos químicos industrializados no controle de pragas nas lavouras. Assim como a contaminação do ar, da água e da terra e o surgimento de doenças, cuja reincidência ou supressão são determinantes da ação humana (LEFF, 2012). São valores concebidos mediante o interesse social, os quais muitas vezes, prejudicam a saúde das pessoas e do ambiente, mantendo-se mesmo assim estimulados economicamente.

Na perspectiva da racionalidade cultural, as práticas de cultivo da terra tradicionalmente realizadas, baseiam-se na equidade, na satisfação das necessidades humanas para a sua subsistência. Não sendo possível desvincular o trabalho agrário dos padrões tecnológicos externos à cultura, tradicionalmente conduzida pelos pequenos trabalhadores rurais. Tampouco executar o trabalho sem considerar a sustentabilidade dos recursos naturais às gerações futuras (LEFF, 2009).

Deste modo, no meio rural, as relações de parentesco e os direitos territoriais sobre as áreas cultivadas contribuem para a construção de normas sociais frente às práticas de trabalho rural e exploração dos recursos naturais. São estilos e ideologias construídas dentro de um sistema de significações de saberes acumulados em meio a uma tradição histórica, que orientam a vida de populações, cujo trabalho está no manejo e cultivo da terra (LEFF, 2009). Na Ilha dos Marinheiros, esta relação da consanguinidade existe, pois o trabalho se faz por meio da agricultura familiar.

Muitos destes trabalhadores da área rural atribuem os recursos naturais como meios potencialmente econômicos às suas gerações e àquelas vindouras (LEFF, 2009). Portanto, a degradação ambiental no meio rural está atrelada as constantes edificações culturais, que segundo Leff (2012, p. 303) relacionam-se à:

[...] uma agricultura altamente capitalizada, orientada para o mercado mundial, a aplicação de tecnologias impróprias aos ecossistemas tropicais, com destruição e instabilidade, expulsando a população para zonas cada vez mais frágeis e levando-a a adotar estratégias de sobrevivência que prejudicam o ambiente.

O exercício do trabalho no cultivo da terra requer para tanto, a conscientização de que as dificuldades enfrentadas pelos agricultores, como as variações climáticas e as perdas da produção são características inerentes a este tipo de trabalho. E que estas consequências também contribuem para as migrações populacionais e o desemprego, havendo o desarraigamento das comunidades do seu nicho sociocultural e o abandono das práticas de trabalho (LEFF, 2012).

Para construir um novo paradigma produtivo com base na racionalidade ambiental, com um ambiente sadio e fecundo, torna-se necessário fundamentar-se no potencial ecológico, na inovação tecnológica, na gestão participativa e nos valores culturais das comunidades. Pois, a transição para o desenvolvimento sustentável não depende da necessidade ou instinto de sobrevivência das

populações, ele é construído socialmente mediante o impacto da própria ação humana no ambiente (LEFF, 2012). A partir da cultura se questiona os interesses econômicos frente às estratégias para a sustentabilidade.

Para Leff (2009, p. 103) “a história de uma cultura vai estabelecendo processos específicos de mediação com o seu meio geográfico e a articulação de uma formação social com a ordem econômica dominante.” São transformações históricas que estabelecem novos estilos culturais de uso dos recursos naturais, sem que haja desintegração dos valores culturais, mas o incremento da produtividade à sustentabilidade destes recursos. A cultura é então entendida como um estilo de vida, mas também de desenvolvimento frente à realização do trabalho. E neste processo, o diálogo e a tolerância frente às crenças e os valores de grupos populacionais contribui para o respeito e para a outridade, de forma a aceitar os diferentes pontos de vistas dos grupos, e as diferentes formas de viver (LEFF, 2009).

O próprio trabalho, entendido aqui como as práticas produtivas, é fundado na simbolização do ambiente, nas crenças e nos significados sociais construídos, gerando regras às práticas sociais (LEFF, 2009). Um exemplo exposto por Leff (2009) se refere às comunidades indígenas, onde algumas delas sobrevivem do cultivo da terra e da fertilidade das águas. E outras tantas, lutam contra o desmatamento e a degradação do ambiente, o que acaba determinando novos modos de viver, dada diversidade na forma de cuidar dos recursos naturais, fontes da sobrevivência humana e não humana.

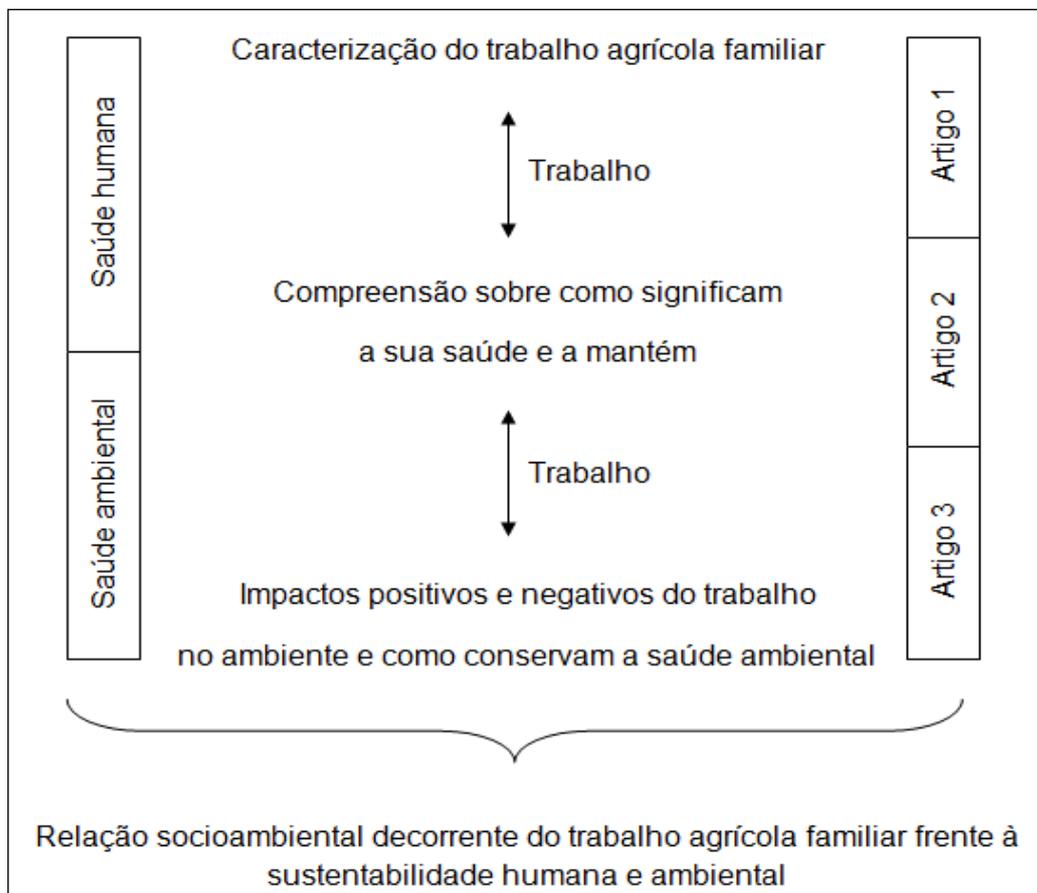
A cultura passa então, segundo Leff (2006, p. 260) a “imprimir o seu selo na natureza através de suas formas de significação do meio e dos usos socialmente sancionados”. Demonstrando que a racionalidade cultural orienta para um diálogo entre os saberes oriundos das identidades culturais com aqueles decorrentes da ética, do direito, do saber ambiental.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A composição dos resultados e da discussão destes foi estruturada a partir de três artigos, os quais estão alinhados logicamente conforme apreensão proposta pelos três objetivos específicos da tese (Quadro 04). Isto é, o Artigo 1 discorre sobre a sustentabilidade do trabalho agrícola na Ilha dos Marinheiros e foi elaborado de acordo com as normas do periódico científico Revista Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo - REEUSP.

O Artigo 2 buscou identificar a maneira como os trabalhadores agricultores significam a sua saúde e atuam para mantê-la e foi elaborado de acordo com as normas do periódico científico Texto e Contexto Enfermagem.

O Artigo 3, apontou para a compreensão dos impactos positivos e negativos do trabalho no ambiente e como conservam a saúde ambiental e foi elaborado de acordo com as normas do periódico científico Revista Brasileira de Enfermagem - REBEn.



Quadro 04- Estruturação dos três eixos que compõe os resultados da tese.

4.1 ARTIGO 1

Sustentabilidade da agricultura familiar de uma comunidade rural: condição necessária para a saúde pública *

Sustainability of family farming in a rural community: a necessary condition for public health

Sostenibilidad de la agricultura familiar en una comunidad rural: condición necesaria para la salud pública

Anelise Miritz Borges¹; Clarice Alves Bonow², Antônio Wosny de Miranda³, Diéssica Roggia Piexak⁴, Edison Luiz Devos Barlem⁵, Marta Regina Cezar-Vaz⁶

*Extraído da tese de doutorado “Saúde humana e ambiental: estudo com trabalhadores agricultores da Ilha dos Marinheiros”, do Programa de Pós-Graduação de Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande, 2015.

¹Enfermeira. Mestre em enfermagem. Bolsista FAPERGS. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem (PPGEnf)/Saúde da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Email: miritzenfermeira@yahoo.com.br

²Enfermeira. Doutora em Enfermagem pelo PPGEnf/FURG. Professora Adjunta da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Email: enfcla@yahoo.com.br

³Enfermeiro. Doutor em Enfermagem pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Docente da UFSC no Departamento de Enfermagem. Email: amvosny@hotmail.com

⁴Enfermeira. Doutora em Enfermagem pelo PPGEnf/FURG. Docente da Escola de Enfermagem da FURG. Email: diessicap@yahoo.com.br

⁵Enfermeiro. Doutor em Enfermagem pelo PPGEnf/FURG. Docente da Escola de Enfermagem da FURG. Email: ebarlem@gmail.com

⁶Enfermeira. Doutora em Filosofia da Enfermagem. Professora Associado IV da Escola de Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Orientadora do trabalho e Coordenadora do Macroprojeto. Endereço: General Osório s/nº, Campus da Saúde – Rio Grande - RS, telefone: (53) 3237-4618. .Email: cezarvaz@vetorial.net

Sustentabilidade da agricultura familiar de uma comunidade rural: condição necessária para a saúde pública *

Sustainability of family farming in a rural community: a necessary condition for public health

Sostenibilidad de la agricultura familiar en una comunidad rural: condición necesaria para la salud pública

RESUMO

Objetivo: Caracterizar a sustentabilidade do trabalho agrícola familiar na Ilha dos Marinheiros. **Método:** Pesquisa quantitativa, exploratória e descritiva, com 129 trabalhadores agricultores da Ilha dos Marinheiros, no Rio Grande do Sul, Brasil. Para coleta foram utilizados dados secundários e questionário semiestruturado. Digitação dos dados no *Software Statistical Package for the Social Sciences 21,0* com análise estatística descritiva e inferencial, média, dispersão, nível de significância $\alpha=0,05$ e teste Qui-quadrado de Pearson. **Resultados:** A agricultura familiar é uma das principais fontes econômicas da ilha, são 56 famílias atuantes em média há 40,56 anos, 8,52 horas diárias, com média de 12,49 hectares e 1,94 filhos, predominando a atuação do cônjuge 96 (74,41%) seguido dos filhos 33 (25,58%). Os homens trabalham mais na plantação 78 (62,90%) e as mulheres na colheita 49 (38,88%) cujo auxílio destas na agricultura é estatisticamente significativo. **Conclusão:** A agricultura na ilha sustenta-se pela atuação do cônjuge, o que infere que a continuidade do trabalho estará relacionada com a sua permanência neste, visto que os filhos representam aproximadamente um terço da mão de obra. **Descritores:** Saúde do Trabalhador; Trabalhadores Rurais; Agricultura; Desenvolvimento Sustentável; Enfermagem.

ABSTRACT

Objective: Characterizing the sustainability of family farming on Ilha dos Marinheiros. **Method:** Quantitative, exploratory and descriptive research, carried out with 129 farmworkers from Ilha dos Marinheiros, Rio Grande do Sul state, Brazil. Secondary data and semi-structured questionnaires were used for data collection. Data were processed on the *Statistical Package for the Social Sciences* software version 21.0, with descriptive and inferential analysis, mean, dispersion, significance level $\alpha=0.05$, and Pearson's chi-square test. **Results:** Family farming is one of the main economic resources of the island. There are 56 families that have been working for about 40.56 years, at a rate of 8.52 hours per day, with an average of 12.49 hectares and 1.94 children. The work of spouses is predominant, 96 (74.51%), followed by children, 33 (25.58%). Men work more during planting, 78 (62.90%), while women work more during harvest, 49 (38.88%). Women's help during harvest is statistically significant. **Conclusion:** The agriculture on the island is sustained by the work of the spouses, which means that the continuity of farming work is related to their permanence in it, since children represent about one third of the workforce. **Descriptors:** Occupational Health; Rural Workers; Agriculture; Sustainable Development; Nursing

RESUMEN

Objetivo: Caracterizar la sostenibilidad del trabajo agrícola familiar en la *Ilha dos Marinheiros*. **Método:** Investigación cuantitativa, exploratoria y descriptiva, con 129 trabajadores agricultores de la *Ilha dos Marinheiros*, en Rio Grande do Sul, Brasil. Para recogida se utilizaron datos secundarios y cuestionario semi-estructurado. Digitación de los datos en el *Software Statistical Package for the Social Sciences 21,0* con análisis estadístico descriptivo e inferencial, media, dispersión, nivel de significación $\alpha = 0,05$ y la prueba Chi-cuadrado de Pearson. **Resultados:** La agricultura familiar es una de las principales fuentes

económicas de la isla, son 56 familias actuantes un promedio de hace 40,56 años, 8,52 horas por día, con una media de 12,49 hectáreas y 1,94 hijos, predominando la actuación del cónyuge 96 (74,41%) seguido por los hijos 33 niños (25,58%). Los hombres trabajan más en la plantación 78 (62,90%) y las mujeres en la cosecha 49 (38,88%) cuya asistencia de estas en la agricultura es estadísticamente significativa. **Conclusión:** La agricultura en la isla se sustenta por la actuación del cónyuge, que a continuidad del trabajo estará relacionada con su estancia en este, ya que los hijos representan aproximadamente un tercio de la fuerza laboral. **Descriptor:** Salud Laboral; Trabajadores Rurales; Agricultura; Desarrollo Sostenible; Enfermería

INTRODUÇÃO

O trabalho realizado por famílias na agricultura corresponde à produção de alimentos consumidos por 80% da população em todo o planeta⁽¹⁾. No Brasil, tem-se 84,4% das unidades produtivas rurais cultivadas pela família⁽²⁾ e o incentivo em manter a geração familiar atuante no desenvolvimento do trabalho rural, especialmente na região Sul do país. Pois é lá, que a agricultura familiar predomina e estimula os agricultores a intensificarem seus sistemas produtivos⁽³⁾. Na Ilha dos Marinheiros, cenário deste estudo, a família representa a força de trabalho na agricultura dada a fertilidade da terra, considerada o pomar do município do Rio Grande, no sul do Rio Grande do Sul (RS), a qual pertence⁽⁴⁾. Fato que instiga o desenvolvimento de pesquisas sobre a constituição e conservação desta forma de trabalho.

Diante da variabilidade do conceito atribuído à agricultura familiar no mundo, ampara-se no *Committee on Agriculture* vinculado a Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO), ou seja: "[...] todas as atividades agrícolas de base familiar ligadas a várias áreas do desenvolvimento rural, [...] gerido e operado por uma família e predominantemente dependente de mão de obra familiar, incluindo mulheres e homens."^(1:3)

Seguramente, para obter a diversidade produtiva no desenvolvimento da agricultura familiar a mão de obra é indispensável, porque não existe recurso financeiro suficiente à inserção de equipamentos e maquinários que auxiliem de maneira mais pareável ao desgaste humano do trabalhador frente à ação laboral nos processos de produção. Esta realidade corrobora para o desenvolvimento de prejuízos à saúde do trabalhador⁽⁵⁾, em detrimento de uma percepção crítica do trabalhador e dos profissionais de saúde sobre as consequências do trabalho rural na saúde humana, bem como, de políticas postas na prática diária dos mesmos. O que instiga a atenção à saúde coletiva, com um olhar para o sujeito produtivo e seu ambiente de trabalho, conforme a região em que o trabalhador exerce a sua função, tendo em vista que esta é uma necessidade não somente expressa pelos países em desenvolvimento, como também pelos países desenvolvidos⁽⁶⁾.

Logo, além da relevância socioeconômica trazida pelo trabalho agrícola na alimentação no mundo, tem-se a indispensável atenção à saúde dos trabalhadores agricultores, cujo local e o modo como as pessoas vivem e trabalham, caracterizam-se como constitutivos para se inquirir sobre a saúde ocupacional. Neste enfoque, é importante que os profissionais de saúde conheçam o trabalho e os trabalhadores agrícolas, a fim de corresponder às necessidades em saúde do meio rural⁽⁷⁾. Porquanto, os ambientes e os trabalhadores contribuem à construção de uma ciência que represente os valores culturais e as necessidades expressas na agricultura⁽⁸⁾. Em outras palavras, a ciência produzida na relação entre ambiente e trabalho na agricultura familiar é acionada pelas pessoas e seus contextos, a partir dos desdobramentos na relação com a saúde humana e não humana. Entende-se que estudos, como o aqui apresentado, contribuem à prática da Enfermagem e mesmo à grande Área da Saúde, convergindo à saúde das populações rurais e suas famílias. Desta forma, objetiva-se caracterizar a sustentabilidade do trabalho agrícola familiar na Ilha dos Marinheiros.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo quantitativo, exploratório, descritivo realizado com 129 trabalhadores agricultores moradores na Ilha dos Marinheiros, município do Rio Grande, estuário da Lagoa dos Patos. Local reconhecido como a maior ilha do RS e também por fornecer produtos hortifrutigranjeiros à região desde meados do século XVII⁽⁴⁾, abrangendo aproximadamente 1259 habitantes distribuídos em cinco subsetores territoriais: Porto Rei (PR), Bandeirinhas (B), Fundos da Ilha (FI), Coréia (C) e Marambaia (M).

O número da população de trabalhadores agricultores no cenário da pesquisa foi obtido através dos órgãos oficiais do Estado e Município vinculados à assistência a este público, pois o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) não possui estes dados restritos ao local de pesquisa. Foram contatados o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município, o escritório municipal da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e a Secretaria Municipal de Agricultura, chegando-se ao total de 157 trabalhadores agricultores da Ilha dos Marinheiros. Destes 157 sujeitos, obteve-se a subtração de 25 recusas, 17 perdas e o acréscimo de 14 sujeitos indicados pelos vizinhos, totalizando 129 entrevistados pertencentes à agricultura familiar. Salienta-se que a coleta ocorreu a partir da identificação de cada um dos trabalhadores agricultores por subsetor e a partir dessa identificação a caracterização de cada uma das famílias agricultoras, totalizando 56 famílias.

Os critérios para inclusão dos sujeitos foram: ser adulto maior de 18 anos; residir e atuar diretamente no trabalho da agricultura familiar de hortifrutigranjeiros mesmo que para

subsistência na Ilha dos Marinheiros. A coleta de dados ocorreu no período de março a outubro de 2013, utilizando-se de dados primários viabilizados por meio de entrevistas com aplicação individual de um questionário semiestruturado, previamente elaborado e testado.

Foram utilizados também, dados secundários à constituição geográfica, cultural e econômica da Ilha dos Marinheiros, obtidos junto a Secretaria Municipal de Agricultura, a Agência Municipal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e à Biblioteca Municipal. Dados que auxiliaram na contextualização do ambiente de trabalho dos agricultores, no que se refere aos habitantes e as características da terra-ilha na perspectiva cultural.

As variáveis que integraram a caracterização da sustentabilidade do trabalho agrícola familiar foram: idade, renda familiar mensal, número de filhos, de integrantes da família no domicílio e daqueles que dependem desta renda, atividades desenvolvidas na agricultura, força de trabalho que auxilia, como auxilia (plantio e colheita) e sua frequência (diária, semanal). Também integraram ao estudo as variáveis: sexo, descendência e hectare cultivado.

A coleta e a organização dos dados foram conduzidas pelos integrantes do grupo de pesquisa Laboratório de Estudo de Processos Socioambientais e Produção Coletiva de Saúde da Escola de Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), os quais foram previamente orientados para tal. Foi realizada a dupla digitação dos dados no Software Statistical Package for the Social Sciences 21,0 e análise estatística descritiva e inferencial, média, desvio padrão, significância estatística $\alpha=0,05$ e teste Qui-quadrado de Pearson.

As exigências éticas e científicas foram asseguradas mediante Resolução 466/2012, obtendo-se aprovação do Comitê de Ética da FURG sob parecer 026/2013. O estudo faz parte de um macroprojeto “Natureza humana da força de trabalho masculina e feminina: um estudo com trabalhadores (as) em dois ambientes rurais do Rio Grande do Sul”, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

RESULTADOS

A agricultura é uma das principais fontes econômicas da Ilha dos Marinheiros, cuja força de trabalho é composta predominantemente pelos integrantes da família, essencialmente o cônjuge 96 (74,41%), seguido dos filhos 33 (25,58%). São 129 trabalhadores agricultores, moradores nos cinco subsetores da Ilha dos Marinheiros, o mais habitado é Porto Rei, seguido de Bandeirinhas, Marambaia, Fundos da Ilha e Coreia. Dados estes referentes aos subsetores, visíveis na tabela 1, acrescidos da descendência, da disposição das idades, renda familiar, número de dependentes da renda, do tamanho das propriedades em cada subsetor da referida Ilha, horas laborais diários e anos de trabalho.

Tabela 1: Perfil sociodemográfico dos trabalhadores da agricultura familiar na Ilha dos Marinheiros, Rio Grande do Sul, Brasil. 2015.

Subsetores		PR (67)		B (26)		M (16)		C (04)		FI (16)		n: 129	
		n	%	n	%	n	%	n	%	n	%		
Sexo	M	39	58,20	16	61,53	11	68,75	02	50,00	10	62,50	M: 78	
	F	28	42,79	10	38,46	05	31,25	02	50,00	06	37,50	F: 51	
Idade		n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	-	
25 a 35		01	02,56	01	06,25	03	27,27	01	50,00	02	26,66	08	
36 a 46		14	45,00	05	35,00	03	49,09	-	-	03	36,66	25	
47 a 57		23	71,50	10	85,00	01	09,09	01	50,00	02	26,66	37	
58 a 68		15	45,29	08	61,25	04	47,27	01	50,00	05	63,33	33	
69 a 79		13	35,60	02	12,50	05	67,27	-	-	03	36,66	23	
>80		-	-	-	-	-	-	01	50,00	01	10,00	02	
Total		66	51,55	26	20,31	16	12,49	04	3,12	16	12,49	128	
Descendência		n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	-	
Portuguesa		52	49,05	23	21,69	14	13,20	04	03,77	13	12,26	106	
Italiana		04	80,00	-	-	01	20,00	-	-	-	-	05	
Uruguaia		03	50,00	01	16,66	02	33,33	-	-	-	-	06	
Alemã		-	-	-	-	01	100	-	-	-	-	01	
Brasileira		05	71,42	01	14,28	-	-	-	-	01	14,28	07	
Renda familiar mensal		1.516,49*	(±892,54)‡	1.756,72*	(±1.063,73)‡	1.666,18*	(±557,54)‡	1.399,40*	(±940,78)‡	2.067,67*	(±1.222,10)‡	1.648,39*	(±947,72)‡
Dependentes da renda		2,60*		2,72*		2,75*		2,25*		2,19*		2,58*	
Propriedade cultivada†		6,77*		18,95*		20,30*		18,87*		15,63*		12,49*	
Horas/dia/laborais		8,12*	(3,40)‡	10,40*	(3,06)‡	7,69*	(3,66)‡	8,25*	(1,25)‡	8,13*	(4,15)‡	8,51*	(3,10)‡
Anos de trabalho		41,67*	(13,96)‡	37,21*	(13,20)‡	38,57*	(23,01)‡	40,50*	(20,53)‡	42,81*	(18,67)‡	40,15*	(17,87)‡

Notas: * Média; ‡ Desvio Padrão; † Hectares.

Diante do predomínio do sexo masculino com 78 trabalhadores, tem-se a média de idade de $55,33 \pm 14,27$, já para o sexo feminino a média de idade é de $54,68 \pm 11,08$, obtendo-se uma média geral de idade de $55,69 \pm 13,10$. Em média existem 2,53 integrantes na residência e 1,94 filhos, apresentando uma renda familiar mensal média de 1.648,39 reais, $\pm 947,72$ reais. As propriedades são de pequeno porte, com tamanho médio de 12,49 hectares (ha), oscilando entre 0,5 a 27 ha. A faixa etária de 47-57 e 58-68 anos representou 58,3% dos trabalhadores agricultores, predominantemente moradores de Porto Rei, com um e dois ha, respectivamente.

No quadro 1 apresenta-se a constituição da força de trabalho para cada subsetor e, em Fundos da Ilha além do cônjuge, o suporte dos empregados é o mais obtido, na Coreia tem-se apenas o cônjuge seguido dos filhos, não identificando-se a atuação de sogros nas famílias.

Quadro 1: Constituição da força de trabalho das famílias agricultores da Ilha dos Marinheiros, Rio Grande do Sul, Brasil. 2015.

Força de trabalho	Quem auxilia no desenvolvimento do trabalho na agricultura por subsetor											
	PR		B		M		C		FI		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Cônjuge(a)	51	76,11	19	73,07	11	68,75	04	100	11	68,75	96	74,41
Filho(a)	13	19,40	11	42,30	06	37,5	01	25	02	12,5	33	25,58
Irmão(a)	02	2,98	02	7,69	03	18,75	-	-	-	-	07	5,42
Sogro(a)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pais	-	-	03	11,53	01	6,25	-	-	01	6,25	05	3,87
Vizinho	01	1,49	-	-	-	-	-	-	-	-	01	0,77
Empregados	03	4,47	02	7,69	01	6,25	-	-	04	25	10	7,75
Outro	02	2,98	01	3,84	01	6,25	-	-	-	-	04	3,10
	Cunhado, genro, neto		Neto		Neto		-					

No quadro 2 apresenta-se a maneira como é conduzido o trabalho na agricultura familiar da Ilha dos Marinheiros sob auxílio quanto a frequência (diária, semanal) e forma de auxiliar (no plantio, na colheita e no plantio e na colheita). Obtendo-se o predomínio do trabalho diário, executado mais pelo cônjuge e filhos. Porto Rei foi o único subsetor a possuir a inserção do empregado na realização diária do trabalho agrícola, os demais quatro subsetores envolvem integrantes da própria família. De forma semanal também se obteve o predomínio do cônjuge, seguido dos filhos e a maior inserção de empregados no auxílio do trabalho, assim como destes durante a realização do plantio. O que permite considerar que o auxílio entre os próprios integrantes da família se desenvolve mais de forma diária e semanal.

Quadro 2: Caracterização da maneira como a força de trabalho auxilia os trabalhadores da agricultura familiar da Ilha dos Marinheiros, Rio Grande do Sul, Brasil. 2015.

Força de trabalho	Frequência do auxílio				Forma de auxiliar					
	Diário		Semanal		No plantio		Na colheita		No plantio e colheita	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Cônjuge	83	64,34	12	9,30	01	0,77	-	-	-	-
Filho(a)	24	18,60	07	5,42	-	-	01	0,77	01	0,77
Irmão(a)	06	4,65	01	0,77	-	-	-	-	-	-
Sogro(a)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pais	02	1,55	02	1,55	-	-	01	0,77	-	-
Vizinho	-	-	01	0,77	-	-	-	-	-	-
Empregado	01	0,77	04	3,10	04	3,10	-	-	01	0,77
Outro	01	0,77	03	2,32	-	-	-	-	-	-
Total	117	90,69	29	22,48	05	3,87	02	1,55	02	1,55

No quadro 3 apresenta-se as diferenças estatísticas entre o sexo e as atividades realizadas pelos trabalhadores agricultores com suas famílias, o sexo masculino atua mais na plantação dos hortifrutigranjeiros 78 (62,90%) e o feminino 49 (38,88%) colhendo os produtos agrícolas, havendo relação significativa para sete atividades das oito listadas, com predomínio do sexo masculino.

Quadro 3: Atividades desenvolvidas pelos trabalhadores agricultores e atividades que obtêm auxílio na realização do trabalho na Ilha dos Marinheiros, Rio Grande do Sul, Brasil. 2015.

Atividades que desenvolve na agricultura (n: 129)	Trabalhadores agricultores					
	Feminino		Masculino		Total	p
	N	%	N	%		
Planejar a produção	31	28,97	76	71,02	107	,000
Comercializar produtos agrícolas	23	25,84	66	74,15	89	,000
Administrar a unidade de produção	21	22,82	71	77,17	92	,000
Preparar o solo	31	28,70	77	71,29	108	,000
Plantar culturas	46	37,09	78	62,90	124	,005
Realizar tratos culturais	44	36,66	76	63,33	120	,015
Colher os produtos agrícolas	49	38,88	77	61,11	126	,331

Demonstrar competências pessoais	33	34,02	64	65,97	97	,026
Atividades que é auxiliado(a) na agricultura (n: 129)	Trabalhadores agricultores					
	Feminino		Masculino		Total	p
	N	%	N	%		
Planejar a produção	47	56,62	36	43,37	83	,000
Comercializar produtos agrícolas	46	60,52	30	39,47	76	,000
Administrar a unidade de produção	45	57,69	33	42,30	78	,000
Preparar o solo	48	51,06	46	48,93	94	,000
Plantar culturas	47	43,92	60	56,07	107	,022
Realizar tratos culturais	49	50	49	50	98	,000
Colher os produtos agrícolas	48	44,44	60	55,55	108	,019
Demonstrar competências pessoais	37	49,33	38	50,66	75	,005

Frente ao auxílio na realização do trabalho, diante das mesmas atividades apresentadas no quadro 3, verificou-se uma relação significativa com o sexo para todas as atividades. A maior frequência incidiu na colheita dos produtos agrícolas e plantação de culturas realizada pelos homens, para as demais atividades, prevaleceu o auxílio das mulheres, principalmente na realização dos tratos culturais. Ao relacionar as atividades realizadas e auxiliadas com a idade dos participantes, obteve-se apenas significância para o auxílio em plantar culturas, na faixa etária de 47-57 anos para 29 (27,35%) dos 106 atuantes no plantio.

DISCUSSÃO

O ano de 2014 revelou o auge da agricultura familiar dado o seu reconhecimento internacional instituído pelas Organizações das Nações Unidas⁽¹⁾. A produção agrícola familiar, especialmente no Brasil, apresentou destaque em detrimento à inserção dos alimentos produzidos pelos brasileiros em suas refeições⁽⁹⁾. É uma valorização do trabalho rural familiar e, na particularidade do presente estudo, além desta valorização, cuja economia se estrutura a partir da expressividade da cultura e do trabalho agrícola constituído na Ilha dos Marinheiros, tem-se a força de trabalho intrafamiliar. Esta representa 112,38 (87,11%) no cenário de pesquisa, envolvendo o cônjuge, filhos, irmãos, pais, cunhado, genro e netos; os demais 8,52 (6,60%) constituem os empregados e vizinho.

Destaca-se que as relações de parentesco sobre as áreas cultivadas passam então a contribuir à construção de normas sociais frente às práticas de trabalho rural⁽⁸⁾. No Brasil, os laços de parentesco dos agricultores na unidade familiar são de 90% com o produtor⁽²⁾, compondo o trabalho o proprietário, o cônjuge e os filhos⁽⁶⁾, assim como, a inserção de vizinhos adjacentes às propriedades, os quais viabilizam o apoio e a troca de favores, especialmente nos períodos de colheita e transplante de mudas^(10,11). Na Ilha dos Marinheiros, como nos demais locais em que a agricultura familiar existe, o trabalho, na maioria das vezes, não pode ser adiado devido às possíveis perdas na produção, o que exige organização pelos envolvidos^(12,13). E conhecimento de profissionais, especialmente vinculados à saúde pública, sobre a saúde dos integrantes da família rural diante do desempenho laboral, a fim da inserção de cuidados que alinhem a produtividade da saúde e como consequência, do trabalho⁽⁷⁾.

Outro aspecto de grande repercussão na agricultura familiar no mundo é o tamanho das propriedades, 72% das unidades familiares possuem menos de um ha⁽¹⁾, a maioria é muito pequena. Na América Latina, predominam as propriedades de dois a cinco ha, seguido de menos de um ha⁽¹⁾. No Brasil, a agricultura familiar em média possui 18,4 ha⁽²⁾, sendo estabelecido o número de ha em até quatro módulos fiscais referentes à pequena propriedade conforme instruções expedidas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Logo, o tamanho do módulo se difere por município e, em Rio Grande, local em que a Ilha dos Marinheiros está inserida, tem-se um total de até 100 ha.

Esta divergência expressiva em hectares cultivados envolvendo integrantes de uma família só vem a reforçar a importância de dimensionar as necessidades e contribuições da agricultura familiar, considerando políticas diferenciadas a cada país⁽¹⁾. Ratificando a importância de apreender sobre a sustentabilidade do trabalho familiar como condição necessária à saúde das pessoas do campo e na particularidade do trabalhador agricultor⁽¹⁴⁾. A agricultura familiar, pode não representar uma produção expressiva em volume, no sentido econômico, porém sua relevância está na constituição familiar e cultural que representa a possibilidade de condições de vida saudáveis na relação com a atividade produtiva, o trabalho. Com ações que envolvem o resgate do passado no presente com olhar para o futuro, onde os pais trabalham para e com os filhos na viabilização de produtos essenciais à manutenção da vida humana⁽¹²⁾. Manutenção esta, que requer, constantes investigações à saúde no trabalho familiar, comunitário e rural^(7,14,15).

No que se refere ao envolvimento dos integrantes familiares quanto ao desenvolvimento do trabalho agrícola, estudos evidenciam que o número de filhos de

agricultores concentra em torno de três por família^(10,16). Em Minas Gérias o número de filhos é de 4,5 em média, diminuindo este número para 3,5 quando a renda familiar aumenta⁽¹⁷⁾. Diferentemente, os números de filhos verificados junto aos trabalhadores agricultores na Ilha dos Marinheiros foram de 1,94 filhos em média, identificando-se a visível minimização da força de trabalho pelos descendentes da agricultura familiar, mesmo que ainda os filhos representam a segunda fonte de mão de obra com 25,58% daqueles que auxiliam. Estes resultados podem estar relacionados às características culturais da historicidade do trabalho agrícola familiar, por exemplo, que expressa o fato da redução no número de habitantes na ínsula, uma vez que em 1940 a população era de 7200 habitantes⁽⁴⁾.

Diante deste destaque, verificou-se que não houve disparidade quanto à renda mensal dos trabalhadores agricultores da Ilha dos Marinheiros frente às demais unidades familiares do Brasil, pois o rendimento médio mensal dos domicílios rurais em Rio Grande foi de 1.986,32 reais⁽¹⁸⁾. Nas famílias brasileiras uma renda média mensal de 1.789,66 reais, com ligeira queda à área rural de 795,00 reais⁽¹⁹⁾ frente a 1.648,39 reais aos trabalhadores agricultores da Ilha dos Marinheiros, considerando que a agricultura familiar é responsável por 38% do valor total da produção dos estabelecimentos⁽²⁾. Fato que confirma a relevância da agricultura familiar na geração de alimentos à sociedade, ou mesmo, à região do atual estudo.

Visualiza-se, portanto, que a renda da agricultura familiar contribui à sustentabilidade deste trabalho, no que se refere a sua durabilidade, o que está atrelado ao tempo de atuação em anos na agricultura. Na Ilha dos Marinheiros, a média geral foi de 40,56 anos de trabalho, diante de uma população agrícola ativa com idade média geral de 55,69 anos. A maioria da população não é idosa, possui menos que 60 anos de idade, logo, a média de anos de trabalho na agricultura pode aumentar na referida ilha, diante da manutenção destes trabalhadores agricultores nesta profissão. Situação similar vivenciada pelos agricultores da Paraíba, com o tempo em média de 39 anos de atuação⁽²⁰⁾ e 30 anos para os agricultores do Alabama⁽²¹⁾, fator contributivo para no mínimo, a manutenção da receita na agricultura familiar. Tais características de tempo de trabalho e idade dos trabalhadores rurais fornecem subsídios para projetar futuras ações que contribuam para a sustentabilidade destes trabalhadores de forma saudável para a durabilidade produtiva.

Complementarmente ao tempo de atuação, tem-se a média de trabalho diário na agricultura, que compreende (8,52 horas \pm 3,50), sendo que no subsetor de Bandeirinhas, a média foi de 10,40 horas incluindo todo o processo de cultivo. Dedicção ainda mais elevada para alguns autores, cuja média foi de 12,9 horas diárias, atingindo 16 horas, notadamente na

colheita dos produtos e transplante de mudas em Ituporanga, Santa Catarina⁽¹⁰⁾. Conforme a determinação legal é permitido trabalhar seis e no máximo oito horas diárias com direito à uma hora de intervalo para repouso ou um período mínimo de 11 horas consecutivas de descanso entre duas jornadas de trabalho. Determinações que necessitam também considerar os usos e costumes de cada região, valorizando a cultura local no trabalho⁽²²⁾. Desta forma, a exposição a longas horas de trabalho com intensa sobrecarga física e mental é determinante para o desenvolvimento de prejuízos à saúde dos trabalhadores agricultores⁽²³⁾. E esta relação não está diretamente associada apenas aos interesses econômicos, mas aos operacionais referentes às atitudes e costumes ao desempenhar o trabalho^(15,24), o que demanda refletir sobre as formas de exercer o trabalho dentro das restrições contextuais que existem para estes agricultores⁽²⁵⁾. Tornando-se relevante aos profissionais de saúde, preocuparem-se com os efeitos do trabalho nas condições de saúde, considerando as particularidades das comunidades agrícolas do meio rural⁽⁷⁾, com enfoque na implementação de políticas públicas que ascendam à saúde dos trabalhadores rurais⁽¹⁴⁾, pois ainda é dada pouca atenção à saúde destes⁽²⁶⁾.

Assim, a divisão do trabalho na Ilha dos Marinheiros apresenta uma diferenciação da atuação para homens e mulheres, em que elas atuam predominantemente na colheita dos produtos de forma diária e semanal, ao lado do cônjuge. Já os homens lideram o desempenho das atividades, o que é visível em outros estudos, cuja administração e condução do trabalho são tarefa masculina, evidenciando uma assimetria na tomada de decisões pelas agricultoras, as quais atuam mais de forma complementar⁽²⁷⁾. Ao contrário disto, um estudo revela que as mulheres atuam tanto quanto os homens na agricultura⁽⁷⁾.

Na Ilha dos Marinheiros, além das tarefas domésticas e do seu constante envolvimento na agricultura, as agricultoras são as que mais fornecem apoio aos seus cônjuges no desempenho da agricultura familiar. Em outra região do RS identificou-se que as mulheres da agricultura familiar possuem responsabilidades alinhadas ao cônjuge⁽²⁸⁾, o que fortalece a importância de considerar a forma como trabalham em suas unidades familiares e a continuidade desta construção social na cultura de uma comunidade^(12,29).

E, diante da inegável exigência da força de trabalho na agricultura⁽²⁰⁾, os trabalhadores passam a estar expostos aos agravos à sua saúde, decorrente do processo de trabalho^(21,24). O que torna imperativo caracterizar o exercício desta profissão, como condição necessária à saúde e ao adoecimento dos trabalhadores, a fim de incentivar a ação laboral segura e saudável, contribuindo ao desenvolvimento econômico e social da região^(5,21,24).

Contudo, apesar de todo o reconhecimento e esforço social e político do Brasil e demais países frente ao desenvolvimento da agricultura familiar⁽¹²⁾, há necessidade de avançar com pesquisas que identifiquem como ela é conduzida nas unidades familiares e a sua sustentabilidade no meio rural. Fato intrínseco a manutenção da saúde destes trabalhadores, cujos profissionais da saúde se inserem para o seu fortalecimento diante das exigências ocupacionais agrícolas⁽¹⁴⁾. Nesta perspectiva, sabe-se dos limites do presente estudo, no que concerne ao próprio desenho da pesquisa em um tempo específico e do número de agricultores incluídos. Todavia, acredita-se que apresente fortes subsídios contributivos à prática argumentativa na saúde de trabalhadores da agricultura familiar.

CONCLUSÕES

Os trabalhadores agricultores da Ilha dos Marinheiros e suas famílias, a maioria descendentes de portugueses, mesmo ocupando pequenas áreas de terra, representam uma via importante de geração de alimentos tanto para o autoconsumo como comercialização.

A sustentabilidade do trabalho na agricultura familiar está fortemente relacionada com a idade, à renda familiar, à força de trabalho familiar e a forma de auxílio, pois a maioria dos trabalhadores agricultores é adulta, ou seja, produtiva, o que contribui à continuidade deste labor, identificando-se que a inserção dos filhos, mesmo sendo pequena frente a outros estudos apresentados é a segunda força de trabalho. Não obstante, a renda familiar dos participantes não foi considerada baixa diante da média mensal apresentada nos domicílios rurais do município. Há, portanto, um empenho diário e uma organização familiar, cuja participação ocorre por ambos os sexos, identificando-se que a mulher atua mais no auxílio do cônjuge e, este na liderança do trabalho. São formas organizacionais do processo produtivo, mas não somente, que geram riquezas à sustentabilidade do trabalho e da cultura de agricultar, como condições necessárias à saúde das populações rurais, que necessitam ser conhecidas pelos profissionais de saúde, a fim de subsidiar políticas públicas e uma assistência em saúde inerente à realidade dos trabalhadores agricultores e suas famílias no espaço rural.

REFERÊNCIAS

1. Food and Agriculture Organization of the United Nations. What do we really know about the number and distribution of farms and family farms in the world? Background paper for The State of Food and Agriculture 2014. [Internet]. 2014. [citado 2014 dez 29]. Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/019/i3729e/i3729e.pdf>.

2. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário: Agricultura Familiar: Resultados Preliminares 2006. Rio de Janeiro, 2006. p. 1-267.
3. Gazolla M, Schneider S. Qual "fortalecimento" da Agricultura Familiar? Uma Análise do Pronaf crédito de custeio e Investimento no Rio Grande do Sul. *Rev. Econ. Sociol. Rural. Brasília*, [Internet]. 2013 [acesso 2014 dez 19];51(1):45-68. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032013000100003>. DOI 10.1590/S0103-20032013000100003.
4. Azevedo A LDM. A Ilha dos Três Antônios. Portugal: Jornal Soberania do Povo Águeda, 2003.
5. Laschefski KA, Dutra C, Doula SM. A legislação ambiental como foco de conflitos: uma análise a partir das representações sociais da natureza dos pequenos agricultores em Minas Gerais, Brasil. *Soc. nat., Uberlândia*, [Internet]. 2012. [acesso 2013 nov 15];24(3):405-17. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-45132012000300003&lng=pt&nrm=iso>. DOI 10.1590/S1982-45132012000300003.
6. García-Montoya ME, Callejón-Ferre AJ, Pérez-Alonso J. et al. Assessment of psychosocial risks faced by workers in Almería-type greenhouses, using the Mini Psychosocial Factor method. *Appl. ergon.* [Internet]. 2013. [citado 2013 nov 24];44(2):303-11. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0003687012001238>>. DOI 10.1016/j.apergo.2012.08.005.
7. Zhang S, Wei C, Kumiko F, et al. A comparative study of health-promoting lifestyles in agricultural and non-agricultural workers in Japan. *Environ. health prev. med.* [Internet]. 2011[acesso 2014 jan 12];16(2):80-9. Disponível em: <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/21432222>>. DOI 10.1007/s12199-010-0167-9.
8. Leff E. Saber ambiental: Sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis. RJ: Vozes, 2012. 494 p.
9. Valle CD, Fritzen L, Hillesheim LP. Agricultura familiar: relação entre disponibilidade e necessidade do fator trabalho na região do médio alto Uruguai. *Rev. Syn.Scy UTFPR, Pato Branco*. [Internet]. 2011 [acesso 2014 dez 12];06(1):1-9. Disponível em: <<http://revistas.utfpr.edu.br/pb/index.php/SysScy/article/view/1255/792>>.
10. Poletto ÂR, Gontijo LA. Family farming workers mental health in a microrregion in southern Brazil. *Work*. [Internet]. 2012. [citado 2014 jan 17];41 Suppl 1: 4987-94. Disponível: <<http://iospress.metapress.com/content/56t36159135gh448/>>. DOI 10.3233/WOR-2012-0044-4987.

11. Forero-Alvarez J. The Economy of Family Farming Production. Cuad. Desarro. Rural, Bogotá [Internet]. 2013. [citado 2013 nov 09];10 (n.esp): 27-45. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S0122-14502013000100002&script=sci_arttext>.
12. Ploeg JDVD. Dez qualidades da agricultura familiar. Revista Agriculturas: experiências em agroecologia. 2014; 1 (n.esp): 7-14. [citado 2014 jan 13]. Disponível em: <<http://aspta.org.br/revista/cadernos-para-debate-n1-dez-qualidades-da-agricultura-familiar/>>.
13. Carmo RM. A agricultura familiar em Portugal: rupturas e continuidades. Rev. Econ. Sociol. Rural. Brasília, [Internet]. 2010 [acesso 2014 jan 15];48(1):9-22. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032010000100001&lng=pt&nrm=iso DOI10.1590/S0103-20032010000100001
14. Menegat RP, Fontana RT. Condições de trabalho do trabalhador rural e sua interface com o risco de adoecimento. Ciênc. cuid. saúde. [Internet]. 2010 [acesso 2014 jan 07];9(1):52-9. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CiencCuidSaude/article/view/7810/5736>>. DOI 10.4025/cienccuidsaude.v9i1.7810
15. Connor A, Layne L, Thomisee K. Providing Care for Migrant Farm Worker. Families in Their Unique Sociocultural Context and Environment. J. transcult. nurs. [Internet]. 2010. [acesso 2013 maio 14];21(2):159-66. Disponível em: <<http://www.ncfh.org/pdfs/2k9/8715.pdf>>.
16. Demos K, Sazakli E, Jelastopulu E, et al. Does farming have an effect on health status? A comparison study in west Greece. Int. j. environ. res. public health (Online). [Internet]. 2013. [acesso 2014 jan 14];10(3):776-92. Disponível em: <<http://www.mdpi.com/1660-4601/10/3/776>>. DOI 10.3390/ijerph10030776.
17. Mendonça KFC, Ribeiro EM, Galizoni FM, et al. Formação, sucessão e migração: trajetórias de duas gerações de agricultores do Alto Jequitinhonha, Minas Gerais. Rev. bras. estud. popul., Rio de Janeiro. [Internet]. 2013. [acesso 2015 jan 21];30(2):445-63. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v30n2/06.pdf>. DOI 10.1590/S0102-30982013000200006.
18. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico e Contagem da População, 2010. Tabela 1575 Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por seção de atividade do trabalho principal.
19. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa de Orçamentos Familiares. Tabela 1802 Rendimento total e variação patrimonial médio mensal familiar. Valor e distribuição por

- origem do rendimento e situação do domicílio. [Internet]. 2008. [acesso 2015 jan 15]. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=1802&z=p&o=13&i=P>
20. Pessoa YSRQ, Alchieri JC. Qualidade de vida em Agricultores Orgânicos Familiares no interior Paraibano. *Psicol. ciênc. prof.* Brasília, [Internet]. 2014. [acesso 2015 jan 8];34(2):330-43. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932014000200006&script=sci_arttext>. DOI 10.1590/1982-3703001095012.
21. Anderson BT, Johnson GJ, Trigo JR, et al. Farmers' concerns: a qualitative assessment to plan rural medical education. *J. rural health.* 2012; 28 (2): 115-21. DOI: 10.1111/j.1748-0361.2011.00366.x.
22. Brasil. Lei n. 5.889, de 8 de junho de 1973. Estatuí normas reguladoras do trabalho rural. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15889.htm.
23. Fragar L, Mancha HJ, Perkins D, et al. Distress among rural residents does employment and occupation make a difference? *Aust. j. rural health.* [Internet]. 2010 [acesso 2014 nov 12];18(1):25-31. Disponível em: <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/20136811>>. DOI 10.1111/j.1440-1584.2009.01119.x.
24. Pickett W, Day AG, Hagel L, et al. Socioeconomic Status and Injury in a Cohort of Saskatchewan Farmers. *J. rural health.* [Internet]. 2011. [citado 2013 abr 13]; 27(3):245–54. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1748-0361.2010.00344.x/pdf>>. DOI 10.1111/j.1748-0361.2010.00344.x.
25. Dean SG, Hudson S, Hay-Smith JC, et al. Rural Workers' Experience of Low Back Pain: Exploring Why They Continue to Work. *J. occup. rehabil.* [Internet]. 2011 [acesso 2014 mar 07];21(3):395-409. Disponível em: <<http://link.springer.com/article/10.1007%2Fs10926-010-9275-z#page-1>>. DOI 10.1007/s10926-010-9275-z.
26. Fragar L, Depczynski J, Lower T. Mortality patterns of Australian male farmers and farm managers. *Aust. j. rural health.* [Internet]. 2011 [acesso 2014 dez 15];19(4):179-184. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/enhanced/doi/10.1111/j.1440-1584.2011.01209.x/#author2>>. DOI 10.1111/j.1440-1584.2011.01209.x.
27. Silva CMV, Valente ALEF. Agricultura familiar, gênero e dinâmicas sociais: um estudo sobre a construção territorial do assentamento Nova Lagoa Rica. *Rev. Econ. Sociol. Rural.* Brasília, [Internet]. 2013 [acesso 2014 dez 17];51(2):387-99. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032013000200010&script=sci_arttext>. DOI 10.1590/S0103-20032013000200010.

28. Costa C, Froehlich JM, Carpes RH. Masculinização rural: uma abordagem a partir da regionalização por sistemas agrários no Rio Grande do Sul. *Rev. bras. estud. popul.* [online]. São Paulo, [Internet]. 2013. [acesso 2015 jan 19];30(2):465-83. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982013000200007&lng=en&nrm=iso>. DOI 10.1590/S0102-30982013000200007.
29. Borges AM, Cezar-Vaz MR, Silva MRS. Constituição ecossistêmica sob uma perspectiva insular: implicações à enfermagem. *Evidentia (Granada)*. [Internet]. 2012 [acesso 2014 jan 23];9(40). Disponível em: <<http://www.index-f.com/evidentia/n40/ev7849p.php>>.

4.2 ARTIGO II

COMPREENSÃO DE AGRICULTORES SOBRE A SUA SAÚDE
FARMWORKERS' UNDERSTANDING OF THEIR HEALTH
LA COMPRESIÓN DE LOS AGRICULTORES ACERCA DE SU SALUD

Primeiro subtítulo: Agricultores e a sua saúde
Segundo subtítulo: Sobre a saúde

Anelise Miritz Borges¹; Clarice Alves Bonow²; Letícia Silveira Cardoso³; Marlise Capa Verde de Almeida⁴; Marta Regina Cezar-Vaz⁵

¹Enfermeira. Mestre em enfermagem. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande, FURG. Bolsista FAPERGS. Email: miritzenfermeira@yahoo.com.br.

²Enfermeira. Doutora em Enfermagem pelo PPGEnf/FURG. Professora Adjunta da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Email: enfcla@yahoo.com.br

³Enfermeira. Doutora em Enfermagem pelo PPGEnf/FURG. Professora Adjunta da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Coordenadora do Curso de Enfermagem da UNIPAMPA. Email: lsc_enf@yahoo.com.br

⁴Enfermeira. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande, FURG. Técnica do Laboratório de Práticas em Enfermagem da Escola de Enfermagem da FURG. Email: marlisealmeida@msn.com

⁵Enfermeira. Doutora em Filosofia da Enfermagem. Professora Associado IV da Escola de Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Orientadora do trabalho e Coordenadora do Macroprojeto. Endereço: General Osório s/nº, Campus da Saúde – Rio Grande - RS, telefone: (53) 3237-4618. Email: cezarvaz@vetorial.net

RESUMO

Identificar como os trabalhadores agricultores da Ilha dos Marinheiros significam a sua saúde e atuam para mantê-la. Pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva realizada na Ilha dos Marinheiros, Rio Grande do Sul, Brasil, com 91 trabalhadores agricultores. Utilizada entrevista semiestruturada, coleta de dados secundários, análise da frequência percentil e absoluta, média, Nvivo e Análise de Bardin, com teórico Enrique Leff. A saúde foi autorreferida como boa, regular e ruim, cujas práticas para produzi-la valorizaram hábitos de vida saudáveis, assistência profissional em saúde e a segurança no trabalho dentre outras. A assiduidade nos serviços de saúde teve a sua mínima anualmente e máxima quatro vezes ou mais no ano. Conclui-se que a autorreferência sobre saúde possui gradativamente um potencial à sua gravidade vinculado ao trabalho, o qual também determina a atuação para ter saúde, exigindo dos serviços de saúde o seu ajuste às exigências laborais. **Descritores:** Saúde do Trabalhador. Trabalhadores Rurais. Agricultura. Enfermagem.

ABSTRACT

This study aimed at identifying how farmworkers from Ilha dos Marinheiros see their health and act to keep it. It is a qualitative, exploratory and descriptive research, carried out with 91 farmworkers from Ilha dos Marinheiros, Rio Grande do Sul state, Brazil. We used a semi-structured interview, secondary data collection, analysis of percentage and absolute frequency, mean, Nvivo, and Bardin's Analysis, with theoretical Enrique Leff. The farmworkers self-reported their health as good, regular or bad. Their health-promoting practices valued healthy-life habits, professional health care, and work safety, among others. Attendance to health care services had its minimal rate once a year and its maximum rate four times or more every year. It is concluded that self-reports on health by the farmworkers have a gradual potential to severity linked to work. This determines health-promoting actions, and requires that health care services adapt to their work demands. **Descriptors:** Occupational Health. Rural Workers. Agriculture. Nursing

RESUMEN

Identificar cómo los trabajadores agricultores de la Ilha dos Marinheiros significan su salud y trabajan para mantenerla. Investigación cualitativa, exploratoria y descriptiva en la Ilha dos Marinheiros, Rio Grande do Sul, Brasil, con 91 trabajadores agricultores. Entrevista semiestructurada utilizada, recolección de datos secundarios, análisis de frecuencia percentil y absoluta, promedio, Nvivo y Análisis de Bardin con teórico Enrique Leff. Fue auto-reportada la salud como buena, regular y mala, cuyas prácticas para producirla, que valoran estilos de vida saludables, asistencia profesional en la salud y seguridad en el trabajo, entre otros. Asiduidad en los servicios de salud tuvo su mínima anualmente y, máxima cuatro veces o más en el año. Se concluye que la autorreferencia acerca de la salud gradualmente tiene una potencial relacionada con su gravedad en lo trabajo, que también determina la acción para tener salud y requiere de los servicios de salud adaptación a las demandas del trabajo. **Descritores:** Salud Laboral. Trabajadores Rurales. Agricultura. Enfermería

INTRODUÇÃO

A agricultura apresenta-se como uma das atividades laborais importantes no mundo, dado o fomento na produção de alimentos, cuja inserção da família como força de trabalho reitera a relevância das pesquisas que relacionam este trabalho à saúde humana. É uma das

profissões mais perigosas nos países em desenvolvimento, o que demanda políticas públicas afinadas com a saúde destes trabalhadores.¹

A execução das atividades agrícolas requer um grande empenho físico, tornando o corpo o mais importante instrumento de trabalho,² o qual sofre desgastes pela exposição às intempéries e aos produtos químicos, dada as exigências econômicas relativas à manutenção da sobrevivência da família.³ Trabalho exercido tanto para o consumo como para a sua comercialização de forma artesanal, prática cultural trazida pelos descendentes dos imigrantes portugueses, os quais possuem em seu país, o exercício da agricultura familiar. Trata-se de uma população que apresenta culturalmente baixa escolaridade e dificuldades no acesso à assistência em saúde, o que contribui à reduzida adesão aos serviços públicos de saúde ou até mesmo negligência quanto aos cuidados dela com ela mesmo.⁴

Diante desta realidade inerente aos trabalhadores agricultores, em que o trabalho e a saúde possuem forte relação de interdependência, delimitou-se o interesse pelo tema, de forma a integrar o enfermeiro no ambiente rural. Pois, identifica-se a falta de profissionais da saúde ajustados às questões que envolvem o fortalecimento da saúde da população rural.⁵

Ademais, tem-se na saúde um estado vital, permeado por valores culturalmente construídos em determinada comunidade,⁶ os quais podem ser utilizados tanto de forma destrutiva como racionalmente construtiva ao viver.⁷ Assim, discorrer sobre a saúde no plano do trabalho é considerar os costumes disseminados geracionalmente, o que permeia a racionalidade cultural;^{7,8} e, instiga o enfermeiro perante as suas práticas profissionais de cuidado coletivo em saúde a analisar sobre como os trabalhadores agricultores compreendem a sua saúde, frente ao seu valor cultural e, diante das exigências ocupacionais na agricultura.^{3,9} Logo, objetivou-se a partir deste estudo, identificar como os trabalhadores agricultores da Ilha dos Marinheiros significam a sua saúde e atuam para mantê-la, tendo em vista que o principal elemento constitutivo de sobrevivência destes agricultores é o trabalho no cultivo da terra para a produção de hortifrutigranjeiros.

METODOLOGIA

Pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva realizada na Ilha dos Marinheiros, município do Rio Grande, Rio Grande do Sul (RS) Brasil, no período de março a outubro de 2013 com 91 trabalhadores agricultores que executam a agricultura familiar. Esta pesquisa está vinculada ao macroprojeto “Natureza humana da força de trabalho masculina e feminina:

um estudo com trabalhadores (as) em dois ambientes rurais do Rio Grande do Sul”, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Os critérios de seleção dos participantes foram: ser adulto maior de 18 anos; residir e atuar diretamente no trabalho da agricultura familiar de hortifrutigranjeiros na Ilha dos Marinheiros, mesmo que somente para subsistência. Para a coleta de dados foram utilizados a entrevista semiestruturada, gravada cujas questões foram testadas e validadas. Também foi realizada coleta de dados secundários direcionados à contextualização geográfica e cultural da Ilha dos Marinheiros, estes obtidos junto à Secretaria Municipal de Agricultura.

Os dados foram organizados no *Microsoft Word* e *Excel*, adotando a média, frequência absoluta e/ou percentil às variáveis (sexo, idade, alfabetização, escolaridade e frequência que recorre à assistência para cuidar de sua saúde). Para a análise qualitativa dos dados às variáveis foram (como apreende a sua saúde e o que faz para produzi-la), esta primeira variável apresentou as unidades temáticas conforme autorreferência e autoavaliação em boa, regular e ruim, classificando as respostas de forma excludente em cada unidade. À variável referente ao que fazem para produzir saúde não foi atribuído o caráter excludente.

Os dados qualitativos foram transcritos e analisados com o auxílio do *Software* Nvivo versão 10 e do método da Análise de Conteúdo por temas¹⁰. Na etapa de pré-análise de Bardin foi realizada a sistematização da leitura do corpus delimitado à pesquisa, empregando a exaustividade, representatividade, homogeneidade e a pertinência. Na exploração do material foram feitas codificações utilizando-se do Nvivo que auxiliou na organização dos dados, permitindo examinar, classificar, ordenar e codificar os mesmos. Os dados brutos foram transformados em unidades de registro (palavras e temas), elaborando os núcleos de sentido diante das atitudes, opiniões e crenças contidas nas entrevistas. Para o tratamento dos resultados e interpretação norteados por Bardin foram consideradas a presença ou frequência dos núcleos de sentido diante da categoria de análise principal denominada: Saúde na cultura do trabalhador, guiando a elaboração das unidades temáticas ou árvores de nós, terminologia esta adotada pelo Nvivo.

Para ambos os processos de análise utilizou-se o apoio teórico do conceito de racionalidade cultural, que considera os saberes originários das identidades culturais presentes no cotidiano das pessoas para compreender as ações humanas, cujo trabalho e suas consequências à saúde são elementos fundamentais na constituição desta racionalidade.⁹ Os resultados foram dispostos sequencialmente em quatro unidades temáticas, os quais foram:

Dados sociodemográficos, Compreensão sobre saúde, Produção de saúde e Frequência do acesso à assistência em saúde.

Foram asseguradas as exigências éticas e científicas preconizadas nas pesquisas com seres humanos, mediante Resolução 466/2012 e aprovação do macroprojeto pelo Comitê de Ética da Universidade Federal do Rio Grande sob parecer 026/2013. Os entrevistados foram identificados pela sigla TA, seguido do número correspondente ao questionário aplicado.

RESULTADOS

Dados sociodemográficos

Dos 91 trabalhadores agricultores entrevistados vinculados à agricultura familiar, predominou o sexo masculino com 59 trabalhadores, os quais apresentaram a maior média de idade de (56,78±14,66). O grupo de [homens e mulheres] apresentou uma média de idade de (56,34±13,68) e, quanto à escolaridade, somente nove deles não eram alfabetizados e a maioria, 70 trabalhadores agricultores possuía o ensino fundamental incompleto (Tabela 01).

Tabela 01: Dados sociodemográficos dos trabalhadores agricultores da Ilha dos Marinheiros, 2015.

Sexo	n	%
Masculino	59	64,80
Feminino	32	35,20
Idade ^(anos)		
25 a 35	07	07,70
36 a 46	14	15,40
47 a 57	28	30,80
58 a 68	22	24,20
69 a 79	18	19,80
> 80	02	02,20
Alfabetização		
Sim	82	90,10
Não	09	09,90
Escolaridade		
Ensino Fundamental Incompleto	70	77,80
Ensino Fundamental Completo	06	06,70

Ensino Médio Incompleto	04	04,40
Ensino Médio Completo	01	01,10

Compreensão sobre saúde

Ao inquirir os 91 trabalhadores agricultores sobre como apreendem a sua saúde (Quadro 1), apenas quatro não responderam a questão, os demais 87 atribuíram à valoração (boa, regular e ruim) constituindo três unidades temáticas e sete temas ou nós, conforme nomenclatura técnica do *software*. A referência por ter uma boa saúde foi apontada por 45 entrevistados, os quais a relacionaram com a possibilidade de trabalhar executando as funções com independência, sem alterações fisiológicas que comprometam o seu dia a dia, ou a sua alimentação, sono e lazer.

Boa, porque estou conseguindo fazer as coisas sozinhas. (TA 104) Minha saúde está boa, porque não sinto nada. (TA 97) Quando eu estou disposto para o serviço, raciocinando bem, conseguindo planejar, eu acho que a minha saúde vai bem. (TA 77) Boa, porque toda a minha atividade faço bem, minha alimentação normal, durmo, trabalho normal. (TA 65) Saúde é a gente poder trabalhar, viver nossa vida, passear, ter uma vida saudável. (TA 72)

Trinta trabalhadores agricultores revelaram que o seu estado de saúde é regular, referindo a presença de algias e adoecimentos potencialmente relacionados ao trabalho agrícola, ou seja, alterações fisiológicas não graves concernentes a atribuição regular.

Mais ou menos, nem sempre se pode fazer tudo porque não dá as dores não deixam. Tenho dores nos braços, no pescoço, na coluna. (TA 41) Percebo que ela [saúde] fica muito exposta ao sol, aos riscos da profissão e a gente faz o que pode para evitar. É regular, devido há muitos anos trabalhando na profissão. (TA 71) Razoável, eu tenho problema de coluna, de tendinite, tenho dor de cabeça. (TA 130) É uma saúde média assim nem muita saúde, nem muita doença. Eu nunca tive doenças graves então acho que esse problema de varizes que eu tenho não chega a ser um problema grave. (TA 122)

Para os demais 12 trabalhadores agricultores a saúde é apreendida como ruim, pois referem o adoecimento recorrente, além de manifestarem a dificuldade na viabilidade das consultas com os profissionais de saúde.

Ruim, eu estou sempre doente. Bem, bem difícil. (TA 86) Bem desgastada, tenho vários problemas de saúde [...] hipotireoidismo, hérnia no estômago, gastrite crônica, refluxo, depressão, problema de coluna, então se a gente consegue tratar, muito bem, mas no meu caso está bem difícil, não consigo a consulta. (TA 47)

Quadro 01: Sistematização da apreensão dos trabalhadores agricultores da Ilha dos Marinheiros sobre a sua saúde, a partir do método de análise de Bardin e suporte do software NVivo, incluindo a idade, anos de atuação laboral e sexo, 2015.

Unidades temáticas/ Árvore de nós	Núcleos do sentido	Idade* dos participantes	Temas/ Nós	Anos* de trabalho	Homens (n - %)	Mulheres (n - %)
Boa n: 45	Ter saúde = trabalhar [‡]	55,78 ±15,40	Trabalhar n: 20	39,40 ±18,58	35 77,8%	10 22,2%
			Não sentir nada n: 19			
			Boa alimentação, sono, lazer e autonomia n: 06			
Regular n: 30	Trabalhar altera a saúde ^{‡‡}	57,93 ±10,07	Sentir dor n: 12	43,93 ±13,23	17 56,7%	13 43,3%
			Estar doente n: 14			
			Estar exposto aos riscos ocupacionais n: 04			
Ruim n: 12	Trabalhar = adoecer e tratar ^{‡‡‡}	58,00 ±13,53	Estar doente com gravidade e ter que tratar n: 12	43,17 ±14,67	04 33,3%	08 66,7%

Notas: * Média e desvio padrão dos resultados. ‡ Sentidos: disposto, trabalhar, normal, cuidar, passear, saudável, funcionar, tranquilo. ‡‡ Sentidos: dores, sofrer, problemas, regular, frágil, atrapalha, incomoda, profissão, prejuízo. ‡‡‡ Sentidos: desgastada, difícil, exames, consulta, cansada, dor, medicação, debilitada, cirurgia, agravando, doente, corpo.

Produção de saúde

Ao abordar os trabalhadores agricultores sobre as suas ações para ter saúde, apenas seis não responderam, os demais 85 tiveram as suas respostas dispostas em seis unidades temáticas e oito temas ou nós, conforme o quadro 3. A unidade que apresentou maior frequência de respostas esteve relacionada aos hábitos de vida saudáveis.

[...] *eu uso mais é hortifrutigranjeiro, produtos que nós aqui produzimos.* (TA 91) *Eu como muita verdura, muita coisa hortigranjeira que a gente planta.* (TA 123) *Alimentação saudável, eu faço ginástica, caminhada e a gente joga bingo com a turma, brinca, isso tudo faz parte da saúde.* (TA 44) *Boa alimentação e bom descanso.* (TA 52) *Eu me cuido não fumo, não bebo, só uma cerveja de vez em quando. Em casa não tenho hábito de beber bebida nenhuma.* (TA 57) *Eu não fumo, não bebo, se bebo é um copo de vinho na refeição.* (TA 120) *Procuro fazer as minhas caminhadas, tenho meu simulador de caminhada em casa.* (TA 80).

A segunda maior unidade temática esteve relacionada à assistência em saúde no que tange o acesso às consultas com os profissionais de saúde, a adesão à terapia medicamentosa e o cuidado da saúde familiar para 27 trabalhadores agricultores.

Quando eu preciso tomar algum remédio vou no posto, aí tomo melhora já sigo meu serviço de novo. (TA 55) *Cuidando, fazendo exames de seis em seis meses, tomando medicamento, enfim o que manda a medicina fazer a gente faz.* (TA 129) *Eu me cuido, vou ao posto, eu, a minha mulher e a minha filha, ela vai consultar e eu já aproveito e vejo como é que está a minha pressão.* (TA 110)

Compondo a terceira unidade temática, 15 trabalhadores agricultores relacionaram a produção de saúde com a segurança no trabalho, não se expondo aos riscos ocupacionais.

Para produzir saúde tem que se cuidar mais, cuidar no trabalho com o agrotóxico, cuidar o sol [...] eu uso chapéu de palha, protetor solar. (TA 70) *O que eu faço é o dia a dia minha filha, eu boto os protetores, eu uso chapéu, luvas, botas. Agora sou obrigado a usar depois desses problemas [de saúde] que aconteceram.* (TA 92)

Dez entrevistados referiram se abster da atenção à sua saúde, não realizando ações à manutenção, mesmo sob recomendação médica, constituindo a quarta unidade temática.

Eu sou muito acomodada, preciso fazer exercício não faço, até que eu me exercito bastante, porque o nosso trabalho é assim, ele é bem desgastante, mas não é aquele exercício que a gente precisa, aquela malhação como a médica me recomendou. (TA 47) *Na verdade eu não faço nada, não tenho nenhum cuidado. Nenhuma atividade.* (TA 119)

A inserção de plantas medicinais e a busca por viver de forma tranquila, sem gerações de conflitos com a comunidade onde mora foram ações referidas por três e dois entrevistados respectivamente, concernentes a quinta e sexta unidades temáticas.

Eu vou ao médico, me trato, tomo remédio caseiro, os chás não prejudicam eu tomo. (TA 58) *Tento viver o melhor possível, não ter incomodação, viver tranquilo, embora às vezes não consiga, viver sem muito estresse, tentar se dar bem com as pessoas.* (TA 79)

Quadro 02: Sistematização da compreensão sobre as ações que os trabalhadores agricultores da Ilha dos Marinheiros possuem para ter saúde, a partir do método de análise de Bardin e suporte do software NVivo. 2015.

Unidades temáticas/ Árvores de nós	Núcleos do sentido	Temas/Nós
Hábitos de vida saudáveis n: 37	Comer, dormir, entreter-se [‡]	Alimentação saudável Dormir/Lazer n: 30
	Tabaco e álcool ^{‡‡}	Não fumar e beber moderadamente n: 17
	Exercitar-se ^{‡‡‡}	Atividade física n: 10
Assistência profissional em saúde n: 27	Profissionais de saúde [§]	Recorrer à assistência e medicar- se n: 38
Segurança no trabalho n: 15	Saúde ocupacional [†]	Atenção aos riscos ocupacionais e usar equipamentos de proteção n: 19
Privação da atenção à sua saúde n: 10	Não cuidar-se [¶]	Nada n: 10
Inserção de terapia alternativa n: 03	Plantas medicinais [*]	Utilizar plantas medicinais caseiras n: 03
Almejar tranquilidade no dia a dia n: 02	Tranquilidade [‡]	Viver com tranquilidade n: 02

Notas: ‡Sentidos: respeitar, jogo de bingo, descanso, hortifrutigranjeiros. ‡‡Sentidos: fumo, beber, prejudica, cuidado. ‡‡‡Sentidos: ginástica, caminhada, exercícios, alongamentos. §Sentidos: médico, medicamento, exames, posto. †Sentidos: exposto, agrotóxico, proteger. ¶Sentidos: acomodada, nada, normal. *Sentidos: chá, caseiro. ‡Sentidos: bem, incomodação, estresse.

Frequência do acesso à assistência em saúde

Quanto à frequência que os trabalhadores agricultores recorrem à assistência para cuidar de sua saúde (Tabela 02), 12 mencionaram não recorrer, 24 referiram recorrer anualmente, especialmente os homens e outros 24 entrevistados quatro vezes ou mais por ano, predominando as mulheres.

Tabela 02: Sexo e frequência dos 91 trabalhadores agricultores da Ilha dos Marinheiros frente à assistência que recorrem para cuidar da saúde, 2015.

Frequência à assistência em saúde	Sexo		Total
	Feminino	Masculino	
Anualmente	07	17	24
Bianualmente	11	07	18
Trianualmente	02	02	04
Quatro anualmente ou mais	08	16	24
Esporadicamente	02	07	09
Não recorrem	02	10	12
Total:	32	59	91

DISCUSSÃO

Trabalhar na agricultura familiar requer atenção, tanto na realização do trabalho quanto com a saúde destes trabalhadores¹ e, como fator prejudicial à manutenção da saúde dos agricultores tem-se a baixa escolaridade¹¹ vulnerabilidade esta, que eleva as possibilidades de exposição aos danos ocupacionais devido a dificuldade na capacidade de compreender certos conhecimentos técnicos, segundo extensionistas rurais.¹² Portanto, ao se preocupar com a saúde dos trabalhadores, necessariamente precisa-se considerar as condições específicas destes no seu cotidiano laboral¹³ pois, socialmente há tendência de associar a capacidade de desempenhar as atividades diárias com a condição de ter saúde.

Assim, a maioria dos trabalhadores agricultores da Ilha dos Marinheiros concebe a sua saúde como boa, isto é, está muito relacionada com a possibilidade de trabalhar, mantendo as condições básicas para a sua sobrevivência, por meio da vitalidade do mais importante instrumento de trabalho, o corpo. Logo, a saúde está concatenada a um corpo que trabalha² e esta boa saúde foi autorreferida pelos entrevistados mais jovens da Ilha dos Marinheiros com idade média de 55,78 anos ($\pm 15,40$) e com realce para o sexo masculino (77,80%). Este grupo refere não apresentar alterações fisiológicas quanto ao seu rendimento laboral e direciona suas ações a adesão de uma alimentação equilibrada, saudável no que tange o consumo dos hortifrutigranjeiros.

Por conseguinte, a saúde está muito relacionada a um valor culturalmente construído.⁷ Tem-se então, uma complexidade diante das retroações entre os fatores econômicos, o impacto ambiental e humano,⁸ em meio à forma coletiva de lidar com as

concepções das pessoas diante do que apreendem sobre a sua saúde.⁹ Logo, mesmo os trabalhadores apresentando certos adoecimentos potencialmente ligados ao seu trabalho, continuam exercendo-o fortalecendo a existência da saúde.⁶ Esta apreendida como regular aos trabalhadores agricultores da Ilha dos Marinheiros, frente aos fatores potencialmente prejudiciais à saúde, concernentes à exposição a radiação solar excessiva, à presença dos eventos climáticos que podem agredir a saúde dos entrevistados. Também há adesão aos agrotóxicos, que oferecem condições inseguras aos trabalhadores, consumidores e ao ambiente,^{3,9,14} realidade aplicada à Ilha dos Marinheiros.

As exigências do trabalho e a própria forma cultural de conduzi-lo, produzem, portanto, alterações nas funções vitais, podendo comprometer a performance do trabalhador diante da maneira como desempenha suas atividades.¹⁵ Com o mascaramento dos problemas de saúde conduzido pelos próprios trabalhadores agricultores, as situações de adoecimento evitáveis passam a se tornar graves.¹⁵ Fato correspondente a uma saúde ruim pelos entrevistados com mais idade na Ilha dos Marinheiros, em média 58 anos, especialmente às mulheres, o que exige o apelo aos serviços de saúde para tratamento e manutenção no exercício do trabalho agrícola. Visto que, a manutenção da saúde está intrinsecamente relacionada às práticas de cuidado a ela, logo, assim como a terra para ser produtiva precisa ser cultivada com atenção, a saúde também precisa ser cultivada a cada dia, mesmo que livre de adoecimentos.

Trata-se então, de uma saúde que é construída dia a dia em meio à cultura e, ainda que, por vezes seja boa, regular ou ruim pode se modificar, o que incita o enfermeiro a incentivar o trabalhador a prestar cuidados em saúde antes mesmo que os adoecimentos se instalem.⁶

Conforme alguns entrevistados da Ilha dos Marinheiros produzir saúde é ter uma boa alimentação, com produtos frescos e de boa qualidade, empenho gerado pelo trabalho na horticultura, que incentiva o autoconsumo e melhora da nutrição alimentar dos trabalhadores.¹⁶ Consumir frutas, verduras e legumes, especialmente *in natura* ou minimamente processados, reforça a relação entre saúde e alimento consumido,¹⁷ prática muito relacionada com os hábitos culturais.¹⁸ Outro aspecto incide na cultura do consumo de bebidas alcoólicas, considerada uma forte ameaça à população rural.^{18,19} No cenário de pesquisa, a redução e ou nulidade da ingestão destas substâncias e do tabaco foi referida, mesmo em um local em que a Jurupiga, licor de uva produzido pelos ilhéus possui destaque na região pelo seu agradável sabor.

Portanto, a saúde resulta das formas de organização social, assim, oportunizar momentos de lazer e de realização de atividades físicas a fortalece.^{13,14} A falta de tais ações pode configurar um risco adicional ao trabalhador, que fica potencialmente mais predisposto a desenvolver alguma disfunção orgânica.^{14,18} Por mais que o trabalho exija dedicação contínua e diária, não pode ofuscar a importância dos exercícios físicos, formalmente estabelecidos pelos profissionais que os compete.²⁰ Ademais, torna-se equivocado pensar que as atividades físicas tenham igualdade de ação frente ao trabalho desempenhado na lavoura. Outro aspecto intrínseco à produção de saúde e morar no campo é que este gera para muitos trabalhadores agricultores a sensação de tranquilidade, dada à identidade e o envolvimento que possuem com o seu trabalho.²¹ Porém, sabe-se que a manifestação de estresse está presente na vida de muitos agricultores^{3,5} logo, preocupar-se com o outro é estimar a vida considerando-o integrante de uma comunidade, de um ambiente visualizando o exercício do trabalho como uma maneira de contribuir à vida futura mais saudável.⁸

Já com o olhar singular à saúde tem-se o uso dos equipamentos de proteção individual, obrigatoriamente indispensáveis para o desenvolvimento do trabalho no campo.²² Na Ilha dos Marinheiros, foram referidos o uso do chapéu, luvas, botas e protetor solar, sendo para tanto, coerente não se expor ao risco sem proteção.²³ Portanto, para garantir a integralidade na atenção à saúde, seja coletiva ou individualizada, tem-se uma rede de atenção à saúde por meio do Sistema Único de Saúde (SUS).²³ Este matriciamento das ações em saúde perpassa por constantes aperfeiçoamentos, como a instituição de políticas públicas de saúde direcionadas ao meio rural,¹⁹ ofertando o suporte no uso das plantas medicinais²⁴.

Não obstante, a enfermagem tem se aproximado cada vez mais das famílias rurais³ e, na Ilha dos Marinheiros, o acesso à assistência em saúde é viabilizado pela unidade básica de saúde da família. Porém, tem-se ainda a falta de profissionais da saúde capacitados para lidar com as questões que envolvem o fortalecimento da saúde na zona rural,⁵ porque mais do que consumir um medicamento prescrito, o agricultor precisa de orientações em saúde específicas frente ao trabalho que executa.⁵ Há referência de falta de conhecimentos quanto ao local mais indicado para recorrer à atenção em saúde³ e a falta de acesso ao sistema de saúde local¹⁵ pelas dificuldades de deslocamento.²⁵ Enfim, situações que fazem com que muitos trabalhadores desenvolvam de forma silenciosa, um conjunto de manifestações perigosas à sua saúde.³

No Brasil, há obrigatoriedade da realização de consulta médica àqueles empregados, contudo, apesar dos agricultores familiares não se enquadrarem a esta exigência, pois

recorrem aos serviços de saúde por adesão pessoal, identificou-se que os entrevistados acessam os serviços de saúde predominantemente de forma anual. Frente a isto, verifica-se que há uma tendência do homem recorrer menos à assistência em saúde do que a mulher agricultora, o que contribui para a reduzida prática de cuidado e maior vulnerabilidade dos homens. As mulheres então, são as que procuram mais os serviços de saúde, e para práticas preventivas, já os homens, práticas curativas em que a doença já está instalada²⁶ havendo uma convergência da maioria dos homens agricultores recorrerem à assistência entre os 40 a 65 anos de idade, o que contribui à vulnerabilidade de sua saúde.²⁷

A prática do cuidado em saúde é, portanto, alvo de atenção dos trabalhadores agricultores, tendo em vista que precisam da mesma para conduzir as suas atividades laborais, tornando-se elementar e indiscutivelmente relevante à Enfermagem aperfeiçoar-se no campo da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora para que a saúde seja no mínimo boa, diante das valorações identificadas, tornando um desígnio a toda a família.

CONCLUSÕES

A autorreferência sobre saúde possui gradativamente um potencial à gravidade no desenvolvimento de adoecimentos vinculados ao trabalho, não havendo a menção de uma saúde excelente, o que demanda por parte do trabalhador agricultor agir de forma preventiva ao desenvolvimento das doenças e enfrentar as ameaças à sua saúde atuando de forma mais segura no trabalho, reduzindo assim, as possibilidades de valorar ações em saúde nos quadros regular e ruim da mesma. Logo, repensar sobre o que os trabalhadores agricultores compreendem e fazem para ter saúde contribui para que estes ampliem esta abordagem e as direcionem aos seus sucessores na agricultura familiar, tendo em vista que esta prática é culturalmente passada pelas gerações. Ademais, ampara o profissional de saúde na priorização das exigências do seu trabalho rural, o que demanda a realização de outras pesquisas em saúde, aproximando as ações de cuidado do enfermeiro à saúde do trabalhador rural.

REFERENCIAS

1. Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO). Global strategy to improve agricultural and rural statistics. [página na Internet]. 2014. [acesso 2014 Jan 27]. Disponível em: <http://www.fao.org/economic/ess/ess-capacity/ess-strategy/en/#.UvUx7fldWAn>

2. Souza SS, Costa R, Shiroma LMB, Maliska ICA, Amadigi FR, Pires DEP, et al. Reflexões de profissionais de saúde acerca do seu processo de trabalho. *Rev. eletrônica enferm.* [online]. 2010 [acesso 2014 Mai 20]; 12(3). Disponível em:
http://www.fen.ufg.br/fen_revista/v12/n3/v12n3a05.htm
3. Connor A, Layne L, Thomisee K. Providing Care for Migrant Farm Worker. Families in Their Unique Sociocultural Context and Environment. *J. transcult. nurs.* [online]. 2010 [acesso 2013 Mai 13]; 21(2). Disponível em: <http://www.ncfh.org/pdfs/2k9/8715.pdf>
4. Nogueira RP. Enfermagem promovendo educação em saúde no contexto rural. Em extensão, Uberlândia. [online]. 2010 [acesso 2014 Jun 13]; 9(2). Disponível em:
<http://www.seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/viewFile/20697/11011>
5. Anderson BT, Johnson GJ, Trigo JR. Farmers' concerns: a qualitative assessment to plan rural medical education. *J. rural health.* 2012 Spring; 28(2):115-21.
6. Filho NA. *O que é saúde?* Rio de Janeiro (RJ): Fiocruz; 2011.
7. Leff E. *Ecologia, capital e cultura. A territorialização da racionalidade ambiental.* Petrópolis (RJ): Vozes; 2009.
8. Leff E. *Saber ambiental: Sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder.* Petrópolis (RJ): Vozes; 2012.
9. Araújo JNG, Greggio MR, Pinheiro TMM. Agrotóxicos: a semente plantada no corpo e na mente dos trabalhadores rurais. *Psicol. rev. (Belo Horizonte).* [online]. 2013 [acesso 2014 Dez 10]; 19(3). Disponível em:
<http://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/viewFile/P.1678-9563.2013v19n3p389/6211>
10. Bardin L. *Análise de conteúdo.* São Paulo (SP): Edições 70; 2011.
11. Oliveira CSF, Silva AV, Santos KN, Fecury AA, Almeida MKC, Fernandes AP, et al. Hepatite B e infecção pelo vírus C entre os ribeirinhos da Amazônia brasileira. *Rev. Soc. Bras. Med. Trop.* [online]. 2011 [acesso 2013 Out 14]; 44(5). Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0037-86822011000500003&script=sci_arttext
12. Landini FP. Problemas enfrentados por extensionistas rurais brasileiros e sua relação com suas concepções de extensão rural. *Ciênc. rural.* [online]. 2015 [acesso 2014 Dez 20]; 45(2). Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84782015000200371&lng=pt&nrm=iso
13. Cavalcante IMS, Nogueira LMV. Práticas sociais coletivas para a saúde no assentamento Mártires de Abril na Ilha de Mosqueiro, Belém, Pará. *Esc. Anna Nery Rev. Enferm.* [online].

2008 [acesso 2014 Dez 13]; 12(3). Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/ean/v12n3/v12n3a15>

14. Oliveira KNS, Bezerra LR, Bezerra MAR, Oliveira KNS, Carneiro CT. Fadiga laboral em trabalhadores rurais. *Rev. RENE*. [online]. 2013 [acesso 2014 Nov 14]; 14(5). Disponível em: <http://www.revistarene.ufc.br/revista/index.php/revista/article/view/706>

15. Brumby SA, Willder SJ, Martin J. The sustainable farm families project: changing attitudes to health. *Rural remote health*. [online]. 2009 [acesso 2014 Nov 15]; 9(1).

Disponível em: <http://www.rrh.org.au/articles/subviewnew.asp?ArticleID=1012>

16. Branco MC, Alcântara FA. Hortas urbanas e periurbanas: o que nos diz a literatura brasileira? *Hortic. Bras.* [online]. 2011 [acesso 2014 Dez 14]; 29(3). Disponível em: https://docs.google.com/viewerng/viewer?url=http://www.horticulturabrasileira.com.br/images/stories/29_3/201129327.pdf

17. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Guia alimentar para a população brasileira. [página da Internet]. Brasília (DF): MS; 2014.

[acesso 2014 Dez 20]. Disponível em:

<http://portalsaude.saude.gov.br/images/pdf/2014/novembro/05/Guia-Alimentar-para-a-pop-brasiliera-Miolo-PDF-Internet.pdf>

18. Carneiro FF, Hoefel MG, Silva MAM, Nepomuceno AR, Vilela C, Amaral FR, et al. Mapeamento de vulnerabilidades socioambientais e de contextos de promoção da saúde ambiental na comunidade rural do Lamarão, Distrito Federal, 2011. *Rev. bras. saúde ocup.* [online]. 2012 [acesso 2014 Dez 21]; 37(125). Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0303-76572012000100016&lng=en&nrm=iso

19. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta. [página da Internet]. Brasília (DF):

MS; 2013. [acesso 2014 Nov 16]. Disponível em:

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacoes_campo.pdf

20. Smallfield S, Anderson AJ. Addressing Agricultural Issues in Health Care Education: An Occupational Therapy Curriculum Program Description. *J. rural health*. [online]. 2008 [acesso 2014 Dez 20]; 24(4). Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1748-0361.2008.00183.x/full>.

21. Carvalho DM, Santos AB, Júnior JPS, Ferrer MT. Perspectivas dos jovens rurais: campo versus cidade. In: *Anais do 47º Congresso Sociedade Brasileira de Economia, Administração*

- e Sociologia Rural, 2009 Jul 26-30; Porto Alegre, Brasil. Porto Alegre (RS): SOBER. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/13/881.pdf>
22. Ministério do Trabalho e Emprego. Norma Regulamentadora 6. Equipamento de proteção individual. [página da Internet]. Brasília (DF): MS; 2014. [acesso em Dez 27]. Disponível em: [http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A47594D04014767F2933F5800/NR-06%20\(atualizada\)%202014.pdf](http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A47594D04014767F2933F5800/NR-06%20(atualizada)%202014.pdf).
23. Ministério da Saúde. Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. [página da Internet]. Brasília (DF): MS; 2012. [acesso 2015 Jan 14]. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt1823_23_08_2012.html.
24. Ministério da Saúde. (BR). Política nacional de plantas medicinais e fitoterápicos. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica. Brasília (DF): MS; 2006.
25. Córdova TAB, Ribas CEDC, Wosny AM. A assistência à saúde dos Sem-Terra: o caso do assentamento Butiá, Santa Catarina, Brasil. S&TS [online]. 2011 [acesso 2014 Jul 25]; 1(2). Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=265319571010>.
26. Machin R, Couto MT, Silva GSN, Schraiber LB, Gomes R, Figueiredo WS, et al. Concepções de gênero, masculinidade e cuidados em Saúde: Estudo com Profissionais de Saúde da Atenção Primária. Ciênc. saúde coletiva. [online]. 2011 [acesso 2014 Dez 20]; 16(11). Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232011001200023&lng=en&nrm=iso
27. Ferraz L, Truindade LL, Bevilaqua E, Santer JS. As demandas do homem rural: informações para a assistência nos serviços de saúde da atenção básica. REME rev. min. enferm. [online]. 2013 [acesso 2014 Dez 20]; 17(2). Disponível em: <http://www.reme.org.br/artigo/detalhes/654>.

4.3 ARTIGO 3

**TRABALHO AGRÍCOLA FAMILIAR E A CONSERVAÇÃO DA SAÚDE HUMANA
E AMBIENTAL**

**FAMILY FARMING AND THE CONSERVATION OF HUMAN AND
ENVIRONMENTAL HEALTH**

**EL TRABAJO AGRÍCOLA FAMILIAR Y LA CONSERVACIÓN DE LA SALUD
HUMANA Y AMBIENTAL**

Anelise Miritz Borges⁸; Clarice Alves Bonow²; Mara Regina Santos da Silva³; Laurelize
Pereira Rocha⁴; Marta Regina Cezar-Vaz⁵

Indicação da categoria do artigo: Pesquisa

¹Enfermeira. Mestre em enfermagem. Bolsista FAPERGS. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem (PPGENf)/Saúde da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Email: miritzenfermeira@yahoo.com.br

²Enfermeira. Doutora em Enfermagem pelo PPGENf/FURG. Professora Adjunta da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Email: enfcla@yahoo.com.br

³Enfermeira. Doutora em Enfermagem pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professora adjunta IV da Escola de Enfermagem da FURG. Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Enfermagem da FURG. Email: marare@brturbo.com.br

⁴Enfermeira. Doutora em Enfermagem pelo PPGENf/FURG. Docente da Escola de Enfermagem da FURG. Email: laurelize@gmail.com

⁵Enfermeira. Doutora em Filosofia da Enfermagem. Professora Associado IV da Escola de Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Orientadora do trabalho e Coordenadora do Macroprojeto. Endereço: General Osório s/nº, Campus da Saúde – Rio Grande - RS, telefone: (53) 3237-4618. .Email: cezarvaz@vetorial.net

**TRABALHO AGRÍCOLA FAMILIAR E A CONSERVAÇÃO DA SAÚDE HUMANA
E AMBIENTAL**

**FAMILY FARMING AND THE CONSERVATION OF HUMAN AND
ENVIRONMENTAL HEALTH**

**EL TRABAJO AGRÍCOLA FAMILIAR Y LA CONSERVACIÓN DE LA SALUD
HUMANA Y AMBIENTAL**

RESUMO

Objetivo: Compreender como os trabalhadores agricultores identificam os impactos positivos e negativos do trabalho agrícola familiar desencadeados no ambiente e como conservam a saúde ambiental. **Métodos:** Pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva, com 129 trabalhadores agricultores da Ilha dos Marinheiros, Rio Grande, Brasil. Utilizaram-se dados secundários e a técnica de entrevista gravada com Análise de Bardin e Nvivo10, ambos embasados no conceito da racionalidade cultural de Enrique Leff. Exigências éticas e científicas foram asseguradas, parecer 026/2013. **Resultados:** Dentre os impactos positivos teve-se a geração de alimentos com responsabilidade, valorização do trabalho, inserção dos agrotóxicos correta e mínima, senão nula. Já negativamente, o uso excessivo e incorreto dos agrotóxicos e a falta de conhecimentos para agricultural. **Considerações finais:** A conservação do ambiente reside na redução das agressões a este durante o trabalho, as quais podem comprometer a saúde. **Descritores:** Agricultura; Desenvolvimento Sustentável; Enfermagem em Saúde Pública

ABSTRACT

Objective: This study aimed at understanding how farmworkers identify the positive and negative impacts of family farming in the environment and how they keep environmental health. **Method:** It is a qualitative, exploratory and descriptive research, carried out with 129 farmworkers from Ilha dos Marinheiros, Rio Grande do Sul state, Brazil. We used secondary data and the technique of recorded interviews with Bardin's Analysis and Nvivo10, both based on the concept of cultural rationality of Enrique Leff. Ethic and scientific demands were satisfied by Opinion n. 026/2013. **Results:** Positive impacts included responsible food production, valuing of work, correct and minimal (or inexistent) use of agrochemicals. Negative impacts included excessive and incorrect use of agrochemicals and lack of knowledge on farming. **Final considerations:** Environment conservation lies in reducing aggressions to the environment during work, as they can compromise health. **Key Words:** Agriculture; Sustainable Development; Public Health Nursing

RESUMEN

Objetivo: Comprender cómo los trabajadores agricultores identifican los impactos positivos y negativos del trabajo agrícola familiar emprendido en el ambiente y cómo conservan la salud ambiental. **Métodos:** Investigación cualitativa, exploratoria y descriptiva, con 129 trabajadores agricultores de la Ilha dos Marinheiros, Rio Grande, Brasil. Utilizaron datos secundarios y técnica de entrevista grabada, con análisis de Bardin y Nvivo10, ambos basados en el concepto de racionalidad cultural de Enrique Leff. Requisitos éticos y científicos fueron asegurados, el consentimiento 026/2013. **Resultados:** Entre los impactos positivos tuvieron la generación de los alimentos de manera responsable, valoración de lo trabajo, inserción de los pesticidas correcta y mínima, o nula. Ya negativamente, el uso excesivo y mal uso de los plaguicidas y la falta de conocimiento para la agricultura. **Consideraciones finales:** La conservación del ambiente está en la reducción de los ataques a este durante el trabajo, lo que puede poner en peligro la salud. **Palabras clave:** Agricultura; Desarrollo Sostenible; Enfermería en Salud Pública.

INTRODUÇÃO

Preocupar-se com uma agricultura que não agrida o ambiente e as pessoas envolvidas direta e indiretamente, remete a visão de sustentabilidade ambiental^(1,2) e, a aplicabilidade da sustentabilidade na agricultura familiar está atrelada ao conhecimento geracional⁽³⁾, constituído pela cultura, intrinsecamente estabelecida nas formas de viver e nos interesses sociais e econômicos das comunidades rurais⁽²⁾.

Tem-se, portanto, a racionalidade cultural constituída pela socialização humana expressa pelos valores, significados e estilos de vida⁽²⁾, cujas práticas de cultivo da terra nas unidades familiares contribuem à satisfação das necessidades humanas na subsistência e na comercialização dos produtos⁽¹⁾. Neste sentido, a agricultura representa uma grande aliada no desenvolvimento econômico, por ser a segunda fonte de emprego, cujos trabalhadores agricultores somam mais de um terço da força de trabalho mundial na geração de alimentos⁽⁴⁾. O que torna esta força de trabalho potencialmente adversária à sustentabilidade da agricultura familiar quando a sua projeção econômica não considera o ambiente como finito diante de suas formas de vida que o mantém⁽²⁾.

O trabalho agrícola familiar enaltece a relação do agricultor com o ambiente, pois viabiliza não apenas o sustento da unidade familiar, mas o convívio com a comunidade, estabelecendo relações com os demais trabalhadores agricultores e com o cuidado ao

ambiente rural, em meio à dependência a este⁽⁵⁾. Aliando desta forma, a satisfação de trabalhar com o ato de cultivar a terra⁽⁶⁾ de forma sustentável⁽⁷⁾, ou seja, satisfazendo as necessidades da população atual sem comprometer a capacidade de atender as gerações futuras⁽²⁾.

Portanto, não é possível desvincular o trabalho agrário da cultura de cada comunidade rural, tampouco dos padrões tecnológicos e interesses econômicos, fato que integra na racionalidade cultural a construção de normas sociais frente às práticas de trabalho rural e exploração dos recursos naturais⁽¹⁾. Práticas estas, que contribuem para o desenvolvimento de impactos positivos e negativos à saúde de sua população e ambiente, conforme a maneira em que são conduzidas⁽⁸⁾, o que demanda estudos⁽³⁾, pois, diferente de décadas passadas, os efeitos socioambientais oriundos do trabalho agrícola estão mais evidentes, permitindo mais debates⁽⁸⁾, devido o reconhecimento nacional e internacional desta atividade laboral⁽⁹⁾.

Em meio a este reconhecimento, a região Sul do Brasil apresenta um expressivo número de famílias agricultoras, no Rio Grande do Sul (RS) há 85,7% do total de agricultores atuantes no Estado⁽¹⁰⁾. Cenário propício para investigações, recorrendo-se à Ilha dos Marinheiros, no município do Rio Grande, pelo seu desempenho no fornecimento de hortifrutigranjeiros à região, desde meados do século XVII⁽¹¹⁾ frente à fertilidade da sua terra. Assim, diante da relevância do tema, busca-se a partir da concepção dos participantes compreender como os trabalhadores agricultores identificam os impactos positivos e negativos do trabalho agrícola familiar desencadeados no ambiente e como conservam a saúde ambiental.

MÉTODO

Trata-se de um estudo qualitativo, exploratório e descritivo vinculado ao macroprojeto Natureza humana da força de trabalho masculina e feminina: um estudo com trabalhadores (as) em dois ambientes rurais do Rio Grande do Sul financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

O presente estudo foi realizado no ambiente Ilha dos Marinheiros, município do Rio Grande, no Rio Grande do Sul, junto ao estuário da Lagoa dos Patos, local peculiar à região Sul, pois além de ser uma ilha, possui características rurais, em que o cultivo da terra viabiliza o maior sustento dos 1259 habitantes⁽¹²⁾ distribuídos nos cinco sub setores territoriais, denominados Porto Rei, Bandeirinhas, Marambaia, Coreia e Fundos da Ilha.

Os participantes da pesquisa atuam na agricultura familiar e caracterizam-se por Trabalhadores Agricultores, ou seja, a “pessoa responsável pelo gerenciamento da produção primária de frutas, hortaliças, grãos e outros produtos agrícolas⁽¹³⁾”. Os critérios para inclusão dos participantes foram: ser adulto maior de 18 anos; residir e atuar no trabalho da agricultura familiar de hortifrutigranjeiros, mesmo que para subsistência na referida ilha. Em virtude da ausência do número de agricultores da Ilha dos Marinheiros junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), recorreu-se aos órgãos oficiais do Estado e Município vinculados à assistência a este público. Foram contatados o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município, o escritório municipal da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e a Secretaria Municipal de Agricultura, chegando-se ao total de 157 trabalhadores agricultores ilhéus. Destes 157 obteve-se a subtração de 25 recusas, 17 perdas e o acréscimo de 14 sujeitos indicados pelos vizinhos, totalizando 129 trabalhadores agricultores entrevistados.

A coleta de dados ocorreu no período de março a outubro de 2013, sendo utilizado um questionário semiestruturado, de aplicação individual, gravado, previamente elaborado e testado. Também foram coletados dados secundários referentes à constituição geográfica e cultural da Ilha dos Marinheiros obtidos junto à Secretaria Municipal de Agricultura, à Agência Municipal do IBGE e à Biblioteca Municipal. As variáveis que compuseram este estudo foram: idade, sexo, descendência, impactos/efeitos positivos e negativos do trabalho no ambiente e, como os participantes se preocupam com a conservação da saúde ambiental ao realizarem o seu trabalho. Ressalta-se que para estas duas últimas variáveis qualitativas não foi atribuído o caráter excludente às unidades temáticas, ambas foram analisadas a partir das falas dos participantes.

As exigências éticas e científicas preconizadas nas pesquisas com seres humanos foram asseguradas, mediante Resolução 466/2012 e o macroprojeto recebeu aprovação do Comitê de Ética da Universidade Federal do Rio Grande sob parecer 026/2013. Os participantes foram identificados pela numeração atribuída ao questionário, seguido do sexo e subsetor.

Para padronização dos termos veneno, produto químico e remédio referidos pelos trabalhadores agricultores utilizou-se a terminologia agrotóxico, nomenclatura oficial da Agência Nacional de Vigilância Sanitária⁽¹⁴⁾. Para a análise dos dados foi utilizada Análise de Conteúdo por temas⁽¹⁵⁾ a partir das três etapas metodológicas requeridas pelo método, e o *software* Nvivo10, ambos os processos de análise amparados na racionalidade cultural de

Enrique Leff. Esta se refere aos valores e significados de uma comunidade estabelecidos em um processo histórico, tornando as práticas sociais e produtivas na agricultura fortemente influenciadas pela economia e pela presença dos recursos naturais, o que motiva e reitera a relevância à conservação ambiental local⁽¹⁾.

Diante do referido embasamento teórico aplicado à conclusão da primeira e segunda etapas metodológicas, realizou-se a partir do NVivo a classificação, ordenação e codificação dos dados, definindo as árvores de nós e suas subcategorias. Na terceira etapa de tratamento dos resultados foram condensadas as unidades temáticas e alinhadas aos conjuntos de nós.

RESULTADOS

Dos 129 trabalhadores agricultores entrevistados houve o predomínio do sexo masculino com 78 trabalhadores e a média de idade para estes foi de $55,33 \pm 14,27$, já para o sexo feminino foram 51 trabalhadoras com idade média de $54,68 \pm 11,08$, obtendo-se uma média geral de $55,69 \pm 13,10$ anos, mínimo de 25 e máximo de 81 anos. A concepção dos efeitos do trabalho agrícola no ambiente e a conservação da saúde ambiental foram apresentadas em duas temáticas: Impactos positivos e negativos do trabalho no ambiente e Conservação da saúde ambiental.

Impactos positivos e negativos do trabalho no ambiente

A realização do trabalho no manejo da terra consiste em uma habilidade requerida geracionalmente pela descendência portuguesa para 106 trabalhadores agricultores (84,80%), cuja manutenção desta atividade laboral está vinculada à cultura agrícola destes ilhéus sucedida pelos primeiros imigrantes de Portugal.

Dos 129 entrevistados sobre os efeitos do trabalho agrícola no ambiente (QUADRO 1), 119 (92,24%) mencionaram que são positivos, os quais foram estruturados em quatro árvores de nós ou unidades temáticas contendo 13 nós, com predomínio do sexo masculino e do código, não. Código este relacionado à inexistência de impactos positivos do trabalho no ambiente, dada à eminência da poluição desencadeada pelo uso dos agrotóxicos, que contribuem ao desgaste da terra, do ambiente.

Já 111 (86,04%) trabalhadores agricultores referiram a sua concepção sobre os impactos negativos, a qual originou três árvores com 12 nós, predomínio do sexo masculino e do código, não. Código este identificado para 61 (68,69%) trabalhadores agricultores, os quais manifestaram ausência de impactos negativos no ambiente, devido ao cuidado que possuem

para não poluí-lo ao trabalharem, beneficiando-se da reciprocidade em não prejudicar para não ser prejudicado.

Quadro 01 - Estruturação dos impactos positivos n: 119 e negativos n: 111 do trabalho no ambiente a partir da análise de Bardin e suporte do software NVivo.

Unidades Temáticas/ Árvores de nós	Temas/Nós	n	Códigos	N	
Impactos positivos do trabalho no ambiente					
Produtividade	Satisfação pessoal	Agricultar	17	Plantar	09
	Autonomia	Trabalhar	16	Trabalho	06
	Trabalho é a riqueza	Sustentar	12	Dinheiro	04
	Alimentação	Gerar alimentos	07	Comer	02
Total			52		21
Agrotóxico uso e não uso	Utilizar corretamente		07	Remédio	04
	Não utilizar		07	Não	07
	Evitar o uso		05	Venenos	03
	Utilizar		01	Natureza	02
Total			20		16
Conservação do ambiente	Cuidar sem prejudicá-lo		19	Ambiente	04
Não, sim, não sabe, não respondeu	Não		14	Não	14
	Sim		10	Não	08
	Não sabe responder		09	Não	08
	Não respondeu		10	-	-
Total			43		30
Impactos negativos do trabalho no ambiente					
Utilizar agrotóxico	Utilizar		30	Agrotóxico	10
	Utilizar incorretamente		02	Poluir	02
	Usar e colher		01	Colher	01
Total			33		13
Trabalho	Ambiente modificado		08	Prejudica	03
	Conhecimento reduzido		03	Orientação	02
	Insegurança		02	Vender	02
	Dedicação		01	Sacrificante	01
Total			14		08
Não, sim, não sabe, não respondeu	Não		61	Não	59
	Sim		01	Tem	01
	Não sabe responder		04	Não	03
	Não respondeu		18	-	-
Total			84		63

Fonte: Produção dos autores.

Frente à concepção quanto aos impactos positivos gerados no ambiente, o conjunto que apresentou maior inclusão de trabalhadores agricultores, esteve relacionado com a produtividade para 52 participantes. Logo, os nós oriundos deste conjunto constituem o ato de

plantar para produzir, viabilizando o sustento financeiro da família através do trabalho na geração de alimentos.

Porque eu trabalhando na chácara estou ajudando a produzir tanto para mim como para as pessoas que vão comprar mercadoria da gente para se alimentar, então eu creio que isso é um ponto positivo. (113, F, FI) Porque a gente o que planta, vende, ganha o nosso dinheiro, o sustento de cada dia, eu acho que isso é positivo. (62, F, PR) Porque do jeito que está indo se a gente pára eu acho que não vai ter mais nem o que comer daqui a uns tempos, e nisso a gente está ajudando. (53, M, PR)

A responsabilidade que possuem na produção dos alimentos é valorizada por estes 52 trabalhadores agricultores, beneficiando as famílias agricultoras com a venda dos produtos e a população consumidora com a oferta destes. Identificando também a importância do consumo à saúde humana e da manutenção desta profissão que emprega a família.

Eu acho que cada um tem o seu trabalho e para nós é bom. (6, F, B) [...] e o consumidor tem a possibilidade de consumir uma mercadoria fresquinha. (75, M, PR) Porque é bom, muita gente, que compra é bom para a saúde, que nem as verduras. (121, F, PR)

Logo, a satisfação no exercício do trabalho é um fator relevante para estes 52 entrevistados, justificada pelo convívio com um ambiente tranquilo e pela autonomia que possuem na execução das tarefas diárias, referindo o trabalho como a riqueza da Ilha dos Marinheiros.

Trabalho porque gosto. Eu planto porque gosto. (10, M, PR) Eu acho que é um serviço saudável, a gente gosta do que faz. O bom é um ambiente assim oh, tu andas ao ar livre, tu andas saudável entendesse. (25, F, PR). Ah para mim é muito bom [...] aqui tem tranquilidade [...] até hoje a gente é dona do que a gente faz, se tu quiser fazer agora tu faz, se quiser fazer logo mais tu faz. (58, F, PR) A nossa vida é entorno disso, a gente vive disso [trabalho] então acho que tem benefícios, é isso que vem enriquecer o meio ambiente na Ilha, eu acredito. (129, M, B).

A incorporação dos agrotóxicos, referidos pelos trabalhadores agricultores como venenos, tóxicos, produtos químicos ou remédios foram mencionados tanto como geradores de impactos positivos como negativos ao ambiente. O manuseio correto do produto, a não utilização ou o ato de evitá-lo foram apontados como impactos positivos por 20 entrevistados, no segundo conjunto com maior inserção de respostas. O uso correto dos agrotóxicos está relacionado ao rendimento nas colheitas, podendo gerar intoxicação e adoecimento humano

quando desconsiderado o tempo de carência. Além disto, muitas vezes não é possível identificar o cultivo que contém o agrotóxico, corroborando ainda mais para a potencial contaminação.

A gente sabe como, quando usar um remédio, não vender aquele produto em seguida, dar o tempo de carência necessário, porque na verdade tem que usar [agrotóxicos], senão, não consegue plantar, colher. (80, F, B) [...] se a gente capricha não usa tantos venenos, trabalha na inteligência [...] para plantar repolho, couve-flor essas coisinhas do inverno, não precisa botar veneno, e será bom ao meio ambiente, o pessoal na cidade, muitos estão morrendo mais por causa dos venenos. [...] não corta e lava, botou remédio, está ocultado ainda, não saiu, ia prejudicar alguém embora não matasse, poderia intoxicar e com o tempo o cara ficar doente. (109, M, M)

Ainda sobre os agrotóxicos, tem-se a visão de 33 trabalhadores agricultores, inseridos no primeiro maior conjunto de nós, que identificaram impactos negativos decorrentes do uso destas substâncias. Estes atribuídos à contaminação da terra, da água, do ar e das pessoas ao redor, oferecendo perigo a todos, especialmente se o agrotóxico for mal empregado nas lavouras.

Ele [o trabalho] estraga o ambiente devido aos produtos químicos, pode estragar a água, o solo, até mesmo os familiares da gente, uma contaminação. (15, F, PR) No caso do químico, o veneno, o remédio vai o cheiro ao ar atmosférico, e aí pode [contaminar]. (111, F, M) [...] quando trabalha com esses venenos, tóxicos [...] se o agricultor não usasse seria melhor à saúde. [...] eu digo aos meus amigos: vocês não usem, porque isso aí é perigoso. (92, M, FI) Depende, se for mal usado [agrotóxicos] sim, agora se for bem usado, corretamente não. (110, M, M)

O próprio exercício do trabalho na agricultura contribui à alteração do ambiente e às gerações futuras, no momento em que a terra é trabalhada, segundo 14 entrevistados pertencentes ao segundo conjunto de nós dos impactos negativos.

Toda atividade que for trabalhar, que for lidar com a terra, de certa forma está alterando o sistema, a atividade agrícola vai desencadear uma alteração no ambiente no momento que tenha que trabalhar, revirar a terra, tu vais estar mexendo com a vida que tem em cima, com as plantas, a vegetação, a vida que tem no solo, com fungos, bactérias, parasitas. (77, M, M) Ao ambiente, negativo, por causa desses venenos, nós vamos, a geração mais nova vai sofrer muito, com certeza, não é para mim, mas futuro. Muito brabo, difícil, só quem lida é quem sabe. (95, M, B)

Ainda decorrente deste segundo conjunto de nós, têm-se como dificuldades enfrentadas no dia a dia, o insucesso nas colheitas e na comercialização dos produtos devido à oscilação financeira e a condição subordinada à imprevisibilidade do tempo. Além de ser um trabalho sacrificante, muitas vezes conduzido sem o suporte técnico quanto ao manejo adequado no cultivo da terra, tendo em vista que o trabalho impõe a necessidade de aprender.

Às vezes está ruim de vender, tu leva tudo e traz de volta; a gente está plantando não sabe se vai colher, tu planta um canteiro hoje, não sabe se a cada dois meses vai colher, vem um tempo de uma hora para outra, perde tudinho, cansei de perder tudo. (45, M, PR) [...] devido ao trabalho que a gente passa é muito sacrificante para pouco ganho, sacrifica-se muito, a gente anda na chuva, no sol, no tempo ruim. (25, F, PR) [...] muita das vezes a gente está fazendo o troço errado sem saber, sem ter orientação. (26, M, PR) A gente não tem ninguém que oriente direito como fazer então vai fazendo que nem o vendedor [de agrotóxico] vai dizendo. (49, F, PR)

Por conseguinte, cuidar do ambiente cultivando a terra sem torná-la infértil, demanda preocupação com a forma em que o trabalho é realizado, expresso pela policultura. Esta consiste na diversidade do cultivo de hortifrutigranjeiros, característica da agricultura familiar manifestada por 19 entrevistados pertencentes ao terceiro maior conjunto de nós positivos.

A gente está produzindo, plantando, cuidando do meio ambiente, tem que cuidar da terra para a terra retornar. (68, M, PR) A gente tem e tenta produzir sem fazer grandes alterações a não ser as necessárias. É a questão de variedade de espécies que a gente percebe aqui, [...] a gente avalia que está funcionando bem, talvez não seja ainda o ideal. (77, M, M)

Portanto, o trabalho agrícola familiar é um elemento importante na constituição cultural dos entrevistados, os quais identificam que a sua atividade laboral contribui para o desenvolvimento de alterações no ambiente, até mesmo às gerações futuras.

Conservação da saúde ambiental

Foram 129 trabalhadores agricultores, a maioria homens questionados sobre a maneira como conservam a saúde ambiental no trabalho, totalizando três árvores contendo 12 nós e o predomínio do código não (QUADRO 2). Este código se refere à negativa do ato de poluir o ambiente. Sessenta e sete entrevistados tiveram suas respostas alinhadas ao primeiro e maior conjunto de nós sobre o uso e não uso de agrotóxicos, já 57 trabalhadores agricultores

mencionaram a relação da saúde ambiental à saúde humana, constituindo o segundo conjunto de nós.

Quadro 02 - Estruturação da conservação da saúde ambiental, a partir da análise de Bardin e suporte do software NVivo, n: 125.

Unidades Temáticas/ Árvores de nós	Temas/Nós	n	Códigos	N
Agrotóxicos uso e não uso	Correta utilização	27	Remédio	11
	Mínima utilização	16	Mínimo	06
	Poluição água e terra	09	Não	08
	Embalagens: armazenamento e descarte	09	Meio ambiente	04
	Não utilizar	06	Não	05
Total		67		35
Conservação do ambiente e saúde humana	Ambiente circular x ações	47	Não	27
	Cuidar do ambiente é cuidar da saúde humana hoje e amanhã	07	Saúde	04
	Produtos orgânicos	03	Terra	02
Total		57		30
Não, sim, não sabe, não respondeu	Não	07	Não	07
	Não sabe responder	06	Não	06
	Sim	02	Sim	02
	Não respondeu	04	-	-
Total		19		15

Fonte: Produção dos autores.

No primeiro conjunto de nós, 27 entrevistados referiram que é possível conservar a saúde do ambiente utilizando corretamente os agrotóxicos, aderindo às orientações dispostas nas bulas e receituários destas substâncias e, utilizando equipamentos de proteção individual (EPI), evitando os dias de vento e a presença de outros trabalhadores no local, devido ao risco à contaminação.

Esses remédios comprados precisamos ler com atenção e utilizar conforme o rótulo. (103, M, M) *Preocupo-me usando os produtos agrícolas com cuidado, respeitando as dosagens, os prazos de carência.* (98, M, C) *Eu já digo para eles [integrantes da família] se cuidarem, botar máscara, roupa, óculos, a gente nunca está perto, espera quando está calmo o tempo [...] se tiver vento a máquina voa o remédio, e estando calmo o remédio vai só para aquele lugar.* (44, F, PR)

Foi identificada a mínima pretensão no uso dos agrotóxicos no cultivo dos produtos para 16 entrevistados, porque a substância agride a vida, mas sem o seu uso não provém às colheitas. Ademais, nove entrevistados referiram que o uso imprudente e excessivo dos

agrotóxicos contribui à poluição da água e da terra, elementos que constituem a Ilha dos Marinheiros.

Esse agrotóxico faz mal à natureza, ao ar, não usar muito. (34, F, PR) Me preocupo por causa desses produtos químicos que o cara usa que é ruim para todo mundo é ruim à saúde. Botar remédio o menos possível, o cara tem que usar senão não consegue colher. (90, M, FI) [...] se tu botar um remédio que vai correr para o mar vai matar os peixes, o camarão. (5, M, B) [...] não botar muita quantidade de defensivos, porque vai prejudicar o solo, a saúde das pessoas com certeza. (57, M, PR)

Ainda neste maior conjunto de nós, o armazenamento seguro e adequado dos agrotóxicos foi identificado por nove entrevistados como estratégia à conservação da saúde ambiental da Ilha dos Marinheiros. Foi referido o cuidado com o descarte das embalagens, evitando a sua queima ou que estas sejam soterradas prejudicando o desenvolvimento da planta, e a atenção com o acondicionamento dos recipientes nos galpões até que a coleta municipal aconteça.

Os remédios eu guardo tudo, não joga no chão, não boto no lixo, não queimo. (43, M, PR) Algum vasilhame, plástico da ureia, do adubo a gente sempre procura não deixar no meio ambiente, na terra, até por causa do plantio, que pode enredar na raiz de um pé de banana, de alface e, ela não vai produzir direito. (71, F, PR) [...] não deixar os frascos jogados no solo, procurar sempre guardar, a gente procura entregar [à coleta] para não ficarem expostos. (80, F, B)

No segundo conjunto de nós, 47 trabalhadores agricultores referiram um vínculo circular de suas ações com o ambiente, em que há uma retroação contínua entre o trabalhador, o ambiente, vizinhos, comunidade e consumidores diante do trabalho agrícola exercido em uma ilha, logo, prover a saúde ambiental é trabalhar sem poluir.

A gente se preocupa porque tem que cuidar, [...] a gente procura fazer tudo para o melhor, não prejudicar nada nem ninguém. O ambiente é tudo, a gente que trabalha tem água, tem tudo, e tudo circula. Isso aí sai para o mar. (29, F, PR) A gente tem que procurar ajudar o meio ambiente a não destruir ele, senão vai voltar para a gente aquilo que a gente prejudicar o meio ambiente, eu creio que já muita coisa que acontece hoje já é porque o meio ambiente é prejudicado. (113, F, FI)

Para sete entrevistados, o uso descomedido dos recursos naturais visando apenas o lucro na produtividade agrícola deprecia o ambiente e o acesso destes às gerações futuras.

Eu tenho o dever e a obrigação de entregar um solo quando eu parar de produzir em melhores condições do que eu peguei. [...] não pode simplesmente usar a terra, ter lucro com a atividade, mas tornar essa área viável, produtiva no futuro. (77, M, M) [...] eu penso muito é no futuro das crianças, desses adolescentes que vem por aí. A gente não, porque a gente não vai ficar muitos anos aqui, mais eles no futuro deles eu queria ver o mundo melhor. (94, F, FI)

Fazer uma agricultura que não agrida às outras formas de vida consiste na realização de um trabalho com respeito, cuja inserção dos produtos orgânicos, advindos da terra, portanto naturais representa uma ação de respeito, conforme três trabalhadores agricultores.

[...] se prejudica o meio ambiente prejudica também as pessoas e a saúde da gente. (1, F, B) Se eu [...] pôr no alimento alguma coisa de errado, vai fazer mal para mim, para os outros. O que eu não quero para mim, não quero para ninguém, procurar o bem de todos. (16, M, PR) Eu tento sempre melhorar ela [terra] [...] na agricultura eu tento sempre botar orgânicos, cuidar, botar uma química que é o adubo normal, fazer o solo sempre ficar forte. (38, M, PR) [...] bastante estrume, casca de arroz (63, M, M)

Nesta perspectiva de ação e reação, os trabalhadores agricultores da Ilha dos Marinheiros expuseram a sua compreensão sobre a saúde ambiental diante do seu trabalho realizado, referindo uma perspectiva sustentável ao ambiente e conseqüente à saúde humana.

DISCUSSÃO

As práticas de trabalho na agricultura estão fortemente influenciadas pelos padrões culturais locais⁽¹⁾, logo, o ambiente em que é realizado este labor sofre variações, assim como as pessoas envolvidas. São relações que envolvem crenças, valores e informações construídas ao longo da vida de uma população agrícola com o meio em que vive^(3,5). Esta relação contínua e interdependente dos trabalhadores agricultores com o ambiente se faz por morar no local, cultivar a terra, alimentar-se do que produz, enfrentar diariamente a imprevisibilidade do tempo e como consequência, o desgaste humano desencadeado pela exposição ao sol, chuva, umidade e esforço físico que a profissão demanda^(16,17).

A Ilha dos Marinheiros como local peculiar⁽¹¹⁾ à região sul pela sua terra fértil apresenta trabalhadores agricultores preocupados com a geração de alimentos, ação que fomenta o trabalho como riqueza e o lucro como fonte de sustento. Tanto nacional como internacionalmente outras ilhas possuem o seu desenvolvimento econômico voltado à agricultura, cujo trabalho provê o sustento alimentar^(18,19). Há uma necessidade econômica,

mas também uma força cultural em cultivar a terra e ter orgulho e satisfação pelo trabalho, característica agregada à agricultura familiar e também aos ilhéus. A tranquilidade, o sossego do meio rural e a capacidade de tomar as próprias decisões sem a presença de um empregador também se constituem em valores positivos à agricultura⁽⁶⁾.

Logo, conduzir a direção do processo organizativo do trabalho rural de forma mais saudável dada à estreita contiguidade dos trabalhadores agricultores com a terra é um cuidado relevante para ambos, o que contribui para o alcance da conservação ambiental⁽²⁾. Ademais, trata-se de um ambiente insular, em que os elementos terra e água constituem a estrutura da Ilha dos Marinheiros, assim como do trabalho em meio a uma cultura de agricultar. E esta peculiaridade é considerada pela maioria dos entrevistados no momento em que utilizam produtos orgânicos, assim como agrotóxicos com cautela e de forma correta, preocupando-se com a poluição da terra, do ar, da água e das formas de vida presentes nele. Prática amparada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, que prevê a policultura e a adesão dos produtos orgânicos como forma de reduzir a utilização dos agrotóxicos e a potencial agressão à vida. Assim como, a inserção dos EPI, o armazenamento e o descarte correto das embalagens de agrotóxicos, a atenção ao período de carência destas substâncias, amparando-se nas orientações apresentadas nos rótulos e bulas de cada uma delas⁽¹⁴⁾.

O foco incide em terra saudável, agricultor saudável, preocupando-se com a revitalização da terra e da saúde humana numa concepção de ação e reação⁽²⁰⁾. Todavia, apesar dos recursos naturais e dos processos culturais serem incomensuráveis e irredutíveis ao cálculo econômico e à eficiência tecnológica, muitas vezes as questões financeiras destacam-se em meio às exigências da própria sobrevivência, tornando as ações laborais no meio rural, financeiramente rentáveis e gradativamente inviáveis à sustentabilidade do ambiente, da vida humana⁽²⁾. O que contribui para uma resiliência cultural, diante das constantes transformações econômicas, tecnológicas e sociais que este trabalho requer⁽²⁾.

A inclusão dos agrotóxicos pode se tornar um fator desencadeador de tal resiliência, pois de um lado tem-se a contestação do uso ou não uso dos agrotóxicos que refletem na maior produtividade e também em agressões à saúde. Do outro, dificuldades com a reduzida valorização financeira dos hortifrutigranjeiros cultivados⁽²¹⁾, cujos impactos negativos à saúde e ao ambiente não são contabilizados no preço final destes produtos⁽⁸⁾. Por conseguinte, um dos desafios quanto à utilização destas substâncias é tornar visíveis os efeitos socioambientais e os custos à saúde diante do seu uso, buscando o consumo consciente à manutenção da vida⁽⁸⁾.

O manejo intensivo dos agrotóxicos, mesmo em total observância às Leis/Normas, leva à poluição dos alimentos, das águas, do ar, das chuvas, do trabalhador, da população e dos animais, ou seja, contamina as formas de vida vinculadas a estes produtos⁽²²⁾. Ademais, têm-se as intoxicações agudas e crônicas relacionadas ao ciclo de produção agrícola, dada à exposição ocupacional, alimentar e ambiental⁽²³⁾, em que muitas vezes a não visualização dos agrotóxicos presentes nos alimentos, oculta o risco iminente da contaminação.

Diante deste embate cultural e econômico pelo uso e não dos agrotóxicos tem-se como posicionamento da maioria dos trabalhadores agricultores da Ilha dos Marinheiros, que estas substâncias, necessariamente deveriam ser utilizadas de forma comedida, atendendo as exigências preconizadas ao seu manejo. Prática a ser requerida por todos, sejam gestores como produtores rurais, pois muitos destes não reconhecem os impactos gerados à saúde ambiental e humana, sobressaindo o desígnio da produtividade agrícola a qualquer preço⁽²²⁾. Arelado a tal impacto, também está a reduzida informação sobre o seguro manuseio dos agrotóxicos, cuja disseminação do conhecimento sobre eles necessita ser contínua e mais acessível aos agricultores⁽²⁴⁾. Tendo em vista que a obtenção do sucesso no cultivo da policultura⁽⁹⁾, também exige um conhecimento acerca do cultivo de cada espécie.

A vista disto, a atenção à saúde dos trabalhadores agricultores, seu núcleo familiar e população consumidora torna-se essencial⁽²³⁾, constituindo-se o ato de cultivar uma situação de vulnerabilidade importante determinada no âmbito das relações entre saúde, trabalho e o ambiente⁽²²⁾. Portanto, são as práticas sociais conscientes frente à saúde ambiental e humana que integram a visão de sustentabilidade⁽²⁰⁾, seja pelo exercício do trabalho agrícola inerente a zona rural, ou pelo convívio constante com o ambiente. Pois o próprio ato de viver já contribui constantemente para a degradação da vida, o que requer responsabilidade frente aos impactos para si, para o outro, ao ambiente de hoje e de amanhã.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho agrícola representa a sobrevivência humana, no que tange a produção de alimentos e, demanda articulação coletiva da sociedade diante da valorização desta prática, cuja inserção dos integrantes da família agrega junto ao ambiente em que vivem o valor da cultura local no manejo agrícola, valor este que precisa ser considerado ao estudar o trabalhador no meio rural. Constata-se também, que o trabalho no cultivo da terra gera modificações no ambiente e, que estas comprometem a saúde daqueles direta e indiretamente

envolvidos, o que postula maior disseminação do conhecimento sobre esta atividade laboral, a fim da sustentabilidade da vida.

REFERÊNCIAS

1. Leff E. Ecologia, capital e cultura. A territorialização da racionalidade ambiental. Petrópolis: Vozes; 2009.
2. Leff E. Saber ambiental: Sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 9ª ed. Petrópolis: Vozes; 2012.
3. Laschefski KA, Dutra C, Doula SM. A legislação ambiental como foco de conflitos: uma análise a partir das representações sociais da natureza dos pequenos agricultores em Minas Gerais, Brasil. Soc. nat., Uberlândia, [Internet]. 2012 [acesso 2013 nov 15];24(3):405-17. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-45132012000300003&lng=pt&nrm=iso. doi: 10.1590/S1982-45132012000300003.
4. Organização Internacional do Trabalho. Repertorio de recomendaciones prácticas sobre seguridad y salud en la agricultura. [Internet]. Genebra: WHO; 2010 [acesso 2014 nov 13]. Disponível em: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_159460.pdf
5. Ploeg JDVD. Dez qualidades da agricultura familiar. Revista Agriculturas: experiências em agroecologia. [Internet]. 2014 [acesso 2014 jan 13];1(n.esp):7-14. Disponível em: <http://aspta.org.br/revista/cadernos-para-debate-n1-dez-qualidades-da-agricultura-familiar/>.
6. García-Montoya ME, Callejón-Ferre AJ, Pérez-Alonso J, Sánchez-Hermosilla J. Assessment of psychosocial risks faced by workers in Almería-type greenhouses, using the Mini Psychosocial Factor method. Appl. ergonom. [Internet]. 2013 [citado 2013 nov 24];44(2):303-11. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0003687012001238>. doi: 10.1016/j.apergo.2012.08.005.
7. Weihs M, Mertens F. Os desafios da geração do conhecimento em saúde ambiental: uma perspectiva ecossistêmica. Ciênc. saúde coletiva. [Internet]. 2013 [citado 2014 out 23];18(5):1501-10. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232013000500036&script=sci_arttext. doi: 10.1590/S1413-81232013000500036
8. Porto MF, Soares WL. Modelo de desenvolvimento, agrotóxicos e saúde: um panorama da realidade agrícola brasileira e propostas para uma agenda de pesquisa inovadora. Rev. bras. saúde ocup. [Internet]. 2012 [acesso 2014 nov 13];37(125):17-31. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0303-76572012000100004&script=sci_arttext. doi: 10.1590/S0303-76572012000100004

9. Food and agriculture organization of the united nations. Global Strategy Improving Ag-statistics. Global strategy to improve agricultural and rural statistics. Washington. [Internet]. 2010 [acesso 2014 dez 10];(56719-GLB):1-39. Disponível em:

<http://www.fao.org/economic/ess/ess-capacity/ess-strategy/en/#.UvUx7fldWAn>.

10. Grando MZ. Um retrato da agricultura familiar gaúcha. *Indic. Econ. FEE*. [Internet]. 2011 [acesso 2014 nov 13];39:(4):159-76. Disponível em:

<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/2645/3091>

11. Ministério do Meio Ambiente (BR). Núcleo dos biomas mata atlântica e pampa (NAPMA) e Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Relatório final. Sub-projeto Ilha dos Marinheiros. Pampa: conhecimentos e descobertas sobre um bioma brasileiro [CD]. 2006.

12. Instituto brasileiro de geografia e estatística (BR). Censo Demográfico e Contagem da População, 2010. Universo: Características da População e dos Domicílios. [Internet]. IBGE; 2010 [acesso 2014 dez 14]. Disponível em:

<http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2010universo.asp?o=7&i=P>.

13. Embrapa. Manual de Boas Práticas Agrícolas e Sistema. Qualidade e Segurança dos Alimentos. Projeto PAS campo. [Internet]. Brasília: EMBRAPA/SEDE; 2004 [acesso 2014 dez 13]. Disponível em:

<http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/18226/1/MANUALBOASPRATICASA GRICappcc.pdf>

14. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Cartilha sobre agrotóxicos. Série Trilhas do campo. [Internet]. Brasília: ANVISA; 2011 [acesso 2014 nov 13]. Disponível em:

http://www.marica.rj.gov.br/comite/leis/cartilha_agro.pdf

15. Bardin L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70; 2011.

16. Connor A, Layne L, Thomisee K. Providing Care for Migrant Farm Worker. Families in Their Unique Sociocultural Context and Environment. *J. transcult. nurs.* [Internet]. 2010 [acesso 2013 maio 14];21(2):159-66. Disponível em: <http://www.ncfh.org/pdfs/2k9/8715.pdf>

17. Dean SG, Hudson S, Hay-Smith JC, Milosavljevic S. Rural Workers' Experience of Low Back Pain: Exploring Why They Continue to Work. *J. occup. rehabil.* 2011;21(3):395-409. doi: 10.1007/s10926-010-9275-z.

18. Brumby SA, Willder SJ, Martin J. The sustainable farm families project: changing attitudes to health. *Rural remote health*. [Internet]. 2009 [acesso 2014 nov 15];9(1). Disponível em: <http://www.rrh.org.au/articles/subviewnew.asp?ArticleID=1012>
19. Oliveira CFS, Silva AV, Santos KN, Fecury AA, Almeida MKC, Fernandes AP, et al. Hepatitis B and C virus infection among Brazilian Amazon riparians. *Rev. Soc. Bras. Med. Trop.* [Internet]. 2011 [acesso 2014 dez 11];44(5):546-50. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0037-86822011000500003&lng=en&nrm=iso&tlng=en doi: 10.1590/S0037-86822011000500003
20. Schirmer J, Berry HL, Brien LVO. Healthier land, healthier farmers: Considering the potential of natural resource management as a place-focused farmer health intervention. *Health place*. [Internet]. 2013 [acesso 2014 dez 13];24:97–109. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1353829213001123> doi: 10.1016/j.healthplace.2013.08.007
21. Landini FP. Problemas enfrentados por extensionistas rurais brasileiros e sua relação com suas concepções de extensão rural. *Ciênc. rural*. [Internet]. 2015 [acesso 2014 nov 13];45(2):371-77. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84782015000200371&lng=pt&nrm=iso&tlng=en doi: 10.1590/0103-8478cr20140598
22. Gregolis TBL, Pinto WJ, Peres F. Percepção de riscos do uso de agrotóxicos por trabalhadores da agricultura familiar do município de Rio Branco, AC. *Rev. bras. saúde ocup.* [Internet]. 2012 [acesso 2014 dez 13];37(125):99-113. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0303-76572012000100013&script=sci_arttext doi: 10.1590/S0303-76572012000100013
23. Pignati W, Oliveira NP, Silva AMC. Vigilância aos agrotóxicos: quantificação do uso e previsão de impactos na saúde-trabalho-ambiente para os municípios brasileiros. *Ciênc. saúde coletiva*. [Internet]. 2014 [acesso 2014 nov 13];19(12):4669-78. Disponível em: http://www.scielosp.org/scielo.php?pid=S1413-81232014001204669&script=sci_arttext doi: 10.1590/1413-812320141912.12762014
24. Tadevosyan A, Tadevosyan N, Kelly K, Gibbs SG, Rautiainen RH. Pesticide Use Práticas em Armenia. *Rural. J Agromedicine*. 2013; 18(4): 326-33. doi: 10.1080/1059924X.2013.826118.

5 CONCLUSÕES

Os resultados da tese apresentados no formato dos três artigos permitiram atender aos objetivos propostos e constatar que, em meio a relação socioambiental decorrente do trabalho agrícola familiar na Ilha dos Marinheiros, os TA apresentaram ações concernentes a sustentabilidade ambiental e por consequência humana.

Culturalmente, intrínseco aos descendentes participantes deste estudo, está agregado no trabalho não apenas a subsistência frente ao consumo dos hortifrutigranjeiros, mas a sua constante relação com o ambiente. Este apreendido pelos TA como constitutivo de água, ar, terra, pessoas, animais e plantas. Ademais, a integração constante destes elementos reitera a importância da relação socioambiental à vida dos humanos e não humanos, o que conduz para ações que visem à sustentabilidade da vida, no ambiente onde estes existem.

Na Ilha dos Marinheiros, o elemento terra é essencial na obtenção da fonte de renda destes agricultores e suas famílias, há uma dedicação constante na realização do trabalho no cultivo da terra, são várias horas diárias e anos atuando nesta prática laboral em meio a uma amostra de TA predominantemente masculina, adulta e não idosa. O que aponta para uma tendência desta população continuar exercendo este trabalho, dada idade produtiva em que se encontram.

A sustentabilidade do trabalho também foi apreendida pela constituição da força de trabalho, a qual predomina o cônjuge seguido dos filhos e, demonstrando que comparativamente a outros estudos apresentados na tese, na Ilha dos Marinheiros, o número médio de filhos agricultores é menor. Contudo, apesar disto, integram-se nesta força de trabalho, demais membros da família, além de vizinho e alguns empregados contratados nos períodos de plantio e colheita.

Frente às atividades que os TA desempenham na agricultura familiar, destacou-se uma diferenciação entre os sexos no que tange o plantio dos produtos para os homens e a colheita para as mulheres agricultoras. Já, referente ao auxílio obtido durante a realização das tarefas, as mulheres foram àquelas que mais auxiliaram os integrantes da família. Há, portanto, um envolvimento organizado destes TA, para desenvolver as tarefas diárias e garantir a continuidade deste trabalho e, mesmo apresentando propriedades com um reduzido número de hectares cultivados, a fonte alimentar é viabilizada.

A constituição da Ilha dos Marinheiros, no que se refere aos cinco subsetores revelou sua organização específica, em Porto Rei, local mais habitado da Ilha, teve a maior concentração de TA pertencentes à agricultura familiar e, foi o segundo subsetor a apresentar trabalhadores que atuam por mais anos na agricultura, cultivando a menor média de hectares, de um a dois hectares, auxiliado pelo cônjuge seguido dos filhos.

Em Bandeirinhas, segundo local mais habitado e com mais TA, estes atuam por mais tempo no trabalho diário e, somente com o auxílio do cônjuge. Na Marambaia, identificou-se o cultivo de mais hectares e o segundo que apresenta maior média de dependentes da renda familiar mensal, já a Coreia apresentou o segundo maior tempo de trabalho diário, com o apoio somente do cônjuge, e apenas um filho atuando de forma semanal no suporte aos pais. Os TA de Fundos da Ilha apresentaram mais anos de atuação na agricultura, a maior renda e o menor número de dependentes da renda familiar, o que contribui à inclusão de funcionários no auxílio das atividades agrícolas.

Assim, diante desta caracterização pode-se visualizar que dentre os cinco subsetores da Ilha, àquele em que há uma ameaça na constituição da agricultura familiar é a Coreia, pois possui apenas um filho no suporte das atividades, o que se justifica pelo empenho diário destacado neste subsetor. Além disto, verificou-se uma relação com a inserção dos empregados naquelas famílias em que há menos concentração de dependentes da renda familiar. E àqueles TA que possuem mais hectares cultivados, também possuem mais dependentes da renda.

Diante da inegável exigência braçal destes TA e suas famílias no cultivo da terra, a exposição aos riscos ocupacionais inerentes a agricultura foram salientados, dentre eles, a radiação solar, o contato com os agrotóxicos e a constante variação climática, em que mesmo com chuva ou sol, muitas vezes o trabalho não pode ser adiado. Tais exposições contribuem, segundo os TA, à manifestação de problemas à sua saúde, entendidos como adoecimentos com potencial desenvolvimento diante dos riscos.

Logo, a valoração de uma saúde boa, regular ou ruim foi indicada pelos TA, cuja gradativa piora do estado de saúde está relacionada com a inserção destes problemas advindos do trabalho realizado. A presença de adoecimentos em seu estágio mais elevado, já crônico, teve relação com uma saúde ruim. Por

consequente, as ações para produzir saúde também foram manifestadas conforme as condições socioculturais que apresentam, tornando o trabalho o motivador para tal. Utilizar equipamentos de proteção individual para não se expor aos riscos oriundos do trabalho, alimentar-se de forma saudável, consumindo verduras, legumes e frutas cultivados por eles, descansar, dormir cedo, ter momentos de lazer, não ingerir bebidas alcoólicas, nem consumir tabaco, aderir às plantas medicinais e por fim, recorrer à assistência profissional de saúde foram as ações direcionadas a manutenção da saúde laboral.

Ter um corpo que permite realizar o trabalho agrícola diário teve relação com o ato de ter saúde, evidenciando uma procura aos serviços no mínimo anualmente. Outro aspecto pertinente à produção de saúde esteve na atenção com a saúde ambiental, pois os TA identificaram que em detrimento ao ambiente em que moram se constituir de uma ilha, os recursos naturais que a compõe estão em relevo e fazem parte também, do trabalho destes agricultores. Logo, afirmaram que o movimento que realizam para agricultar é circular, ou seja, desencadeia ações e reações nas formas de vida existentes no ambiente. Seja na direção positiva da ação, identificada pelos TA no uso dos agrotóxicos, os quais devem ser minimamente empregados, ou até evitados para alguns entrevistados. Pois, o seu uso, mesmo que relacionado ao rendimento das colheitas deve atender a devida preconização instituída no Brasil, o que pode comprometer a saúde ambiental e humana, no momento em que os TA expuseram a carência no suporte de informações técnicas referentes ao uso correto destas substâncias.

Agir de forma prudente frente aos impactos do trabalho gerados no ambiente também esteve concatenado à valorização do acesso destes recursos, presentes no ambiente, às gerações futuras, para que estas possam dar continuidade a este trabalho, usufruindo dos mesmos elementos que hoje existem. Assim, recriminam a realização do trabalho feito apenas visando o lucro advindo da comercialização dos produtos hortifrutigranjeiros. E ressaltam a importância de conservar todos estes elementos que integram a continuidade da vida no ambiente, utilizando-se de práticas diárias que visem à sustentabilidade dos recursos naturais no cultivo da terra, isto é, ações voltadas ao espaço micro, local, para então regional.

O trabalho agrícola demanda, portanto, a articulação coletiva da sociedade diante da valorização desta prática, cuja inserção familiar agrega junto ao ambiente

em que vivem, o valor da cultura local expressa pelo trabalho, valor este que precisa ser considerado ao estudar o trabalhador no meio rural. Constata-se também, que o trabalho no cultivo da terra gera modificações no ambiente e, que estas comprometem a saúde daqueles direta e indiretamente envolvidos, o que postula maior disseminação do conhecimento sobre esta atividade laboral, a fim da sustentabilidade da vida.

Nesta perspectiva, sabe-se dos limites do presente estudo, no que concerne ao próprio desenho da pesquisa em um tempo específico e, do número de agricultores incluídos. Todavia, acredita-se que apresenta fortes subsídios contributivos para a prática argumentativa da Enfermagem e mesmo à grande Área da Saúde, na saúde de Trabalhadores da Agricultura Familiar, convergindo para uma visão socioambiental.

REFERÊNCIAS

- ADAMS, C.; MURRIETA, R. S. S.; SANCHES, R. A. Agricultura e Alimentação em Populações Ribeirinhas das Várzeas do Amazonas: Novas Perspectivas. **Ambiente & Sociedade**, v.8, n. 1, p. 1-23, jan./jun. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v8n1/a05v08n1.pdf>. Acesso em: 12 set 2013.
- ALVES, F. N.; TORRES, L. H. (Org.) **Temas de História do Rio Grande do Sul**. 1.ed. Rio Grande: Editora da Fundação Universidade do Rio Grande, 1994. 162p.
- AMÉRICO, J. H. P.; CARVALHO, S. L.; FREITAS LIMA, E.A.C. et al. Avaliação das condições ambientais de algumas propriedades agrícolas e percepção ambiental de produtores rurais da Região de Dobrada-SP. In: **VIII Congresso de Ecologia do Brasil**, 2007. Disponível em: <<http://www.seb-ecologia.org.br/viiiiceb/pdf/1290.pdf>>. Acesso em: 20 jan 2014.
- ANDERSON, B. T.; JOHNSON, G. J.; TRIGO, J. R. et al. Farmers' concerns: a qualitative assessment to plan rural medical education. **J Rural Health**. v. 28, n. 2, p. 115-121, 2012. Disponível em: <<file:///C:/Users/eduardo/Downloads/Farmers%20concerns%20a%20qualitative%20assessment%20to%20plan%20rural%20medical%20education.%202011.htm>>. Acesso em: 23 out 2013.
- ANVISA. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Cartilha sobre agrotóxicos**. Série trilhas do campo. 2011. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/9e0b790048bc49b0a4f2af9a6e94f0d0/Cartilha.pdf?MOD=AJPERES>. Acesso em: 10 jan 2015.
- ARAGÓN, A.; PARTANEN, T.; FELKNOR, S.; et al. Social Determinants of Workers' Health in Central America. **Int J Occup Environ Health**, v. 17, n. 3, p. 230-237, 2011.
- ARATANGY, V. L. F. **Dados Secundários**. In: PERDIGÃO, D. M.; HERLINGER, M.; WHITE, O. M. (Org.) Teoria e Prática da Pesquisa Aplicada. 1ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- ARAÚJO, S. M. M.; LEMOS, R. N. S. de; QUEIROZ, M. E. R. de et al. Uso de inseticidas organofosforados nos pólos de produção na Ilha de São Luís (MA) condições de trabalho e contaminação de hortaliças. **Pesticidas**, v.11, p.159-179, jan./dez. 2001.
- ARGENTINA. Ministerio de Agricultura. **Secretaría de Agricultura, Ganadería, Pesca y Alimentación del anterior Ministerio de Producción**. Of. 338/340. 2008. Ciudad Autónoma de Buenos Aires. Disponível em: <http://www.oitcinterfor.org/experiencia/j%C3%B3venes-emprendedores-rurales-promoci%C3%B3n-cultura-emprededora-argentina>>. Acesso em: 20 nov 2013.
- AZEVEDO, A. L. D. M. **A Ilha dos Três Antônios**. Portugal: Jornal Soberania do Povo Águeda, 2003.
- AZEVEDO, F. F.; PESSÔA, V. L. S. O Programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar no Brasil: uma análise sobre a distribuição regional e setorial dos recursos. **Soc. nat.**, Uberlândia, v. 23, n. 3, p. 483-496, dez. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-45132011000300009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 15 mar 2014.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011. 279 p.
- BATISTA, J. C. A narrativa foto(etno)gráfica como discurso: um relato da agricultura familiar da Ilha dos Marinheiros sob uma perspectiva estrutural. **Rev RuM Res** v.10, ano 5, p. 333-351, jul./dez. 2011. Disponível em: <[file:///C:/Users/eduardo/Downloads/Artigo%20da%20Ilha%20\(LER\).pdf](file:///C:/Users/eduardo/Downloads/Artigo%20da%20Ilha%20(LER).pdf)>. Acesso em: 15 jan 2014.
- BERRY, A. O caso da reforma agrária redistributivo nos países em desenvolvimento. **Desenvolvimento e mudança**, v. 42, n. 2, p. 637-648, 2011. Disponível em:

<<http://michaellipton.files.wordpress.com/2012/02/thecaseforredistributionalreview2011.pdf>>. Acesso em: 24 nov 2013

BHANDARI, B. S.; GRANT M. Analysis of livelihood security: a case study in the Kali-Khola watershed of Nepal. **J Environ Manage**. v. 85, n. 1, p.17-26, out, 2007. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0301479706002118>>. Acesso em: 15 out 2013.

BORGES, A. M. **Plantas medicinais no cuidado em saúde de moradores da Ilha dos Marinheiros**: contribuições à enfermagem. 2010. 129f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

BORGES, A. M.; CEZAR-VAZ, M. R.; SILVA, M. R. S. da. Constituição ecossistêmica sob uma perspectiva insular: implicações à enfermagem. **Evidentia**. v. 9, n. 40, out./dez. 2012. Disponível em: <http://www.index-f.com/evidentia/n40/ev7849p.php>. Acesso em: 15 out 2013.

BORGES, J. A. V.; SANTOS, C. E. R. O desenvolvimento sustentável nas pequenas propriedades agrícolas caracterizadas como agricultura familiar no Brasil. **XII Seminário de Economia UESB**. 10 a 15 de junho de 2013. Disponível em: <http://www.uesb.br/eventos/semana_economia>. Acesso em: 22 dez 2014.

BRASIL. Ministério da Agricultura. **Acompanhamento e Promoção da Tecnologia Agropecuária**. 2014. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/portal/page/portal/Internet-MAPA/pagina-inicial/desenvolvimento-sustentavel/tecnologia-agropecuaria>>. Acesso em: 23 nov 2013.c

_____. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466**, de 12 de dezembro de 2012. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>>. Acesso em: 15 out 2013.b

_____. Ministério da Saúde. **Portaria Nº 1.823**, de 23 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt1823_23_08_2012.html>. Acesso em: 23 Ago 2013.a

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta**. 1. ed.; Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2013. 48 p.c

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Economia e emprego. **Brasil ressalta importância da agricultura no enfrentamento da fome**. 2013. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2013/11/brasil-ressalta-importancia-da-agricultura-no-enfrentamento-da-fome>. Acesso em: 15 dez 2013.b

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm. Acesso em: 05 fev 2014c

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília, 2007.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Secretaria da Agricultura Familiar**. Programas. Crédito Rural. 2014. Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf>>. Acesso em: 21 jan 2014.b

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Núcleo dos biomas mata atlântica e pampa (NAPMA) e Secretaria de Biodiversidade e Florestas**. Relatório final. Sub-projeto Ilha dos Marinheiros. Pampa: conhecimentos e descobertas sobre um bioma brasileiro. 2006. CD.a

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Referências conceituais e metodológicas para gestão ambiental em áreas rurais**. Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável. 2 ed. Brasília: MMA, 2006.b

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Responsabilidade socioambiental**. Agenda 21. 2014. Brasília (DF). Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global>>. Acesso em: 07 abr 2014.a

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Artigo 13 da Lei nº. 5.889, de 8 de junho de 1973, alterada pela Portaria GM nº 86, de 03 de março de 2005. Alterada pela Portaria n.º 1.896, de 09 de dezembro de 2013. Dispõe sobre a Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 09 dez. 2013. Disponível em: <[http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A4295EFDF0143067D95BD746A/NR-31%20\(atualizada%202013\).pdf](http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A4295EFDF0143067D95BD746A/NR-31%20(atualizada%202013).pdf)>. Acesso em: 10 jun 2013.a

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações**. Áreas de atividade. Produtores agrícolas polivalentes. 2014. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/pesquisas/ResultadoFamiliaCaracteristicas.jsf>>. Acesso em: 23 dez 2014.d

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)**. 2014. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br>>. Acesso em: 23 dez 2014.e

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. **Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8629.htm>. Acesso em: 23 dez 2014.f

BROWER, M. A.; EARLE-RICHARDSON, G. B.; MAIO, J. J. et al. Occupational Injury and Treatment Patterns of Migrant and Seasonal Farmworkers. **J Agromedicine**. v. 14, n. 2, p. 172–178, 2009.

BRUMER, A.; PANDOLFO, G. C.; CORADINI, L. Gênero e agricultura familiar: projetos de jovens filhos de agricultores familiares na Região Sul do Brasil. In: **SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 8. CORPO, VIOLÊNCIA E PODER**. 2008, Florianópolis, ago, p. 7, 2008.

BRUMBY, S. A.; WILLDER, S. J.; MARTIN, J. The sustainable farm families project: changing attitudes to health. **Rural Remote Health**. v. 9, n. 1, p.1012. jan./mar. 2009. Disponível em: <<http://www.rrh.org.au/articles/subviewnew.asp?ArticleID=1012>>. Acesso em: 15 nov 2014.

BUARQUE, H. A. **Míni Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 8. ed. Nova Ortografia. Editora Positivo, 2010.

CAMPONOGARA, S. Saúde e meio ambiente na contemporaneidade: o necessário resgate do legado de Florence Nightingale. **Esc. Anna Nery [online]**. V..16, n.1, p. 178-184, mar, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452012000100024&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 15 out 2014.

CARMO, R. M. do. A agricultura familiar em Portugal: rupturas e continuidades. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 48, n. 1, mar, 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032010000100001&lng=pt&nrm=iso>

CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. (Org.) **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003. 235 p.

CARREIRA, L.; ALVIM, N. A. T. O cuidar ribeirinho: as práticas populares de saúde em famílias da ilha Mutum, Estado do Paraná. **Acta Scientiarum**. Maringá, v. 24, n. 3, p. 791-801, 2002. Disponível em: <<http://eduem.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHealthSci/article/viewFile/2548/1679>>. Acesso em: 21 set 2013.

CAVALCANTE, I. M. da S.; NOGUEIRA, L. M. V. Práticas sociais coletivas para a saúde no assentamento mártires de abril na Ilha de Mosqueiro – Belém, Pará. **Esc Anna Nery Rev Enferm**; v. 12, n. 3, p. 492-99, set, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ean/v12n3/v12n3a15.pdf>>. Acesso em: 15 set 2013.

CEPAL. Comisión Económica para América Latina y el Caribe. FAO. Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura. IICA. Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura. **Perspectivas de la agricultura y del desarrollo rural en las Américas: una mirada hacia América Latina y el Caribe**. 2014. Resumen Ejecutivo. p. 1-58.

CEZAR-VAZ, M. R. **Conceito e práticas de saúde - adequação no trabalho de controle da tuberculose**. 1996. 219f. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.

CEZAR-VAZ, M. R.; CARDOSO, L. S.; BONOW, C. A. et al. Conhecimento clínico do enfermeiro na atenção primária à saúde: aplicação de uma matriz filosófica de análise. **Texto Contexto Enferm**. Florianópolis. v. 19, n. 1, p. 17-24, jan./mar. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072010000100002>. Acesso em: 10 abr 2012.

CEZAR-VAZ, M. R.; MUCCILLO-BAISCH, A. L.; SOARES, J. F. S. et al. Nursing, environment and health conceptions: an ecosystemic approach of the collective health production in the primary care. **Revista Latino-americana Enfermagem**, v.15, n.3, p.418-25, mai./jun. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0104-11692007000300009&script=sci_arttext&tlng=en>. Acesso em: 23 jul 2012.

CEZAR-VAZ, M. R.; SOARES, M. C. F.; MARTINS, S. R. et al. Saber ambiental - instrumento interdisciplinar para a produção de saúde. **Texto Contexto Enferm**. v. 14, n. 4, p. 391-397, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tce/v14n3/v14n3a10.pdf>>. Acesso em: 13 mai 2012.

CONNOR, A.; LAYNE, L.; THOMISEE, K. Providing Care for Migrant Farm Worker. Families in Their Unique Sociocultural Context and Environment. **Journal of Transcultural Nursing** v. 21, n. 2, p. 159 –166, 2010. Disponível em: <<http://www.ncfh.org/pdfs/2k9/8715.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2013.

CÓRDOVA, T. A. B. de; RIBAS, C. E. D. C.; WOSNY, Antonio Miranda. A assistência à saúde dos Sem-Terra: o caso do assentamento Butiá, Santa Catarina, Brasil. **Saúde & Transformação Social Health & Social Change**, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 67-78, 2011. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=265319571010>>. Acesso em 10 mai 2014.

CORONATO, B.; BASTOS, O. M. P.; DUARTE, R. et al. Parasitas em amostras de fezes no ambiente da Ilha da Marambaia, Rio de Janeiro, Brasil: uma abordagem em saúde pública. **Rev. Inst. Med. trop. S. Paulo [online]**. v.54, n.2, p. 65-68, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0036-46652012000200002&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 12 abr 2013.

COSTA, S. I. R. B. da; SILVA, M. M. da. Environmental Rationality Building Alternative Technologies for Family Farms: The Case of the Service of Alternative Technology – SERTA. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 25, p. 167-186, jan./jun. 2012. Disponível em: <<file:///D:/meus%20documentos/Downloads/25325-102404-1-PB.pdf>>. Acesso em: 15 mar 2013.

CRESWELL, J. W.; CLARK, V. L. P. **Plano Designing and Conducting Mixed Methods Research**. 2 ed. SAGE publications, 2011, 459 p.

CUENCA, R. E. La bioética en la educación ambiental? **Colomb Med** v.37, n.4; p. 299-307, out./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.bioline.org.br/pdf/rc06059>>. Acesso em 06 abr 2013.

DANCEY, C. P.; REIDY, J. **Estatística sem matemática para psicologia**. Tradução Lorí Viali. 3. ed. Porto Alegre: Artmed; 2006.

DEAN, S. G.; HUDSON, S.; HAY-SMITH, J. C.; et al. Rural Workers' Experience of Low Back Pain: Exploring Why They Continue to Work. **Journal of Occupational Rehabilitation**. v. 21, n. 3, p. 395-409, 2011. Disponível em: <<http://link.springer.com/article/10.1007%2Fs10926-010-9275-z#page-1>>. Acesso em: 07 mar 2013.

DEMOS, K.; SAZAKLI, E.; JELASTOPULU, E.; et al Does farming have an effect on health status? A comparison study in west Greece. **International Journal of Environmental Research and Public Health** v. 10, n. 3, p. 776-792, 2013. Disponível em: <<http://www.mdpi.com/1660-4601/10/3/776>>. Acesso em: 10 jan 2014.

DONHAM, K. J. The concentration of swine production. Effects on swine health, productivity human health, and the environment. **Vet Clean North Am Food Anim. Pract.**, v. 16, n. 3, p. 559-97, Nov, 2000.

ELL, E.; OLIVEIRA E SILVA, D.; NAZARENO, E. R. de; et al. Concepções de Agricultores Ecológicos do Paraná sobre Alimentação Saudável. **Rev. Saúde Pública** v.46, n. 2, abr, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102012000200003>. Acesso em: 23 mai 2013.

ELSEN, I.; MARCON, S. S.; SILVA, M. R. S.(Org.) **O viver em família e sua interface com a saúde e a doença**. 2. ed. Maringá: Eduem, 2004. 398 p.

EMATER. **Sobre a Emater**. 2014. Disponível em: <<http://www.emater.tche.br/site/a-emater/missao-visao.php#.VJA8sivF-So>>. Acesso em: 20 out 2014.

EMBRAPA. **Manual de Boas Práticas Agrícolas e Sistema (APPCC)**. Brasília: EMBRAPA/SEDE. Qualidade e Segurança dos Alimentos. Projeto PAS campo. Convênio CNI/SENAI/SEBRAE/EMBRAPA, 2004. 101 p.

FARIA, N. M. X.; FACCHINI, L. A.; FASSA, A. G. et al. Processo de produção rural e saúde na serra gaúcha: um estudo descritivo. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 115-128, jan./mar. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v16n1/1570.pdf>>. Acesso em: 15 abr 2013.

FARIA, N. M. X.; FACCHINI, L. A.; FASSA, A. G. et al. Trabalho rural, exposição a poeiras e sintomas respiratórios entre agricultores. **Rev Saúde Pública** v. 40, n. 5, p. 827-36, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v40n5/ao-5254.pdf>>. Acesso em: 12 abr 2013.

FARMER, Jane; PRIOR, Maria; TAYLOR, Judy. A theory of how rural health services contribute to community sustainability. **Social Science & Medicine** v. 75, n. 10, p. 1903-1911, nov, 2012. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0277953612005722>>. Acesso em: 10 mai 2013.

FEHLBERG, M. F.; SANTOS, I. dos; TOMASI, E. Prevalência e fatores associados a acidentes de trabalho em zona rural. **Rev. Saúde Pública** v.35, n.3, jun, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102001000300009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 nov 2013.

FERREIRA, H. C. H.; CARNEIRO, M. J. Conservação ambiental, turismo e população local. **Cad. EBAPE.BR** v.3, n.3, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1679-39512005000300004&script=sci_arttext>. Acesso em: 12 abr 2013.

FLAUZINO, R. F.; SOUZA-SANTOS, R.; OLIVEIRA, R. M. de. Indicadores socioambientais parágrafo Vigilância da dengue los nivel local. **Saude soc. [online]**. São Paulo, v.20, n. 1, mar, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902011000100023&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 jan 2013.

FAO. FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. Global Strategy Improving Ag-statistics. **Global strategy to improve agricultural and rural statistics**. 2014.

Disponível em: <<http://www.fao.org/economic/ess/ess-capacity/ess-strategy/en/#.UvUx7fldWAn>>. Acesso em: 25 jan 2014.

FORERO-ALVAREZ, J. A Economia da Agricultura Familiar de Produção. **Cuad. Desarro. Rural**, Bogotá, v 10, n. spe70, p. 27-45, jan, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S0122-14502013000100002&script=sci_arttext>. Acesso: em 09 nov 2013.

FRAGAR, L.; DEPCZYNSKI, J.; LOWER, T. Mortality patterns of Australian male farmers and farm managers. **Aust J Rural Health**. v. 19, n. 4, p. 179-184, ago, 2011. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/enhanced/doi/10.1111/j.1440-1584.2011.01209.x/#author2>>. Acesso em: 15 jan 2014.

FRAGAR, L.; MANCHA H. J.; PERKINS, D.; et al. Distress among rural residents does employment and occupation make a difference. **Australian Journal of Health Rural** v. 18, n. 1, p. 25-31, fev, 2010. Disponível em: <<http://www.crrmh.com.au/distress.html>>. Acesso em: 23 fev 2014.

FRONTIER, Serge. Sistemas e ecossistemas: definições. In: _____. **Os ecossistemas**. 1. ed. Lisboa (PT): Instituto Piaget, 2001. v. 1, p. 13-30.

GARCÍA-MONTOYA, M. E.; CALLEJÓN-FERRE, A. J.; PÉREZ-ALONSO, J.; et al. Assessment of psychosocial risks faced by workers in Almería-type greenhouses, using the Mini Psychosocial Factor method. **Ergonomia Aplicada** v. 44, n. 2, p. 303-311, mar, 2013. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0003687012001238>>. Acesso em: 24 nov 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 206 p.

GRANDO, Marinês Zandavali. Um retrato da agricultura familiar gaúcha. **Indic. Econ. FEE**. v. 39, n. 4, p. 159-76, 2011. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/2645/3091>>. Acesso em: 23 fev 2014.

HELMAN, Cecil. **Cultura, saúde e doença**. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994. 333 p.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário de 2006** - Resultados Preliminares. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/tabela1_1.pdf>. Acesso em: 21 dez 2014.

_____. **Censo Demográfico e Contagem da População**, 2010. Tabela 1575 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por seção de atividade do trabalho principal - Resultados Gerais da Amostra.a

_____. **Censo Demográfico e Contagem da População**, 2010. Universo - Características da População e dos Domicílios. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2010universo.asp?o=7&i=P>>. Acesso em: 13 dez 2013c

_____. **Cidades IBGE**. Rio Grande do Sul - Rio Grande, 2010. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=431560&search=rio-grande-do-sul|rio-grande|infograficos:-historico>>. Acesso em 13 jan 2014b

_____. **Domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais, população residente em domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais, por sexo, e média de moradores em domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais, segundo as Grandes Regiões as Unidades da Federação, os municípios e os aglomerados subnormais**, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/aglomerados_subnormais/tabelas_pdf/tab2.pdf>. Acesso em: 17 mai 2013d

ICOH. International Commission on Occupational Health. **Sobre ICOH**, 2013. Disponível em: <http://www.ichweb.org/site_new/ico_scientific_committee_detail.asp?sc=41>. Acesso em: 13 jan 2014.

ILO. International Labour Organization. **World of work report 2011**: Making markets work for jobs. Geneva: ILO, v. 1, 2011. Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/@dgreports/@dcomm/@publ/documents/publication/wcms_166021.pdf>. Acesso em: 13 nov 2013.

JACOBI, P. R. Educação Ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. **Educ. Pesqui.** São Paulo, v. 31, n. 2, p. 233-250, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n2/a07v31n2.pdf>>. Acesso em: 13 out 2013.

KENNY, A.; DUCKETT, S. Educating for rural nursing practice. **Journal of Advanced Nursing** v. 44, n. 6, p. 613–622, dez, 2003. Disponível em: <<file:///C:/Users/eduardo/Downloads/educating%20for%20rural%20nursing%20practice.pdf>>. Acesso em: 07 jan 2014.

LASCHEFSKI, K. A.; DUTRA, C.; DOULA, S. M. A legislação ambiental como foco de conflitos: uma análise a partir das representações sociais da natureza dos pequenos agricultores em Minas Gerais, Brasil. **Soc. nat.**, Uberlândia, v. 24, n. 3, p. 405-417, dez, 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-45132012000300003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 15 nov 2013.

LAVELLE, P. Fact File. Segurança Farm. **ABC Health & Wellbeing**. 2003
Disponível em: <<http://www.abc.net.au/health/library/stories/2003/04/17/1829466.htm>>. Acesso em: 27 nov 2013.

LEFF, Enrique et al. **A complexidade ambiental**. São Paulo: Cortez, 2003. 342 p.

LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura**. A territorialização da racionalidade ambiental. Petrópolis. RJ: Vozes, 2009. 439 p.

_____. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. 555 p.

_____. **Saber ambiental: Sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. 494 p.

LEVINE, R. S.; HUGHES, M. T.; RYAN, M. C. et al. Generating sustainable towns from Chinese villages: a system modeling approach. **J Environ Manage**. v. 87, n. 2, p. 305-16, abr, 2008. Disponível em: <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/17854975>>. Acesso em 07 nov 2013.

LOWER, T.; FRAGAR, L.; TEMPERLEY, B. J. Agricultural Health and Safety Performance in Australia. **Journal of Agromedicine**, v. 16, n. 4, p. 292-298, 2011. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/1059924X.2011.605726>>. Acesso em: 29 nov 2013.

LUITGARDS-MOURA, J. F.; BORGES-PEREIRA, J.; COSTA, J. et al. On the possibility of autochthonous chagas disease in Roraima, Amazon region, Brazil, 2000-2001. **Rev. Inst. Med. trop. S. Paulo** v. 47, n. 1, p. 45-54, jan./fev. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rimtsp/v47n1/23121.pdf>>. Acesso em: 07 nov 2013.

MANCINI, F.; JIGGINS, J. L. S.; O'MALLEY, M. Reducing the Incidence of Acute Pesticide Poisoning by Educating Farmers on Integrated Pest Management in South India. **Int J Occup Environ Health** v. 15, n. 2, p. 143–151, abr./jun. 2009. Disponível em: <<http://www.vegetableipmasia.org/docs/15.2%20004%20mancini%20et%20al%20bw1.pdf>>. Acesso em: 17 jan 2013.

MARONI, M.; FANETTI, A. C.; METRUCCIO, F. Risk assessment and management of occupational exposure to pesticides in agriculture. **Med Lav.** v. 97, n. 2, p. 430-7, mar./abr. 2006.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política.** 27. Ed., Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2010.

MCPHAUL, K. M.; LIPSCOMB, J. Incorporating Environmental Health into Practice: the Expanded Role of the Occupational Health Nurse. **American Association of Occupational Health Nurses (AAOHN)**, v. 53, n. 1, p. 31-6, jan, 2005. Disponível em:

<<http://web.a.ebscohost.com/ehost/pdfviewer/pdfviewer?sid=cc162f97-9d49-4c9b-a4fe-a6244470b3ac%40sessionmgr4003&vid=2&hid=4201>>. Acesso em: 10 abr 2013.

MENEGAT, R. P.; FONTANA, R. T. Condições de trabalho do trabalhador rural e sua interface com o risco de adoecimento. **Cienc Cuid Saude** v. 9, n. 1, p. 52-59, jan./mar. 2010. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CiencCuidSaude/article/view/7810/5736>>. Acesso em: 23 nov 2013.

NAKAMURA, E.; MARTIN, D.; SANTOS, J. F. Q. **Antropologia para enfermagem.** Barueri, SP: Manole, 2009. 144 p.

OIT. ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Sobre Organizações de Trabalhadores Rurais e seu Papel no Desenvolvimento Econômico.** n. 149, 1977. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br>>. Acesso em: 24 nov 2013.

_____. **Trabalho decente e juventude no Brasil.** 2009. 220 p.

_____. **Repertorio de recomendaciones prácticas sobre seguridad y salud en la agricultura.** Genebra, 2010.

_____. Seguridad y Salud en la Agricultura. **Programa de Seguridad y Salud en el Trabajo y Medio Ambiente.** Departamento de la Protección del Trabajo. Oficina Internacional del Trabajo. SafeWork, Ginebra, jun, 2000.

OLIVEIRA, C. S. F.; SILVA, A. V.; SANTOS, K. N. et al. Hepatite B e infecção pelo vírus C entre os ribeirinhos da Amazônia brasileira. **Rev. Soc. Bras. Med. Chem. Trop.** Uberaba, v. 44, n. 5, p. 546-550, set./out. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0037-86822011000500003&script=sci_arttext>. Acesso em: 14 out 2013

OLIVEIRA-SILVA, J. J.; ALVES, S. R.; MEYER, A. et al. Influência de fatores socioeconômicos na contaminação por agrotóxicos, Brasil. **Rev Saúde Pública** v. 35, n. 2, p. 130-135, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v35n2/4396.pdf>>. Acesso em: 15 set 2013.

OMS. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Organização Pan-Americana da Saúde. **Atenção Primária Ambiental.** Brasília (DF): Gráfica e Ed. Brasil; 1999.

PATRÃO, A. L.; VASCONCELOS-RAPOSO, J. Nível de conhecimento da população da Ilha de Moçambique acerca da malária. **Saude soc.** São Paulo, v.21, n.1, p. 52-62, jan./mar. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902012000100007&script=sci_arttext>. Acesso em: 20 jun 2013.

PERES, F. Saúde, trabalho e ambiente no meio rural brasileiro. **Ciênc. saúde coletiva** Rio de Janeiro, v.14, n.6, dez. 2009. Disponível em: <<http://www.scielosp.org/pdf/csc/v14n6/07.pdf>>. Acesso em: 17 nov 2013.

PERES, F.; LUCCA, S. R. de; PONTE, L. M. D. da. et al. Percepção das condições de trabalho em uma tradicional comunidade agrícola em Boa Esperança, Nova Friburgo, Rio de Janeiro, Brasil. **Cad. Saúde Pública** Rio de Janeiro, v. 20, n.4, jul./ago. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2004000400021&script=sci_arttext>. Acesso em: 17 dez 2013.

PERES, F. J.; MOREIRA, C. Saúde e ambiente em sua relação com o consumo de agrotóxicos em um pólo agrícola do Estado do Rio de Janeiro, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 4, p. 612-621, 2007. Suplemento. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v23s4/13.pdf>>. Acesso em 17 jan 2014.

PETERSEN, Paulo (Org.). Saúde pela natureza. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**. v. 4, n. 4, dez, 2007.

PICKETT, W.; DAY, A. G.; HAGEL, L. et al. Socioeconomic Status and Injury in a Cohort of Saskatchewan Farmers. **The Journal of Rural Health** v. 27, n. 3, p. 245–254, nov, 2011. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1748-0361.2010.00344.x/pdf>>. Acesso em: 10 abr 2013.

PIGNATI, W. A.; MACHADO, J. M. H.; CABRAL, J. F. Acidente rural ampliado: o caso das "chuvas" de agrotóxicos sobre a cidade de Lucas do Rio Verde - MT. **Ciênc. saúde coletiva [online]**. v.12, n.1, p. 105-114, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232007000100014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 mar 2014.

PLOEG, J. D. V. D. Dez qualidades da agricultura familiar. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**. Número Extra. fev. 2014. p. 16. Disponível em: <<http://aspta.org.br/revista/cadernos-para-debate-n1-dez-qualidades-da-agricultura-familiar/>>. Acesso em 13 jan 2014.

_____. Sete teses sobre a agricultura camponesa. **Revista Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, out, p. 17-32, 2009. Disponível em: <http://www.agriculturesnetwork.org/magazines/brazil/especial/sete-teses-sobre-a-agricultura-camponesa/at_download/article_pdf>. Acesso em: 13 jan 2014.

POLETTO, Â. R.; GONTIJO, L. A. Family farming workers mental health in a microrregion in southern Brazil. **Work** v. 41, p. 4987-4994, 2012. Disponível: <<http://iospress.metapress.com/content/56t36159135gh448/>>. Acesso em: 17 jan 2014.

POLIT, D. F.; BECK, C. T. **Fundamentos de pesquisa em enfermagem: avaliação de evidências para a prática da enfermagem**. 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011. 669 p.

PORTO, M. F. de S. Estratégias para um gerenciamento de riscos ambientais contextualizado, justo e participativo. **Cadernos Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 113-130, 2005. Disponível em: <http://www.cadernos.iesc.ufrj.br/cadernos/images/csc/2005_1/artigos/Cad20051_marcelo.pdf>. Acesso em: 13 nov 2013.

RECENA, M. C. P.; CALDAS, E. D. Percepção de risco, atitudes e práticas no uso de agrotóxicos entre agricultores de Culturama, MS. **Rev. Saúde Pública [online]**. v.42, n.2, p. 294-301, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102008000200015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 13 nov 2013.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

RIO GRANDE DO SUL (Estado). Prefeitura Municipal do Rio Grande. **Atrativos turísticos**. Ilha dos Marinheiros. 2014. Disponível em: <<http://www.riogrande.rs.gov.br/pagina/index.php/atrativos-turisticos/detalhes+8620,,ilha-dos-marinheiros.html>>. Acesso em: 15 mar 2013.

SATTERTHWAITE, D.; MCGRANAHAN, G.; TACOLI, C. Urbanization and its implications for food and farming. **Philos Trans R Soc Lond B Biol Sci** v. 365, n. 1554, p. 2809-2820, 2010. Disponível em: <<http://rsta.royalsocietypublishing.org/content/365/1554/2809.full>>. Acesso em: 15 dez 2013.

SCHIRMER, J.; BERRY, H. L.; BRIEN, L. V. O. Healthier land, healthier farmers: Considering the potential of natural resource management as a place-focused farmer health intervention. **Health & Place** v. 24, p. 97–109, 2013. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1353829213001123>>. Acesso em: 13 jan 2014.

SENA, J.; CEZAR-VAZ, M. R.; BONOW, C. A. et al. Uma prática pedagógica através das racionalidades socioambientais: um ensaio teórico da formação do enfermeiro. **Texto contexto - enferm.** [online]. v. 19, n. 3, p. 570-577, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072010000300020>. Acesso em: 10 abr 2013.

SENAR. **Serviço Nacional de Aprendizagem Rural**. Programa Campo Futuro. 2009. Disponível em: <<http://www.oitcinterfor.org/experiencia/programa-campo-futuro-senar-brasil>>. Acesso em: 10 jan 2014.

SILVA, A. R. da; TAUIL, P. L.; CAVALCANTE, M. N. S. et al. Situação epidemiológica da leishmaniose visceral, na Ilha de São Luís, Estado do Maranhão. **Rev. Soe. Bras. Med. Trop.**, Uberaba, v. 41, n.4, ago, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0037-86822008000400007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 de janeiro de 2014.

SINGH, S.; SINWAL, N.; RATHORE, H. Gender involvement in manual material handling (mmh) tasks in agriculture and technology intervention to mitigate the resulting musculoskeletal disorders. **Work** v. 41, p. 4333-4341, 2012. Disponível em: <<http://iospress.metapress.com/content/jl577340517gg37w/fulltext.pdf>>. Acesso em: 15 mar 2013.

SIQUEIRA, S. L. de; KRUSE, M. H. L. Agrotóxicos e saúde humana: contribuição dos profissionais do campo da saúde. **Rev. esc. enferm. USP** [online]. v. 42, n.3, p. 584-590, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0080-62342008000300024&script=sci_abstract&lng=pt>. Acesso em 13 dez 2013.

SMALLFIELD, S.; ANDERSON, A. J. Addressing Agricultural Issues in Health Care Education: An Occupational Therapy Curriculum Program Description. **The Journal of Rural Health**, v. 24, n.4, p. 369-374, 2008. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1748-0361.2008.00183.x/full>>. Acesso em: 10 dez 2013.

STALLONES, L.; ACOSTA, M. S. V.; SAMPLE, P. et al. Perspectives on safety and health among migrant and seasonal farmworkers in the United States and México: a qualitative field study. **Care Association**, v. 25, n. 2, p. 219-225, 2009. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1748-0361.2009.00221.x/pdf>>. Acesso em: 10 set 2013.

TEIXEIRA, E. Modos de sentir e aprender entre mulheres em um projeto de educação popular em saúde. **Esc Anna Nery Rev Enferm** v. 12, n. 1, p. 57-62, mar; 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ean/v12n1/v12n1a09.pdf>>. Acesso em: 10 dez 2013.

_____. Práticas educativas em grupo com uma tecnologia sócio-educativa: vivências na Ilha de Caratateua, Belém. **Esc. Anna Nery** Rio de Janeiro, v.11, n.1, mar, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452007000100023>. Acesso em: 08 jan 2014.

TOKESHI, Hasime. Efeito dos Agrotóxicos no Solo. Fundação Mokiti Okada - MOA. In: Centro de Pesquisas Mokiti Okada - CPMO. 2014. Disponível em: <http://www.cpmo.org.br/artigos/Efeito_Agrotoxicos_Solo_Tokeshi.pdf>. Acesso em: 25 jan 2014.

UTZIG, J.; MANTELLI, J. A agricultura familiar na Ilha dos Marinheiros, Rio Grande – RS. In: RESUMOS DO VIII CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA. v. 8, n. 2, nov, 2013, Porto Alegre/RS. **Cadernos de Agroecologia**. Porto Alegre. Disponível em: <<http://www.aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/cad/article/viewFile/14262/9787>>. Acesso em: 10 jan 2014.

ZHANG, S.; WEI, C.; KUMIKO, F. et al. A comparative study of health-promoting lifestyles in agricultural and non-agricultural workers in Japan. **Health Prev Med** v. 16, p. 80–89, 2011. Disponível em: <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/21432222>>. Acesso em: 07 jan 2014.

WANDERLEY, M. de N. B. O agricultor familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro. **Revista Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, p. 33-

46, out, 2009. Disponível em: <<http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2011/05/N%C3%BAmero-especial.pdf>>. Acesso em: 10 jan 2014.

WEIHS, M.; MERTENS, F. Os desafios da geração do conhecimento em saúde ambiental: uma perspectiva ecossistêmica. **Ciênc. saúde coletiva** Rio de Janeiro, v.18, n. 5, p. 1501-1510, mai, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232013000500036&script=sci_arttext>. Acesso em: 13 jan 2014.

WOOTEN, L. Health and Safety on North Carolina Farms. **NCMJ** v. 72, n. 6, p. 484-486, 2011. Disponível em: <ncmedicaljournal.com>. Acesso em: 13 jan 2014.

WOSNY, A. de M.; KLOH, D.; LIMA, M. M. de et al. Estágio de vivência rural dos estudantes de enfermagem: outra realidade de vida e saúde. **Extensio: R. Eletr. de Extensão**, Florianópolis, Edição Especial 50 anos UFSC, p. 33-40, 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/extensio/article/view/1807-0221.2010v7nespp33/14584>>. Acesso em: 13 mai 2014.

APÊNCIDE I

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG
ESCOLA DE ENFERMAGEM – EENF
LABORATÓRIO DE ESTUDOS DE PROCESSOS SOCIOAMBIENTAIS E PRODUÇÃO COLETIVA DE SAÚDE
- LAMSA
CAMPUS DA SAÚDE – RUA GENERAL OSÓRIO, S/N – CEP 96201-900 – RIO GRANDE/RS – BRASIL -
FONE/FAX: (53) 32338855

PROJETO DE PESQUISA:
*NATUREZA HUMANA DA FORÇA DE TRABALHO MASCULINA E FEMININA: UM ESTUDO COM
TRABALHADORES (AS) EM DOIS AMBIENTES RURAIS DO RIO GRANDE DO SUL*

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DO PARTICIPANTE DA PESQUISA

Prezado(a) Trabalhador(a):

Solicitamos, respeitosamente, a sua colaboração para participar da pesquisa coordenada pela Dra. Marta Regina Cezar-Vaz. O que pretendemos é saber como tu entendes a relação saúde, trabalho e ambiente, como pessoa que faz parte deste ambiente de trabalho, e assim, contribuir com a ciência da enfermagem de saúde do trabalhador.

Para isso, realizaremos o registro do ambiente e do modo de trabalho por meio de observação não-participante, vídeo-gravação e fotografias das atividades realizadas no ambiente de trabalho e, também, uma entrevista gravada (uso do gravador), a qual seguirá um questionário de perguntas permitindo registrar as respostas fornecidas.

As entrevistas serão gravadas, garantindo o anonimato dos participantes do estudo e o caráter confidencial das informações obtidas. Para preservar o anonimato, as entrevistas e observações serão identificadas por um código. Os dados não serão fornecidos para uso que possa gerar algum problema ou implicação legal para os participantes do estudo.

A pesquisa tem finalidade acadêmica e destina-se a auxiliar no cuidado a saúde e vida dos trabalhadores (as) agricultores (as). Asseguramos o compromisso com os princípios éticos no processo de desenvolvimento do trabalho, bem como na divulgação dos resultados. Garantimos o direito dos participantes em receber respostas ou esclarecimentos a qualquer pergunta ou dúvida acerca dos riscos, benefícios e demais assuntos relacionados à pesquisa.

Consentimento:

Pelo presente, declaro ter sido informado(a) de forma clara e detalhada, acerca dos objetivos, da justificativa, e do desenvolvimento da coleta dos dados. Fui igualmente informado (a): Da garantia de requerer resposta a qualquer pergunta ou dúvida acerca de qualquer questão referente ao trabalho; Da liberdade de retirar meu consentimento a qualquer momento, e deixar de participar do trabalho, sem que me traga qualquer prejuízo; Da segurança que não serei identificado (a), e que se manterá o caráter do anonimato das informações na referencia de minha privacidade; Do compromisso de acesso às informações em todas as etapas do trabalho bem como dos resultados; De que serão mantidos os preceitos éticos e legais durante e após término do trabalho; De permitir o uso do gravador e anotações das falas e das observações, com garantia do anonimato.

Desta forma, concordo em participar da referida pesquisa.

Nome e Assinatura do participante: _____ Data: ___/___/___

Nome e Assinatura do Pesquisador: _____ Data: ___/___/___

Coordenadora da Pesquisa Dra. Marta Regina Cezar Vaz

Email – cezarvaz@vetorial.net - Fone: (53) 32330307

Comitê de Ética em Pesquisa da FURG

FURG – Campus Saúde – Rio Grande/RS Hospital Universitário
Rua Visconde de Paranaguá, 102 - Campus Cidade. CEP 96200-190. Tel. 3233.0235
Email: cepas@furg.br

ANEXO I



CEPAS/FURG
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA NA ÁREA DA SAÚDE
Universidade Federal do Rio Grande - FURG
www.cepas.furg.br

PARECER Nº 026/ 2013

CEPAS 13/2013

Proc.: 23116,000645/2013-73

Título: **NATUREZA HUMANA DA FORÇA DE TRABALHO MASCULINA E FEMININA: UM ESTUDO COM TRABALHADORES (AS) EM DOIS AMBIENTES RURAIS DO RIO GRANDE DO SUL**

Pesq. Resp.: Marta Regina Cezar - Vaz

PARECER DO CEPAS:

O Comitê, considerando tratar-se de um trabalho relevante, o que justifica seu desenvolvimento, bem como o atendimento às pendências informadas no parecer 019/2013, emitiu o parecer de **APROVADO** para o projeto "NATUREZA HUMANA DA FORÇA DE TRABALHO MASCULINA E FEMININA: UM ESTUDO COM TRABALHADORES (AS) EM DOIS AMBIENTES RURAIS DO RIO GRANDE DO SUL".

Está em vigor, desde 15 de novembro de 2010, a Deliberação da CONEP que compromete o pesquisador responsável, após a aprovação do projeto, a obter a autorização da instituição co-participante e anexá-la ao protocolo do projeto no CEPAS. Pelo exposto, o pesquisador responsável deverá verificar se seu projeto esta obedecendo a referida deliberação da CONEP.

Segundo normas da CONEP, deve ser enviado relatório de acompanhamento ao Comitê de Ética em Pesquisa, conforme modelo disponível na página <http://www.cepas.furg.br>.

Data de envio do relatório: 01/04/2015.

Rio Grande, RS, 13 de março de 2013.

Eli Sinnott Silva
Profª. Eli Sinnott Silva

Coordenadora do CEPAS/FURG



ANELISE MIRITZ BORGES

**SAÚDE HUMANA E AMBIENTAL: ESTUDO COM TRABALHADORES
AGRICULTORES DA ILHA DOS MARINHEIROS**

**RIO GRANDE
2015**